



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 47

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 22 de fevereiro de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão iniciou-se com o [debate de urgência sobre o “Funcionamento do Serviço Regional de Saúde dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aberto o debate com a intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), usou posteriormente da palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

Dando continuidade ao debate, usaram ainda da palavra os/a Srs./a Deputado/a Rui Martins (*CDS-PP*), Dionísio Faria e Maia (*PS*), Domingos Cunha (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e José San-Bento (*PS*).

Seguiu-se o [pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 71/XI – “Auditoria pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aos apoios financeiros concedidos à ARRISCA”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual foi aprovado por

unanimidade, após a justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Carlos Ferreira (*PSD*).

Dando seguimento ao debate do [Projeto de Resolução n.º 71/XI – “Auditoria pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aos apoios financeiros concedidos à ARRISCA”](#), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as Carlos Ferreira (*PSD*), a quem coube a apresentação da iniciativa, Renata Correia Botelho (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

O Projeto de Resolução em apreço foi aprovado por unanimidade.

A sessão prosseguiu com mais um [pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Resolução n.º 7/XI – “União Europeia pós 2020”](#), apresentado pelo Governo Regional.

Após a justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e António Almeida (*PSD*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Após a intervenção do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (*Rui Bettencourt*), na abertura do debate da [Proposta de Resolução n.º 7/XI – “União Europeia pós 2020”](#), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Artur Lima (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), Mónica Rocha (*PS*), José Ávila (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), António Almeida (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o [pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 72/XI – “Auditoria, pela](#)

Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, às contas do grupo SATA e particularmente à Azores Airlines, bem como à necessidade de recapitalização da empresa e outras recomendações que a este tribunal se mostrem pertinentes”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, após a justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado António Lima (BE).

No debate do Projeto de Resolução n.º 72/XI – “Auditoria, pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, às contas do grupo SATA e particularmente à Azores Airlines, bem como à necessidade de recapitalização da empresa e outras recomendações que a este tribunal se mostrem pertinentes”, participaram os/as Srs./as Deputados/as António Lima (BE), a quem coube a apresentação da iniciativa, Miguel Costa (PS), António Vasco Viveiros (PSD), Artur Lima (CDS-PP), Zuraída Soares (BE), Carlos Silva (PS), Francisco César (PS), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias).

O diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado António Lima (BE).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário da Mesa possa fazer a chamada

Eram 10 horas e 08 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de fazer a chamada.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Miguel António Moniz Costa

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos de hoje está reservada ao **Debate de urgência sobre “Funcionamento do Serviço Regional de Saúde dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do Regimento e os tempos que foram definidos pela Conferência de Líderes são os seguintes:

O interpelante, neste caso o PSD, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos;

O CDS, 15 minutos;

O BE, 12 minutos;

O PCP e o PPM, 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Debater o funcionamento do serviço regional de saúde impõe de forma leal e em primeiro lugar, reconhecer a qualidade dos profissionais de saúde da nossa região, que com o seu empenho diário, por vezes em situações adversas, contribuem para o bem estar das nossas populações.

O acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde é um direito inalienável.

A par das idoneidades formativas adquiridas, a que se junta a decisão nacional de fomentar um número crescente de vagas para os cuidados primários, com um número crescente de médicos especialistas em Medicina Geral e Familiar em detrimento do número de vagas para médicos das especialidades hospitalares, a região, dizia, tem vindo a aumentar o número de Médicos nos Centros de Saúde, podendo, se desenvolver condições de atractibilidade para os profissionais que estão neste momento em formação, poder, em 2020, e não em 2018, como o governo se comprometeu, a atingir a cobertura integral da população por Médico de Família.

Mas as dinâmicas dos recursos humanos são isso mesmo: dinâmicas, desconhecendo-se como a região tem preparado o seu futuro. A eventual cobertura integral da população em 2020 por Médico de Família tem, como contraste, a aposentação imediatamente à posteriori de um outro conjunto vasto de médicos; há carências gravosas em várias áreas hospitalares, como por exemplo a oftalmologia, em Ponta Delgada, com 4000 doentes à espera de uma primeira consulta; nos Açores há falta de mais de duas centenas de enfermeiros, muitos deles nos seus atuais postos de trabalho em exaustão em função do exagero de horas extraordinárias que cumprem; ...

Deputado José San-Bento (PS): Quem é essa fonte, Sr. Deputado?

O Orador: ... há uma rotatividade impressionante de assistentes operacionais, que entram e saem das unidades de saúde ocupando vagas de programas ocupacionais sem que as necessidades permanentes sejam definitivamente ocupadas.

As camas de cuidados continuados contratualizadas não são efetivamente ocupadas porque não há enfermeiros nem assistentes operacionais suficientes porque o governo não os contrata – ainda esta semana o Centro de Saúde da R. Grande fechou mais duas das suas vinte cinco camas, tendo atualmente apenas e só dezasseis camas em funcionamento. O Hospital de Ponta Delgada tem 20 doentes com alta clínica sem resposta dos cuidados continuados. Sabe o que representa Sr. Secretário, para uma Unidade Hospitalar 20 doentes internados: é uma enfermaria, que para funcionar 24 horas necessita de 12 enfermeiros e 6 assistentes operacionais.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sabe que custos tem este funcionamento completamente invertido na prestação de cuidados? Pergunto-lhe Sr. Secretário:

- Que planeamento de recursos humanos tem a região feita? Quantos Enfermeiros se propõe admitir no Serviço Regional de Saúde em 2018?

- Que levantamento tem o Governo feito sobre as áreas médicas hospitalares mais carenciadas? Quantos elementos de cada uma destas áreas a curto e médio prazo necessitam as Unidades Hospitalares da Região?

- Que planeamento tem feito o Governo para suprir a aposentação dos Médicos de Medicina Geral e Familiar no pós 2020?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Mas à falta de planeamento junta-se o prometer e não cumprir.

O Governo aboliu em 2014 a deslocação de médicos especialistas às diferentes ilhas, com particular impacto – negativo – nas Ilhas sem Hospital. Considerava

o Sr. Presidente do Governo, o Dr. Vasco Cordeiro, ser uma imoralidade o duplo pagamento aos médicos que se deslocavam – o do seu vencimento base e a do subsídio diário à deslocação. Tal decisão teve consequências desastrosas, com a degradação da prestação de cuidados de saúde aos doentes das ilhas sem hospital. Não é o PSD que diz é a Ordem dos Médicos que o afirma e o relatório intercalar de avaliação da implementação do Plano Regional de Saúde 2014-2016, que tão sabiamente V. Exa. Fez chegar a esta Casa ontem às 19 horas e 03 minutos.

Afirmou o Governo, mais tarde, que a Portaria iria ser retomada. Para quando Sr. Secretário? O Governo vem falhando de forma sucessiva nas datas por si propostas para apresentação da Portaria. Primeiro disse que entregaria a té 30 de Abril de 2017; depois em Setembro de 2017. Estamos em Fevereiro de 2018 e NADA. Continuam os doentes à espera; dificultaram-se as deslocações numa primeira fase; aumentaram-se de forma brutal os custos de deslocação dos doentes e dos seus acompanhantes – estes com custos agravados quando se encontram em situação ativa de emprego - numa medida de gestão em saúde absolutamente incompreensível.

Mas como um debate e uma interpelação, Sr. Secretário Regional, são entendidas pelo PSD, também como um momento de propositura, achamos que as condições a que deve obedecer a nova Portaria, no nosso entender, deverão ser:

1. As deslocações devem ser devidamente programadas no ano anterior a que dizem respeito assegurando a continuidade da prestação de cuidados, ao contrário daquilo que defendia o Dr. Vasco Cordeiro que defendia devia ser feita quando houvesse um número suficiente de doentes inscritos nos Centros de Saúde, isto é, deslocações casuísticas em oposição à deslocação programada;
2. Retomar o subsídio de deslocação diária aos profissionais de saúde como forma de estímulo à deslocação e que funcionava nesta Região desde 1986;

3. Introduzir na Portaria o desenvolvimento de consultas não presenciais – quando clinicamente justificáveis e possíveis – por meios tecnológicos – a vulgar “telemedicina”, de forma devidamente coordenada entre unidades de saúde;

4. Introduzir na Portaria uma fração de tempo – até 25% do tempo de deslocação para a realização de consultoria por parte dos médicos especialistas, desenvolvendo planos de formação nos locais de deslocação, desenvolvimento de critérios de referenciação e de protocolos de avaliação, devidamente partilhados entre os profissionais dos Centros de Saúde e os profissionais hospitalares deslocados.

Aqui tem, Sr. Secretário Regional uma proposta do PSD séria e consistente.

Deputada Mónica Seidi e Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

A carta dos direitos e deveres dos doentes do Serviço Nacional de Saúde, transcrito para o Serviço Regional de Saúde com as adaptações decorrentes dos organismos que tutelam a saúde na república e na região, define que o utente do Serviço Regional de Saúde tem direito, cito «à prestação de cuidados em tempo considerado clinicamente aceitável para a sua condição de saúde»; tem direito «ao cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos definidos anualmente por portaria do Secretário Regional da Saúde para todo o tipo de prestação de cuidados sem carácter de urgência»; tem direito «a ser informado, através da afixação em locais de fácil acesso e consulta, pela internet ou outros meios, sobre os tempos máximos de resposta garantidos de CADA INSTITUIÇÃO prestadora de cuidados de saúde; a ser informado pela

instituição prestadora de cuidados quando esta não tenha capacidade para dar resposta dentro do TMRG aplicável à sua situação clínica e de que lhe é assegurado, continuo a citar, serviço alternativo de qualidade comparável e no prazo adequado, através da referenciação para outra entidade do Serviço Regional de Saúde ou para uma entidade do sector privado convencionado», acabei de citar.

Mas a Portaria nº. 111/2016 que aprova o Regulamento do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para cirurgia dos Açores e Vale Saúde, define no seu artigo 3º. “Direitos dos Utentes” que o doente tem o direito de obter um Vale Saúde assim que a sua inscrição ultrapassar o TMRG.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há muito tempo!

O Orador: Mais – “sempre que haja agendamento da cirurgia e tendo passado mais de seis meses da inscrição da LIC, os utentes deverão ser convocados para uma consulta pré operatória acabei de citar, nos seis meses após a sua inscrição. Tudo isto não passa de um “show –off” político, Sr. Secretário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Onde estão Senhor Secretário todas estas informações? Diga-nos por favor onde está a plataforma que doentes e médicos possam consultar para assumir uma decisão mais vantajosa para o doente?

Como pode o doente escolher o local da consulta que o seu médico de família lhe solicitou se não sabe qual o Hospital que lhe dá uma resposta mais rápida? Responda, Sr. Secretário!

Que informação tem o médico de família para escolher o Hospital que dá uma resposta mais rápida ao seu doente? Sabe Sr. Secretário Regional, que no Serviço Nacional de Saúde, o Médico de Família tem no seu computador a informação do Centro de Saúde que atende mais rapidamente o seu doente?

Essa é a VIOLAÇÃO PRIMÁRIA DO DIREITO DE ESCOLHA DO DOENTE TÃO APREGOADA PELO GOVERNO e demonstra bem que a

intenção do Governo não é acabar com os hospitais de referência, não é dar a oportunidade de o doente escolher a resposta que lhe é mais rápida: é uma perspetiva economicista de enviar o doente para o hospital mais próximo.

Deputada Mónica Seidi e Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas o que se passa com as cirurgias?

Depois de ter resistido durante dois anos à implementação da realização de cirurgias fora do horário normal de trabalho proposta pelo PSD – produção cirúrgica adicional contínua – com argumentos aqui e fora deste parlamento nada convincentes na sua fundamentação, por parte do PS e do Governo, ela manifesta claramente os seus resultados: 600 cirurgias efetuadas em 2016 e 800 cirurgias realizadas em 2017 no HDES. Espera-se que a produção cirúrgica adicional assuma outra dimensão no Hospital da Ilha Terceira e na Horta, assumindo a complementaridade entre hospitais propondo-se, como já o PSD o fez, a deslocação dos profissionais de saúde entre hospitais, operando os doentes na sua própria ilha, sempre que isso for possível. Mas continuam a existir, a 31 de dezembro de 2017, mais de 11 000 açorianos à espera de uma cirurgia. Estamos por via da produção cirúrgica adicional a operar os mais antigos, mas continuam a ser muitos: centenas, milhares de açorianos a ter os seus tempos máximos de espera ultrapassados.

Pergunta, Sr. Secretário Regional:

Onde está a informação disponibilizada que o seu governo se obrigou a fornecer sobre o tempo de resposta de cada uma das especialidades cirúrgicas de cada um dos Hospitais? Como pode o doente livremente escolher o Hospital onde pretende ser operado? Como pode o cirurgião propor ao doente uma resposta mais rápida se não tem informação sobre o tempo de resposta das diferentes

áreas cirúrgicas dos três hospitais? Onde está essa informação, Senhor Secretário Regional?

Senhor Secretário Regional: onde se encontra a plataforma informática que possibilita ao doente e ao médico consultar para que o doente possa ser operado no hospital que lhe garante uma resposta mais rápida?

Onde se encontra o registo integrado dos doentes inscritos para cirurgia nos três hospitais? Integrado!

Senhor Secretário Regional: Quantos vales de saúde foram emitidos aos doentes em espera e que ultrapassaram os TMRG?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Zero!

O Orador: Porque recusam os hospitais a emissão desses vales quando a sua atribuição devia ser automática atingido o Tempo Máximo de Espera?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quantas consultas de avaliação aos seis meses foram feitas para reavaliação da sua condição aos doentes que se encontram em espera cirúrgica? Como a legislação o determina?

O Governo não quer transparência! Ou por outra, quer uma transparência de fachada ...

Deputados João Bruto da Costa e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que não defende nem protege os doentes, antes lhes oculta a informação, não cumpre a legislação para que as insuficiências do Serviço Regional de Saúde sejam geridas às escondidas! Esta é que é a verdade, Sr. Secretário Regional!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A Saúde, Sr. Secretário Regional, é uma área muito extensa mas não queria nesta minha primeira intervenção deixar de referir o Plano Regional de Saúde 2014-2016 com extensão até 2020. Trata-se de um instrumento de planeamento em saúde, no nosso entender, pouco ambicioso, sem compromissos cronologicamente assumidos e sem uma coordenação por área que julgamos, deveria ser uma condição essencial para uma avaliação e monitorização bem mais apertada dos resultados, que conduzisse à correção de desvios e à implementação atempada de novas medidas.

A avaliação intercalar daquele Plano apresentado em Reunião do Conselho Regional de Saúde a 6 de Dezembro de 2017 e disponibilizada na GD da Assembleia Regional dos Açores a 21 de fevereiro de 2018, às 19 horas e 03 minutos, apresenta resultados diria “pobres”.

Avaliemos o que se passa na HTA. A prevalência em 2014 era de 15,11%; em 2016 17,7%.

E nas dislipidemias – prevalência em 2014 – 13,56%; em 2016 17,31%

Número de pessoas com AVC de 2014 para 2016 – mais 193 casos registados

Número de pessoas com EAM de 2014 para 2016 – mais 182 casos registados

São verdadeiramente preocupantes estes dados. Não há medidas eficazes ao fim de quatro anos de vigência do plano, que combatam os principais fatores de risco das doenças cardio e cerebrovasculares. Mas mais preocupante é constatar que, e citando o mesmo relatório intercalar nas ações relativas, cito ao “Diagnóstico precoce, bem como da valorização da dor précordial” as percentagens de ação executadas pelas Unidades de Saúde de Ilha, apresentam os valores mais baixos, 25 e 16,7%, respetivamente”

E na Diabetes, Sr. Secretário Regional, onde a região bate todos os recordes em termos de prevalência. Os números que V. Exa. Apresenta no relatório intercalar apontam para prevalências de 6.7% na população, mas há especialistas na Região, como sabe, que defendem prevalências de 15%.

Apenas 3 USI entre 2014 e 2016 aplicaram o questionário de risco para “Definição do grau de risco de diabetes em 10 anos” aos seus doentes. Outra USI aplicou em 2015 e outra em 2016, parcialmente.

Mas mais pobre e preocupante é o que se passa com o “Diagnóstico sistemático da Retinopatia Diabética”.

Oh, Sr. Secretário Regional, onde param os doentes diabéticos de S. Miguel?

O Quadro que o Sr. Secretário Regional apresenta no documento intercalar, contempla todas as ilhas menos os cidadãos de S. Miguel.

Onde estão os doentes diabéticos de S. Miguel?

O que é que é feito aos doentes diabéticos da Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel, que têm retinopatia diabética? Desapareceram, Sr. Secretário! É capaz de me explicar este dado?

Ora este Plano Regional de Saúde na sua avaliação intercalar não se compromete com resultados. Propõe melhorar sem quantificar, propõe melhorar mas sem definir em quanto tempo o faz. Assim Senhor Secretário Regional o Plano Regional de Saúde não passa de um plano de intenções.

Não bastam planos atrás de planos, à mercê de todas as comemorações e iniciativas. É preciso compromisso na responsabilidade de se atingirem objetivos a bem dos utentes do Serviço Regional de Saúde.

disse

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate de urgência é uma oportunidade de apresentar a esta Assembleia, e indiretamente a todos os açorianos e açorianas, o trabalho desenvolvido ao longo do primeiro ano de mandato que entendemos ter contribuído para melhorar o funcionamento do nosso Serviço Regional de Saúde.

Uma oportunidade também de conjuntamente discutirmos propostas e ideias que visem melhorar e aperfeiçoar o funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Nos seus quase 40 anos de história, o Serviço Regional de Saúde constitui-se como uma das grandes conquistas da Autonomia Regional.

O Serviço Regional de Saúde, é um sistema complexo, com realidades bastantes distintas de ilha para ilha e em permanente mutação. O que impõe constantemente novos desafios, obrigando a uma adaptação atenta e oportuna, pela compreensão daquilo que o passado nos evidenciou, do mais que o presente nos confronta, por forma a perspetivar um futuro mais coerente e sempre determinado.

Há aproximadamente um ano, no âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2017, anunciámos a necessidade de se proceder à avaliação do Plano Regional de Saúde 2014-2020, afirmando-se que *“só avaliando poderemos ter a certeza de que estamos no rumo certo e só avaliando poderemos corrigir, e corrigindo estamos a evoluir.”*

O “Relatório de Avaliação Intercalar do Plano Regional de Saúde” foi apresentado em reunião do Conselho Regional de Saúde, no passado mês de dezembro. Considerando a importância estratégica do documento em causa para a definição, desenvolvimento e execução das políticas de saúde para os próximos anos, entendemos dever partilha-lo e envia-lo a esta Assembleia.

Este Relatório evidencia indicadores de saúde e resultados obtidos entre os anos 2014 e 2016, permitindo uma monitorização da concretização do Plano Regional de Saúde, no que concerne a cada uma das suas áreas estratégicas.

Assumimos com humildade os resultados que nele estão expostos: os mais robustos, de forma a continuar a potencia-los e dinamiza-los e os mais débeis, para que sejam alvo de maior atenção e desenvolvimento no futuro, de acordo com as recomendações que também estão expressas no referido Relatório.

No que concerne a recursos humanos, no triénio 2014-2016, constata-se que é no ano 2016 que se regista o número de médicos mais elevado da Região, nomeadamente 599, quer sejam da carreira médica hospitalar, Medicina Geral e Familiar e medicina dentária, bem como ao nível do internato médico. Os enfermeiros atingem em 2016 o seu maior número, 1.545, possuindo o SRS 323 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 54 nutricionistas e psicólogos, entre muitos outros profissionais.

Entre 2014 e 2016 registou-se um aumento no total de consultas de 23%, sendo que o aumento de consultas nas USI's neste período foi de 36% e nos Hospitais de 11%, atingindo-se praticamente as 790 mil consultas.

Ao nível dos cuidados de saúde primários, o aumento verificado foi mais expressivo nas consultas de saúde de adultos, na saúde da mulher, quer na vigilância da gravidez quer no planeamento familiar, na saúde infanto-juvenil, bem como nas consultas de psicologia e nutrição.

É também nos cuidados de saúde primários que as consultas de enfermagem aumentaram cerca de 160% de 2014 para 2016.

Nas ilhas sem hospital, o número total de consultas efetuadas pelos médicos especialistas tem vindo a aumentar, registando-se 3.612 consultas em 2014 e 8.462 em 2016, bem como o número de meios complementares de diagnóstico e terapêutica realizados, passando de 1.927 para 6.848. A deslocação total de doentes entre 2014 e 2016 apresentou um aumento de 12,65%, tendo-se registado 210 evacuações aéreas no ano 2016.

As intervenções cirúrgicas aumentaram durante o período em avaliação, não sendo, no entanto, suficientes para reduzir as listas de espera e o tempo de

permanência nas mesmas, situação que está a merecer a nossa melhor dedicação para a sua resolução, facto este que revela por um lado o aumento da produção cirúrgica e por outro a melhoria da acessibilidade dos utentes.

Na área de intervenção na saúde da mulher, tem vindo a aumentar a taxa de utilização de consultas de planeamento familiar nas USI's, quer ao nível das consultas médicas quer ao nível de consultas de enfermagem, realçando-se que a proporção de grávidas com 6 ou mais consultas de enfermagem subiu de 22,4% em 2014, para 62% em 2016.

Verificou-se uma melhoria significativa dos indicadores na intervenção da saúde infantojuvenil, que refletem uma vigilância mais eficaz, ao nível do diagnóstico precoce dos recém-nascidos, da proporção de consultas médicas realizadas até aos 28 dias de vida, a proporção de crianças com pelo menos 6 consultas médicas de vigilância de saúde infantil no 1º ano de vida e de pelo menos 3 consultas no 2º ano de vida, situação que é determinante para uma intervenção precoce que permita garantir um melhor acompanhamento no desenvolvimento dos nossos jovens. As taxas de cobertura da população abrangida pelo Programa Regional de Vacinação são bastante elevadas, com valores superiores a 99%.

A taxa de cobertura da saúde escolar atinge os 100% ao nível do pré-escolar, Ensino Básico e Secundário. A percentagem de crianças livres de cárie encontra-se acima da média nacional.

A esperança média de vida à nascença sobe para 77,2 anos em 2016; a taxa de mortalidade infantil é a mais baixa do país, 1,8 por mil nados vivos, e o valor mais baixo de sempre desde que há registos (série 1990-2016).

No que se refere às dependências: 27,6% da população açoriana, com idades compreendidas entre 20 e 74 anos, fuma diariamente. Nos últimos 12 meses, aproximadamente 15% dos residentes bebeu diariamente, pelo menos uma bebida alcoólica. A prevalência de consumo de drogas ao longo da vida para a

população em geral é de 10,6% e nos últimos 12 meses é de 3,6%. Perante este cenário, o Serviço Regional de Saúde respondeu com o aumento do número de consultas de acompanhamento e tratamento.

A taxa de cobertura da vigilância médica das pessoas com diagnóstico de diabetes que utilizaram as USI em 2015 era de 32,7% e em 2016, aumentou para 39,9%. No acompanhamento de enfermagem, 30% dos utentes foram consultados em 2015, e esta percentagem ascendeu aos 49% em 2016.

Com o enfoque dirigido para o problema da obesidade a nível regional, verifica-se que a proporção de inscritos nas USI, com idade igual ou superior a 14 anos, com registo de avaliação de Índice de Massa Corporal (IMC), tem vindo a aumentar, constatando-se em 2014, 22,3% e em 2016, 38,6%.

Considerando o número de inscritos nas USI, em 2015, a prevalência de Hipertensão Arterial (HTA) na RAA, foi de 15,1% e em 2016 foi de 17,7%, pelo que também a proporção de pessoas com dislipidémia aumentou de 13,6% em 2015 para 17,3% em 2016.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é tudo mau!

O Orador: Nós estamos a acompanhar, significa que estamos a monitorizar cada vez mais.

Verificou-se ainda a mesma tendência de aumento para o número de pessoas com diagnóstico de Acidente Vascular Cerebral e Enfarte Agudo do Miocárdio. Neste contexto, o número de consultas médicas registou um aumento de 21% para 26,9%, nos anos de 2015 e 2016, respetivamente.

O número de utentes com perturbações mentais comuns, designadamente demência, perturbações de ansiedade e perturbações depressivas, mostra um padrão crescente. No entanto, a proporção de inscritos nas USI, com idade igual ou superior a 18 anos, com diagnóstico de depressão a quem foi prescrita terapêutica antidepressiva tem vindo a diminuir desde 2014, tendência

igualmente verificada para a prescrição de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos a pessoas com mais de 65 anos.

Relativamente aos rastreios oncológicos em execução, no caso do Rastreio Organizado do Cancro da Mama, os dados apontam para uma população rastreada que corresponde a 29 523 mulheres, sendo a taxa de participação de 75,3%, relativamente à 4ª volta (2015-2016). Em relação ao Rastreio Organizado do Cancro do Colo do Útero, a população rastreada foi de 24 572 indivíduos, sendo a taxa de participação de 36%, no que se refere à 2ª volta (2014-2016). No Rastreio Organizado do Colon e Reto a população rastreada foi de 11 129 indivíduos, tendo sido a taxa de participação de 31,9% (1ª volta 2014-2016).

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes são alguns dos dados que corroboram a perceção de que o SRS, numa perspetiva global, tem melhorado a sua capacidade de resposta aos cidadãos.

O SRS complementa-se pela resposta integrada e articulada entre as USI e os Hospitais, em função das necessidades dos utentes e da capacidade de resposta que cada unidade de saúde possui.

De acordo com os dados apresentados, e servindo este relatório de avaliação intercalar como uma forma de diagnóstico de situação, é igualmente importante referir de que existem áreas com oportunidades de melhoria no SRS, para as quais estamos a dirigir a nossa intervenção e que, estão a merecer uma intervenção sustentada e estruturada.

Por isso, e como temos vindo a afirmar desde o início deste mandato, uma aposta na prevenção e promoção da saúde não se coaduna com resultados imediatos e é muito importante consciencializarmo-nos de que só a médio prazo teremos resultados provenientes de mudanças de comportamentos e da adoção de atitudes saudáveis.

É por isso que conscientes dos problemas da obesidade, hipertensão, diabetes e doenças cardiovasculares definimos um Programa Regional de promoção da Alimentação Saudável, atualmente em consulta pública, como prioridade para melhorar os hábitos alimentares da população.

Para os problemas associados às drogas, álcool e tabaco estão definidas estratégias que permitirão estudar a dimensão da situação na região e orientar para uma intervenção mais ajustada, tendo já sido apresentado o Plano de Ação para a Redução dos Problemas ligados ao Consumo de Álcool, apostando na redução da oferta e da procura, com metas definidas até 2020, estando também para breve a apresentação de um plano específico relativo ao consumo de tabaco, ambos já apreciados no âmbito do Conselho Regional de Saúde.

Transversal a estas apostas, está inerente a necessidade de criar melhores condições formativas dos profissionais de saúde, as quais já se encontram em implementação, de acordo com o plano de formação anteriormente definido, o qual assenta nas necessidades e nas áreas identificadas no relatório como prioritárias.

Por outro lado, também a atempada garantia da abertura de concursos para os médicos recém especialistas tem tornado mais eficaz a sua fixação.

Em último lugar não posso deixar de referir que o facto de se ter registado uma evolução favorável do número de consultas realizadas no âmbito da deslocação de especialistas, no período 2014 – 2016, não obsta a que o Governo Regional prossiga o melhoramento do enquadramento legal deste tipo deslocações, enquadrando-as e articulando-as com outras garantias de cobertura assistencial dos Utentes do SRS, nomeadamente a deslocação de doentes e a telemedicina, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A telemedicina tem 21 anos! Há 21 anos que não funciona!

O Orador: ... e devolvendo às Unidades de Saúde de Ilha instrumentos de gestão que permitam por um lado incentivar a deslocação de especialistas, e por outro adequa-la às necessidades e disponibilidade da Unidade de Saúde.

E como tem sido a nossa postura durante esta governação, pretendemos continuar a envolver todos os intervenientes que, direta ou indiretamente, contactam ou usufruem do SRS, postura esta da qual têm sido testemunhas e alguns de vocês, agentes ativos e participativos.

Outro dos pilares estruturais para esta legislatura é sem dúvida a racionalização e o combate ao desperdício. Assim, através da introdução de medidas de gestão e racionalização alcançaremos um Sistema Regional de Saúde mais sustentável, que tem como princípio básico a maximização da utilização dos recursos disponíveis como forma de otimização do serviço prestado, tendo sempre como objetivo principal a melhoria contínua do Serviço Regional de Saúde.

Disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está então aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente:

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para este debate de urgência acerca do funcionamento do serviço regional de saúde dos açores, tomei a liberdade de consultar a intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde aquando da discussão do plano e orçamento, 2018.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem!

O Orador: O Sr. SRS afirmou então no seu discurso a 28 de Novembro de 2017 que o investimento seria na melhoria continua e na mais valia dos sistemas de informação. Continuamos, no entanto, com sistemas diversos nas diferentes instituições da região, e pior, sistemas diversos intrainstituições que não permitem sequer a interacção e integração de informação.

Afirmou ainda nesta altura que o investimento em saúde no ano de 2018 seria de 27 milhões de euros. Eu pergunto-lhe, de que vale isto quando mais de 11 milhões são numa PPP, isto é um contínuo nos últimos anos.

O SRS disse que contribui para o objectivo de garantir a qualidade na prestação de cuidados de saúde a política de dotar os hospitais de melhores condições de trabalho – pergunto se são melhores condições de trabalho a não substituição em tempo útil dos profissionais que requerem por exemplo a licença parental, e a sobrecarga por consequência, dos restantes profissionais, os turnos extra, a desmotivação, o burn-out?

Mas o que pretendemos neste momento esclarecer, é algo que sempre preocupou o CDS e continua infelizmente a preocupar, e que o Sr. SRS também focou nesta sua intervenção são os cuidados paliativos. E neste particular, a intenção de replicar o modelo do HDES nos restantes hospitais. O que lhe pergunto é, para quando? Qual o ponto da situação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem

O Orador: Qual é a rede de cuidados paliativos que tem na região?

Para nós, o facto de existir uma rede regional de cuidados continuados e integrados, que contém os cuidados paliativos apenas contribui, desde logo, para a confusão que o cidadão comum normalmente faz entre cuidados continuados e paliativos, mas foi assim que foi nomeado, também não será um problema, no entanto é prejudicial para aquilo que é o fomento da pouca informação no âmbito deste tipo de serviço.

Mas digo-lhe mais Sr. Secretário o pouco que funciona, desta rede regional de cuidados continuados integrados, e não é em todas as ilhas, é a equipa de gestão de altas, e a coordenação local dos cuidados integrados, mas esta então, pessimamente, porque gere supostamente a articulação entre as unidades de internamento, equipas domiciliárias de cuidados paliativos, e reabilitação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Este é que é um assunto importante!

O Orador: Lembro-lhe que passaram 10 anos desde a publicação do DLR que cria esta rede.

Pergunto-lhe, também, se sabe o que acontece aos utentes que necessitam de cuidados paliativos no Faial (vou falar especificamente do Faial)? Os utentes com sintomas descontrolados recorrem à urgência 2, 3, 4 vezes por semana para controlar a sintomatologia. São atendidos por profissionais que não reúnem os requisitos que as próprias orientações para equipas de cuidados paliativos definem.

Já os doentes que necessitem de internamento em cuidados paliativos, têm quatro camas disponíveis no hospital da Horta, mas não há uma equipa que os trate.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que mais entranhamos é que a 31 de Maio de 2017, tenha vindo a Sr.^a Directora Regional da Saúde, ainda por cima alguém que é uma conhecedora deste tipo de cuidados, dizer que o que era necessário era começar pela formação. E prosseguia dizendo “já identificámos profissionais em ambos os hospitais (HSEIT e HH) interessados em fazer formação avançada e assim que eles concluírem podemos avançar”.

O que lhe pergunto Sr. Secretário, é que profissionais são estes que identificaram? Posso-lhe dizer que em 2015, havia no Faial e Pico por exemplo, 12 profissionais com essa formação avançada.

Pergunto-lhe então como prevê implementar este serviço concretamente, no hospital da Horta e no centro de saúde da Horta.

Pergunto-lhe se concorda, para este caso em particular, que o modelo ideal para a realidade do Faial seria uma equipa intra-hospitalar que sai para a comunidade, linha telefónica 24h, espaço físico, medicação disponível, e uma equipa que articula com restantes equipas de saúde da comunidade e do hospital.

Pergunto-lhe se lhe parece pedir muito um modelo destes. O que é que falta para o implementar, aqui e nas restantes ilhas?

E reforço a importância dos cuidados paliativos citando a OMS e o autor Xavier Batiste, que diz, estima-se que 60% do total das pessoas falecidas teriam beneficiado de cuidados paliativos. O mesmo autor refere que por cada doente paliativo oncológico conhecido, existem à partida, dois doentes não oncológicos a necessitar destes cuidados. Considerando que a unidade a cuidar é o doente/família, esta fase da doença tem impacto não só na pessoa com a doença, mas em média em mais três a quatro pessoas.

Pergunto-lhe, desde o planeamento do Governo Socialista dos Açores que anunciava a conclusão da rede de cuidados paliativos na região em dezembro de 2014, o que é que falhou?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tudo!

O Orador: Por que motivo ainda estamos como estamos? E relembro-lhe, 10 anos após criar a rede...

Pergunto-lhe também como é possível o reaparecimento de focos de tuberculose, um perigo de saúde pública, um retrocesso civilizacional, citando André Bradford, ao nível do Botswana!

Registaram-se cerca de uma dezena de casos de tuberculose no estabelecimento prisional da Terceira.

Podia dizer-se que era uma exceção, um exemplo irrepetível ... mas não, um ano depois, volta a acontecer numa unidade de saúde da mesma ilha. Não era grave que chegue. Mais uma vez a administração do HSEIT não tinha adquirido, ou verbas para adquirir, os kits para enviar as amostras para o Instituto Ricardo Jorge.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que falta na Região e deveria existir era um maior planeamento efectivo em saúde.

O que é urgente e inadiável é a necessidade de uma cultura de maior transparência na utilização de fundos públicos e de responsabilização pelas opções em termos de políticas de saúde.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu fiz-lhe um conjunto de perguntas, o senhor não respondeu a uma única pergunta que lhe fiz, agradecia que me respondesse.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas romarias, fazem-se sempre promessas.

Os contactos com as estruturas produtivas em saúde que são os hospitais e as restantes unidades de saúde, trazem sempre a debate problemas do costume, ou se fala do Sistema ou se fala dos utentes.

A sua Produção, o seu Financiamento, a alocação de recursos humanos. E trazem-no aqui porque no nosso sistema de saúde é a Região que financia e proporciona estes serviços. É o nosso Serviço Regional de Saúde.

A evolução da despesa em saúde cresce a ritmo quase constante em todos os países, é influenciada pelos ciclos económicos e acontece em todos os tipos de sistemas sejam de financiamento estatal ou regional, quer por seguradoras ou regimes mistos.

Só para avivar memórias neste debate, relembra-se aqui que a dívida dos hospitais portugueses mesmo em 2012 com todos os perdões de dívida na altura, esteve sempre acima do milhar de milhões de euros.

Que se saiba, mesmo assim a saúde em Portugal em 2016, avaliada pelos Euro Health Consumers Index, posicionou-nos num 14º lugar, à frente da Inglaterra e de muitos outros países de referência de um total de 35 países avaliados em toda a Europa; o que quer dizer que o sistema funciona acima da média da qualidade dos sistemas de saúde europeus.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Se podia funcionar melhor? Claro que evolutivamente sim; e terão sempre razão os que o desejam; mas, não têm razão os profetas da desgraça.

Há quem não se lembre de que quando o PSD foi governo em 2012 e o super-ministro Paulo Macedo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande Ministro!

O Orador: ... a quem se deveu as maiores perdões de dívida aos hospitais (no Continente) e também o maior corte no financiamento do SNS; além de uma antipatia básica para com os SRS; mesmo assim, não resolveu o problema, antes agravou-o, permitindo com o subfinanciamento por corte, o crescimento

exagerado da atividade privada concorrencial ao setor público e manteve um SNS com prejuízo em 2013 de 1.6 mil milhões de euros após reforço de 2 mil milhões.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mesmo que passado seja passado, hoje e aqui neste Parlamento e a propósito desta interpelação o que é importante questionar é se o PSD se interpelou primeiro sobre as questões essenciais que podem fazer a diferença; como por exemplo:

Que tipo de financiamento propõe para o SRS e em concreto para os Hospitais da Região?

Que propostas de refinanciamento ou de investimentos no Sistema Regional de Saúde apresentaram no passado, nomeadamente na discussão do Plano e Orçamento há alguns meses atrás?

Que me lembre as propostas feitas foram para mais despesa e menos receitas uma vez que até propuseram redução de impostos, sabendo-se que o financiamento da saúde e educação são responsabilidade da RAA através da alocação de grande parte das suas receitas.

Não havendo propostas concretas de refinanciamento, resta saber se será o PSD apologista da teoria do Robin dos Bosques que é tirar a uns para dar a outros? Se assim for, V^{as}. Ex.as já disseram quem tem menos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não ouviu a minha intervenção!

O Orador: Então perguntar-se-ia a quem retirariam financiamento e porquê?

E finalmente, será que o PSD está interessado em discutir a sustentabilidade do sistema ou o fim do princípio de um sistema tendencialmente gratuito e universal.

Srs deputados interpelantes. Que análises fizeram V.^{as} Ex.^{as} neste périplo, sobre as variáveis externas e internas que condicionam os gastos em saúde? Que diagnóstico fizeram?

Que variáveis internas e externas condicionam alguns dos seus problemas operacionais? Como propõe abordá-las?

Não ouvimos nada sobre isso. Por isso parece-me que este PSD decididamente não quer fazer parte da solução dos problemas em saúde, mesmo dos que aqui menciona.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Minha nossa Senhora! Não ouviu as propostas que foram apresentadas! Pelo amor de Deus! Paciência!...

O Orador: Sem apresentarem medidas reformadoras, limitam-se basicamente a fazer parte do problema. E porquê, porque esta interpelação é um rol do faz de conta que se preocupa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O GPPS, sabe que o nosso Sistema Regional de Saúde ainda tem um caminho de consolidação e evolução para percorrer, e tem-no feito com uma melhoria visível do nível dos cuidados prestados,...

Deputado Paulo Parece (PSD): Há gente que se presta a cada papel!

O Orador: ... mas também sabe que os orçamentos regionais para a saúde mesmo com os reforços aprovados, requerem atualização em função das tais variáveis internas e externas que V.^{as} Ex.^{as} não querem mencionar e que dependem sobretudo do financiamento que as nossas receitas condicionarem.

E olhem que isto não é só competência do Governo, é também e muito de quem critica, ou se quiserem, de quem quer fazer parte da solução do problema.

Mas também sabemos, e creio que todos nesta Assembleia sabem que existem desperdícios em saúde, consumismo e outras práticas que geram despesa desnecessária.

É aqui, na implementação de boas práticas e de educação para a saúde; que não tem preço, mas tem um custo, que devemos atuar para melhor gestão orçamental.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E aqui deixo o reconhecimento pelo excelente trabalho de gestão clínica e financeira do HDES, exemplo seguido já pelos outros hospitais da RAA, assim como o alerta para a necessidade da racionalização do custo benefício e do custo eficiência, partilhando-se em rede serviços de saúde, em benefício de mais saúde e melhores investimentos.

Esta interpelação encabeçada por quem da saúde, macro economia da saúde, devia saber mais, não faz sentido porque não aponta soluções.

Deputado José San-Bento (PS): Toma!

O Orador: Caros deputados. Já aqui foi dito que as soluções não passam só por mais dinheiro, mas sim e também por melhor adequação dos serviços.

Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E a responsabilização!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor não ouviu a minha intervenção!

O Orador: A eficácia do nosso SRS não passa só por mais técnicos ao serviço do sistema, mas por um sistema que utilize também mais e melhor os seus técnicos e serviços. É nisso que o Governo dos Açores também está empenhado.

Mas, esta não foi a motivação de V.^{as} Ex.^{as}. A motivação desta interpelação foi vitimizar mais e sempre o Sistema Regional de Saúde, como já o fizeram nesta legislatura, sempre em contraciclo com a avaliação positiva que os açorianos fazem dele.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ó senhor, mete dó!

Deputado Paulo Parece (PSD): A mim deixa-me triste ver o senhor fazer esse papel!

O Orador: A visão economicista coloca o preço das coisas acima do valor das mesmas. Felizmente não é esta a visão do Governo Socialista para a saúde dos açorianos; mas é tempo de nos unirmos para redefinição de prioridades em saúde, principalmente na alocação de recursos e investimentos. Isto é um

imperativo ético e social que até agora o PSD não se mostrou também interessado em assumir.

Deputado Duarte Freitas (PSD): A cada papel que o senhor se presta!

O Orador: Falar de listas de espera para cirurgias em números, propor técnicas cirúrgicas mesmo de pequena cirurgia em Centros de Saúde na proximidade de hospitais, e mesmo até assumir a deslocação de especialistas às Unidades de saúde Ilha sem hospital, ...

Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não precisa!

O Orador: ... sem estratificar questões de alocação de recursos técnicos e materiais, relação custo-eficiência, controlo de qualidade e suporte técnico e laboratorial nas complicações; é não querer ter uma saúde de qualidade com adequação e racionalização de meios.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Dê-se ao respeito!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, os açorianos e açorianas sabem a saúde que têm e confiam no sistema para lhes garantir a saúde que merecem no futuro.

Por isso não entendem esta interpelação, ...

Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não entendem! Não entendem!

O Orador: ... porque até agora, o PSD não fez nada que os levem a considerar que, se o nosso SRS estiver em perigo o PSD o possa salvar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mesmo com a propositura aqui enunciada, com a vossa preocupação que é também a nossa de que o plano regional de saúde para além de um documento analítico deve e pode melhorar o futuro decididamente esperávamos mais propositura e menos lamúria; e talvez seja por isso que o nosso SRS, não pode ainda contar convosco.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só lamúrias!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ainda assim foi uma revelação! Foi bom conhecê-lo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Srs. Deputados, de uma coisa penso que certamente não me poderão acusar, é de falta de transparência.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O ano de 2017 foi um ano em que decidimos que era necessário avaliar a execução do Plano Regional de Saúde e como tal foi um objetivo que cumprimos, envolvemos todos os parceiros do Conselho Regional de Saúde, nomeadamente as ordens profissionais, sindicatos e outras associações e decidimos enviá-lo também para vosso conhecimento.

Como tal, foi uma avaliação feita para o período de 2014/2016.

Aquilo que eu pretendi demonstrar na minha intervenção foi que com a produção que se verificou no Serviço Regional de Saúde, foi possível nós detetarmos cada vez mais o estado de saúde dos nossos açorianos e como tal permitir agora corrigir aquilo que deve ser corrigido, em termos da execução do próprio Plano Regional de Saúde e tomar as medidas que são necessárias para todas aquelas situações que originam determinadas doenças crónicas, como eu próprio defini na minha intervenção, nós apresentarmos de imediato, planos, programas para o combate a elas mesmas.

Foi isso que nós fizemos no decorrer do final do ano passado, também envolvendo os parceiros do Conselho Regional de Saúde, onde apresentamos todo um conjunto da nossa estratégia a médio e longo prazo, relativamente à promoção e prevenção de hábitos de vida saudáveis.

Não precisava dizê-lo, mas posso informar que foi bastante elogiada por todas as ordens profissionais, sindicatos e parceiros do Serviço Regional de Saúde, a estratégia que foi levada a cabo e que irá ser implementada nos próximos anos.

Como tal, estamos confiantes que conseguiremos, a prazo, resolver muitos desses problemas que estão perante nós.

Sabemos das debilidades que existem, sabemos das melhorias que devem ser feitas e é para isso que nós estamos cá, mas com transparência.

Deputado Luís Garcia (PSD): Transparência?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Total!

O Orador: Da nossa parte podem contar que tudo verã no sentido da regularização desses sentidos.

Sr. Deputado Rui Martins, nós já tivemos oportunidade de falar sobre a questão da rede de cuidados paliativos, na discussão do Plano, e eu demonstrei ao Sr. Deputado a minha preocupação também relativamente à conclusão desta rede.

Relativamente à questão da Ilha do Faial, o Sr. Deputado sabe que na altura informei-o que estava a finalizar o concurso de uma especialista de oncologia, que também tinha formação na área de cuidados paliativos, que irá entrar para o quadro do Hospital da Horta, agora em março e que fará parte e liderará essa equipa de cuidados paliativos que certamente com a colaboração da Unidade de Saúde de Ilha, poderemos ter aqui um misto, tal como o Sr. Deputado afirmou, de uma relação interdisciplinar entre o hospital, com as quatro camas que irão ser disponibilizadas e o trabalho domiciliário do Centro de Saúde.

É uma situação que já ocorre na Ilha Terceira, só completar o pedido de informação que o Sr. Deputado fez, relativamente a cuidados domiciliários, de cuidados paliativos. No Hospital do Divino Espírito Santo temos dez camas e uma equipa a trabalhar que tem merecido a nível nacional o reconhecimento pela excelência do seu trabalho e a Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel já está a implementar também um processo de criação de equipas domiciliárias que trabalharão em colaboração com esta equipa da Unidade de Saúde de Ilha do Hospital do Divino Espírito Santo.

Faltará para completar a tal rede que o Sr. Deputado frisou, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, criar as condições para disponibilizar as camas que estavam previstas naquela rede.

Quanto aos sistemas de informação, Sr. Deputado, eu também aqui já fui claro, nós não vamos viver mais experimentalismos, nem mais gastos desnecessários em termos de sistema de informação.

Cada Unidade de Saúde de Ilha, cada hospital tem os sistemas que tem, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é uma crítica aos governos anteriores!

O Orador: ... foi feita agora uma candidatura em conjunto pelos dois hospitais da Ilha Terceira e de S. Miguel aos fundos comunitários, ao PO Açores 2020, para completarem da parte deles os sistemas de informação relacionados com a Glintt e agora a nossa aposta é a interoperabilidade entre esses sistemas.

Obviamente que nós sabemos, e eu próprio assumo, que neste momento não há a perfeita comunicabilidade entre as unidades de saúde de ilha e os sistemas de informação do hospital.

Mas aí é a nossa aposta e nós já fizemos várias aproximações com as empresas detentoras dos sistemas de informação para que isso seja possível.

Sr. Deputado Luís Maurício, relativamente às questões que me colocou.

Efetivamente nós temos vindo a fazer um esforço considerável, como diz a representante da Ordem dos Médicos nos Açores, para acarinhar os internos.

Eu acho que é de relevo considerar-se que os Açores fizeram aquilo que a nível nacional e no arquipélago vizinho não conseguiram fazer, que foi os internos que terminaram em 2017, nós rapidamente lançamos os concursos para a sua fixação.

Isso foi determinante para que esses internos ficassem aqui nos Açores e essa é uma aposta que nós vamos fazer constantemente relativamente aos internos.

Em Medicina Geral e Familiar, obviamente que nós sabemos que temos internos suficientes para as nossas necessidades, o problema não é o número de internos que nós sabemos que vamos ter para a Terceira ou para S. Miguel, o problema é o número de internos que nós necessitamos de Medicina Geral e Familiar para as ilhas mais pequenas e aí a aposta tem a ver de acordo com as necessidades que eles próprios levantaram, uma aposta forte ao nível da formação de emergência e de risco para esses médicos, para terem mais condições, sentirem-se mais capazes de poderem ir para as ilhas onde não há hospital. Isso também foi apresentado ao Conselho Regional de Saúde.

Relativamente à portaria da deslocação de especialistas, ela está para breve, não vou avançar uma data para depois o Sr. Deputado voltar a acusar-me de que eu não cumpri as datas, agora por acaso é curioso, Sr. Deputado, as propostas que o Sr. Deputado fez o favor de mencionar ali da tribuna, são exatamente as propostas que eu apresentei à Ordem dos Médicos, portanto como tal, daqui só quero concluir que estamos de acordo relativamente àquilo que deve ser a portaria da deslocação de especialistas relativamente ao futuro.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Curioso!

O Orador: O Sr. Deputado perguntou relativamente ao recrutamento e qual era o planeamento.

O Orçamento da Região para 2018 definia que iria haver um mapa anual, um mapa global consolidado de recrutamento, esse mapa está para aprovação e aí

virão todas as necessidades que nós temos ao nível de recrutamento de recursos humanos para o ano de 2018.

Obviamente que nós sabemos e temos referenciado todo um conjunto de médicos que se irão reformar nos próximos 10 anos e como tal a primeira medida é também acarinhá-los e há vontade, na maioria deles, de continuarem a trabalhar e nós iremos disponibilizar o Serviço Regional de Saúde para a contratação rapidamente.

Relativamente ao rastreio da retinopatia, a informação que eu tenho é que o ano passado foram realizados já na Povoação, Vila Franca e em dezembro na Ribeira Grande, portanto, a informação que eu tenho é que foi retomado este rastreio da retinopatia diabética.

Relativamente às listas de espera cirúrgicas.

Nós já anunciamos, em outubro do ano passado, que tínhamos um objetivo. O objetivo é encarar esse problema das listas de espera cirúrgicas de frente e tentar corrigi-lo o mais rapidamente. É isso que temos vindo a fazer, para já publicando mensalmente toda a informação relativa à produção cirúrgica, aos tempos médios de espera, toda a informação para ela ser totalmente transparente.

Aquilo que nós verificamos (e continuamos a pôr nesses relatórios mensais, a separação entre listas de espera cirúrgica e pequenas cirurgias) em 2017 é que no correspondente às listas de espera de cirurgia, elas diminuíram ligeiramente, cerca de 95 pessoas, obviamente que a lista de pequena cirurgia aumentou consideravelmente.

Isso também resulta do facto do esforço que foi feito no Hospital do Divino Espírito Santo, de aumentar as consultas e a referenciação, no entanto nós sabemos a quantidade de pequenas cirurgias que também foram feitas neste hospital.

O que é certo é que, por exemplo, com o projeto piloto que fizemos do programa CIRURGE, nos meses de novembro e dezembro, nós conseguimos nas especialidades que foram escolhidas para este projeto, reduzir substancialmente o número de dias de espera, por exemplo: cirurgia vascular diminuiu 207 dias; otorrino, 37 e oftalmologia 73.

Foi um exemplo de que o projeto que nós queremos implementar do CIRURGE, onde se dá prioridade efetivamente a quem está há mais tempo, vai resultar e nós no ano de 2018 iremos reforçar este projeto e acompanhar mensalmente no sentido de que efetivamente se consiga reduzir essas listas de espera.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(* **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o senhor voltou a não me responder às perguntas que lhe coloquei.

Deputado Francisco César (PS): Hein?!

O Orador: E não são muitas perguntas, Sr. Deputado Francisco César! Sabe por que é que não são muitas perguntas? Porque eu tive oportunidade de colocá-las em requerimento, a 24 de agosto de 2017 e o Sr. Secretário Regional respondeu-me a 5 de dezembro de 2017, três meses depois respondeu, não respondendo. Não respondeu a nenhuma das perguntas que eu lhe coloquei agora voltou a não responder!

Sr. Secretário, volto a colocar-lhe as mesmas questões: onde está a plataforma informática que permite ao doente saber o tempo máximo de espera de cada

uma das especialidades cirúrgicas, em cada um dos hospitais para poder escolher?

Sr. Secretário Regional, existe ou não existe informação, informaticamente disponibilizada aos médicos e aos doentes, no sentido de eles saberem o tempo de resposta máxima, por consulta, em cada uma das consultas dos nossos hospitais da Região?

Como pode um médico de família referenciar os doentes de forma mais rápida para as diferentes instituições?

O senhor não me respondeu a essa pergunta! Não me respondeu a nenhuma das perguntas que eu lhe coloquei, Sr. Secretário Regional!

Oh Sr. Deputado Faria e Maia, vamos falar de romarias.

De romarias, disse V. Exa., que se faziam promessas, mas então eu chego à conclusão, incluindo V. Exa., que estou perante um conjunto enorme de romeiros, Sr. Deputado! Romeiros que incluem não só a vossa bancada, mas o Governo também. Sabe quem são os romeiros que nas romarias das portarias não cumpridas escreveram? Sabe o que é que esses romeiros escreveram?

Escreveram assim: “as listas devem incluir (dos utentes em espera, portaria 23 de janeiro de 2015) todos os utentes em espera independentemente do tempo de inscrição e do tipo de bloco operatório e de anestesia necessário”.

Onde é que isso está Sr. Secretário?

Os romeiros que fazem parte das romarias do incumprimento das promessas que os senhores fizeram descrevem também: “o sistema informático de alertas e notificações da Saudaçor, deve notificar mensalmente por serviço de mensagens curtas (SMS), os utentes que tenham os dados atualizados da sua ordem na lista de inscritos para cirurgia, de acordo com o SIGLICA”.

Sr. Secretário Regional, onde é que isto está? Onde é que estão os romeiros desta romaria de uma quaresma que nunca existiu, Sr. Secretário Regional? Onde é que isso está? Diga lá onde é que o senhor cumpriu aquilo que o seu

Governo disse, prometer aos doentes? Diga onde é que está! Responda às perguntas que eu lhe coloquei!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem agora a palavra.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha intervenção inicia-se com duas premissas:

A primeira premissa é afirmar e reafirmar que o Grupo Parlamentar do PS nunca se irá furtar, de fazer um juízo ponderado daquilo que é o nosso Serviço Regional de Saúde.

Desse juízo, que fazemos com responsabilidade, com serenidade e realismo, concluímos que há indiscutivelmente uma grande evolução na qualidade e na quantidade dos serviços prestados a todos os açorianos.

Temos, efetivamente, como já aqui foi referido pelo Sr. Secretário, de facto, aumentado muito aquilo que são infraestruturas e melhorado os recursos humanos para fazer face sempre mais e melhor aos nossos cidadãos.

Mas há aqui uma coisa que nós queremos sobretudo realçar e queremos sobretudo deixar bem vincado: é que tudo isto nunca poderá ser feito, nem será feito sem o mérito dos profissionais de saúde, que ao longo de 40 anos têm garantido a sustentabilidade, o funcionamento, a evolução e a melhoria dos cuidados de saúde que temos na Região.

Deputado Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Este mérito nós devemos cada vez mais realçar porque ao fazê-lo estamos também a incentivar estes profissionais de saúde, a manterem e empenhá-los para com o Governo, para com todos, não só com o PS mas com

todos os partidos nesta Assembleia, também possamos encontrar mais e melhores soluções, mais e melhores alternativas, para cada vez mais estarmos mais aptos e mais capazes para respondermos aos inúmeros problemas que se levantam aos nossos cidadãos, em face da evolução e do aumento da esperança de vida.

Mas também queremos, por outro lado, reafirmar que muito tem sido feito pela saúde dos açorianos ao longo destes anos.

Reconhecemos que já fizemos muito ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade, mas ainda falta muito por fazer!

O Orador: ... mas também há muito para fazer e que falta fazer, reconhecemos isso como sempre reconhecemos e vamos continuar a reconhecer sempre que isso acontecer. Não fugimos a essa responsabilidade, como também não fugimos à responsabilidade de trazermos e fazermos a avaliação, fazermos a correção, fazermos propostas, trazermos propostas, discuti-las, avaliá-las e implementar aquilo que for o mais adequado, o mais justo e o mais equilibrado para o Serviço Regional de Saúde, porque sabemos também que os recursos para a saúde não são infinitos e cada vez mais esses custos são cada vez maiores pelas mais variadas razões que todos conhecem.

Mas há uma coisa que também queria aqui deixar e registar.

Registar com agrado a primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício da tribuna, em que ele diz que é preciso falar e abordar as questões da saúde de forma leal, estamos de acordo; falou na qualidade dos profissionais de saúde, que aqui também já referi; falou no direito ao acesso aos cidadãos, que nós temos pugnado por garantir e aumentar; falou de facto das idoneidades formativas que são de facto uma realidade por força da intervenção dos governos do PS, ...

Deputado José San-Bento (PS): Recursos humanos!

O Orador: ... que junto das ordens, têm sabido defender essas idoneidades e tentar aumentá-las; falou também no reconhecimento do aumento do número de médicos de Medicina Geral e Familiar que também é uma verdade como o Sr. Deputado sabe e é também um grande esforço deste Governo, como dos Governos do PS; falou também das dinâmicas que têm sido criadas e isso registo aqui com agrado.

Mas nós também temos que ter uma palavra não só para todos que estão diretamente ligados ao Serviço Regional de Saúde e que com ele colaboram, mas também essencialmente lançar uma mensagem de confiança aos açorianos e açorianas e lembrar que as nossas instituições de saúde, muitas delas, já têm certificações ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas para que é que serve se as coisas continuam sem funcionar!

O Orador: ... e essas certificações nacionais e internacionais e outras que estão em curso, garantem, dão confiança, dão segurança e dão credibilidade aos nossos serviços de saúde, como também o dão aos profissionais que lá trabalham.

Por isso gostaria de relembrar, por exemplo, a certificação da qualidade no âmbito do Programa Nacional da Acreditação que foi concedida à Unidade de Saúde da Ilha do Faial, por exemplo, à Unidade de Saúde da Ilha de S. Jorge, à Unidade de Saúde da Terceira, ao Centro de Saúde de Vila Franca e aos outros que com certeza irão também atingir este patamar.

A nível dos hospitais relembrar aqui a acreditação do Hospital de Ponta Delgada, que foi pioneiro nesta acreditação, como também na menção honrosa que foi concedida recentemente aos Hospital da Horta, através do Top5'17, que vem demonstrar a excelência e a melhoria dos níveis do desempenho deste hospital.

Reúnem-se um conjunto de condições, que muito irão favorecer e continuar a estimular o Governo e o Grupo Parlamentar do PS, para continuarmos a melhorar sempre o Serviço Regional de Saúde, em prol dos açorianos e das açorianas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputado da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, sr. Deputado.

Tem agora a palavra a sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação, que no fundo pretende avaliar, analisar o estado de saúde do nosso Sistema Regional de Saúde, iniciativa do PSD é, quanto a nós, sempre oportuna, mas corre sempre o mesmo risco e ao fim de quase duas horas de debate ...

Deputado Francisco César (PS): Como 2 horas de debate? Começámos às 10!

A Oradora: ... nós estamos exatamente na “pescadinha de rabo da boca”, que é a teoria do “copo meio cheio e do copo meio vazio”.

Eu penso que só há uma maneira de sair deste impacto do “copo meio cheio e do copo meio vazio”, é irmos aos factos porque contra factos só há argumentos, contra factos só há argumentos e também é isso temos assistido aqui ao longo desta manhã, contra factos que são indiscutíveis há depois os argumentos, ou para o justificar, ou então para os negar.

Vamos então a alguns factos, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro facto: há cerca de três anos atrás o Governo Regional assumiu e bem que havia um subfinanciamento crónico no Sistema Regional de Saúde e

aumentou o financiamento de forma, não diria relevante, mas com algum relevo em relação à quantia, digamos assim.

Na altura o BE disse que esse aumento de investimento corria o risco de ser completamente absorvido, quer pela dívida, quer pela parceria público privada existente na Região.

Tivemos e temos razão!

Na realidade esse aumento de investimento para o Serviço Regional de Saúde, está quase que absorvido nestas duas realidades.

Depois, nós temos vindo a assistir a propósito do Robin dos Bosques, que foi aqui referido, o Robin dos Bosques no sentido de que nós sabemos para quem é que queremos mais, mas não sabemos a quem é que devemos tirar, ora o Robin dos Bosques não tinha a mínima dúvida, nunca teve problemas, nem angústias existenciais, sabia muito bem que havia de tirar aos que tinham mais, para dar aos que tinham menos.

Sras. e Srs. Deputados:

Na saúde também é assim: nós sabemos que não podemos tirar ao público e ao Sistema Regional de Saúde, para dar aos privados, que são aqueles que têm mais.

Mas na realidade, Sras. e Srs. Deputados, é isso que tem acontecido e que vai continuar a acontecer, veja-se o caso do futuro hospital particular da Lagoa, vai continuar a acontecer na nossa Região.

Portanto, da mesma maneira que o Robin dos Bosques, nunca teve problemas existenciais sobre onde é que ia tirar, eu penso que na Região também não deve haver.

Nós sabemos muito bem a quem é que não queremos dar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A quem é?

A Oradora: ... agora temos que fazer uma opção, temos que fazer uma escolha. Isto é um facto, também!

Depois, quando se dá para um lado, falta no outro e Sras. e Srs. Deputados, permitam-me o atrevimento de partilhar alguma da minha experiência, que por razões que são minhas, adquiri nos últimos meses num contato direto, não é teórico, não é lido, é num contato direto com o Sistema Regional de Saúde da nossa Região e dizer-vos o seguinte:

Encontrei pela frente, ao longo de meses, profissionais de qualquer tipo de categoria, desde o auxiliar ao médico responsável e ao diretor clínico, da maior competência, do maior empenhamento, do maior espírito de sacrifício, exaustos? Sim. Frustrados? Muitos deles, também sim. Muitas vezes sem saber como é que haviam de acorrer a tudo o quanto lhes era pedido? Sim. Mas de uma paciência, de uma capacidade de dedicação e de um sentido de responsabilidade, acima de qualquer crítica ou suspeita!

Mas, Sras. e Srs. Deputados, da mesma maneira que temos isto, deixem-me falar-vos daquilo que eu vi que falta.

Olhe, faltam enfermeiros, exaustos completamente. Eu própria vi alguns deles saírem de manhã, depois de uma noite inteira de trabalho, e às seis da tarde estavam novamente lá para trabalhar! Faltam enfermeiros! Faltam médicos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mentira!

Deputado Carlos Silva (PS): Mas quem é que disse o contrário?

A Oradora: Faltam auxiliares!

Isto é o comum, todos nós sabemos que falta isto.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde, faltam pensos para as feridas dos doentes!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Dr. Faria e Maria, e agora?

A Oradora: Pensos! E estou a falar no caso concreto do Hospital de Ponta Delgada.

Faltam pensos e não é só pensos normais, não há pensos impermeáveis e depois para uma ferida pequenina põe-se um penso assim porque não há pequenino, chama-se desperdício. Desperdício! Má gestão!

Portanto, o dinheiro, que é nosso, dinheiro público, não está a ser gerido convenientemente.

Faltam sacos de água quente! Os sacos de água quente do Hospital de Ponta Delgada são duas luvas de médicos, enfiadas uma na outra!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Bem bom!

A Oradora: Faltam roupas para as camas! Ao fim de semana um doente pede um cobertor porque tem frio, não há! Faltam roupas para as doentes e para os doentes! Não há roupas para serem disponibilizadas às pessoas que não levam os seus próprios pijamas, a sua própria roupa consigo.

Eu vi um médico e duas enfermeiras, durante horas, a contatarem todos os serviços daquele hospital à procura de uma cama, para uma senhora das Flores que, pela segunda vez, se tinha deslocado àquele hospital para ser intervencionada, e é um médico e duas enfermeiras que correm todos os serviços a pedir por favor uma cama, para que esta senhora não volte novamente para as Flores sem receber a sua intervenção!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é todos os dias!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isso acontece tanta vez!

A Oradora: Falta equipamento informático, que dia sim, dia não, falece, não está operacional, os médicos não conseguem trabalhar com ele, não entram em nenhum sistema!

Faltam funcionários, isto é do mais elementar mas tem que ser dito, que deem alguma decência ao serviço de bar daquele hospital.

Aquilo não é uma romaria, aquilo é uma feira ali dentro! Com duas pessoas que só falta fazerem o pino para poderem atender as dezenas e dezenas e dezenas de pessoas que tantos dias ali vão.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é privado, Sra. Deputada! É concessionado!

A Oradora: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamos voltar ao princípio da nossa conversa.

Há que fazer uma escolha nesta Região, há semelhança da escolha que também tem que ser feita no continente, na República, porque nós bem sabemos que na República o dinheiro do sistema nacional de saúde vai para os privados e é permanentemente transferido do público para o privado.

Mas, se assim é na República, não tem que ser assim nos Açores, mas é, mas é, Sr. Secretário Regional!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nos Açores é pior!

A Oradora: Continua a ser! O futuro Hospital da Lagoa, a Câmara já lhe deu tudo, só falta agora o Governo Regional dizer que é um PIR para lhe dar o que falta.

Agora, eu pergunto: como é que numa ilha com 145 mil habitantes que tem um hospital de referência, há um hospital privado que no fundo vai ser mimético em termos de serviços do hospital público e vai fazer exatamente a mesma coisa! Mas nós precisamos de um outro hospital? Então por que é que os serviços que são necessários não são internalizados dentro do Hospital de Ponta Delgada? Porque não há dinheiro para pagar aos profissionais? Então, mas há dinheiro para o PIR! Há dinheiro para pagar o privado!

Sr. Secretário Regional, a opção em termos políticos continua por fazer nesta Região!

Portanto, há má gestão! Há falta de sensibilidade...

Olhe, eu pergunto-lhe nesta altura, aliás fiz essa pergunta a mim própria ao longo de meses no hospital, onde é que está a Saudaço?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a dívida?

A Oradora: Onde é que está a Saudaço, em termos de gestão, em termos de planificação, em termos de compras? O que é que é feito da Saudaço? Não

existe! Não existe para coisa nenhuma! Não responde a nenhuma necessidade, é uma entidade invisível! Essa, sim, é uma entidade fantasma!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não é!

A Oradora: Para nós, utentes! Mas pagamo-la! Todos nós a pagamos!

Portanto, terminando.

Opção: queremos um Sistema Regional de Saúde digno desta Região e digno dos profissionais que trabalham para ele, temos condições de o ter, mas temos que fazer uma opção: ou queremos investir no público, que é pago por todos nós e, portanto, deve ser usufruído por todos nós; ou vamos dividir com o privado e as migalhas então ficam para o público, e não, esse não é o caminho para o BE!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, não estava para intervir neste debate, mas não posso deixar passar algumas referências que foram ditas aqui.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Faria e Maia faz referência ao Governo da República. Não me cabe naturalmente a mim defendê-lo, mas cabe-me a justiça de repor.

O Sr. Deputado deve andar distraído ultimamente, ou só a cegueira político partidária pode fazer com que o Sr. Deputado tenha feito a afirmação que fez dali de cima.

Mil milhões de euros de cativações na República! Mil milhões de euros!

Nada é pago na saúde, nem um simples guardanapo, sem o visto do Ministro das Finanças. Nada! Nem um guardanapo é pago na República, sem o visto das finanças.

Regressou-se ao tempo da velha senhora em que o Presidente do Conselho, punha o visto em tudo! Regressou-se ao tempo da velha senhora! Isso é que é

uma vergonha! Cativações até para comprar o papel higiénico! Não compram sem o Ministro das Finanças autorizar! Mil milhões de euros de cativações na saúde, é o que se passa, por isso o défice está a diminuir!

Descongelam 15 milhões num dia e congelam 24 horas depois, enganando o povo, enganando os profissionais de saúde! Isso é que é uma verdadeira vergonha!

As listas de espera nacionais que estavam em três meses, a lista de espera cirúrgica, passou para quase seis meses. Aumentou! Está quase a apanhar a dos Açores, essas estão em dois anos, mas está quase, aproxima-se da dos Açores, Sr. Deputado Faria e Maia.

Portanto, não é justo o que o senhor aqui veio dizer, é injusto e é incorreto!

Eu acho que o testemunho da Zuraida Soares, diz tudo, não precisa dizer mais nada. Grandes e bons profissionais de saúde, que suportam as ineficiências do sistema!

Mas há mais: o que é que é feito do dinheiro que se poupou na deslocação de especialistas? Onde se investiu o dinheiro que se poupou nos reembolsos aos doentes?

Onde se investiu o dinheiro que se poupou na deslocação de doentes?

Onde se investiu esse dinheiro? Investiu-se nos gastos da Sudaçor, nas informáticas desnecessárias, investiu-se nessas coisas todas e ninguém sabe onde está esse dinheiro, que se poupou nos doentes e agora ninguém sabe onde anda.

Mas há mais: onde se investiu o dinheiro que se poupou nos medicamentos, que agora os doentes têm que levar para o hospital, mesmo os genéricos, mesmo que tenham no hospital o princípio ativo, o doente tem que levar os seus medicamentos? Onde se investiu esse dinheiro? Ninguém sabe onde esse dinheiro foi investido.

Agora a dedicação e o esforço dos profissionais, estes continuam a aumentar e é por isso que o sistema não colapsa.

Além das roupas, além dos cobertores, fazem de cobertores almofadas, porque não têm dinheiro para comprar almofadas e isso é num hospital desta Região, Sr. secretário e o senhor sabe qual é!

De cobertores, dobram para fazer de almofada! É isso que se está a passar na nossa Região, mas está tudo bem no reino de Cordeiro!

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém disse isso!

O Orador: Os doentes, esses é que continuam a sofrer e cada vez mais.

Foram dados aqui exemplos reais, factos e os senhores continuam no sistema de negação. Isso é que é pena, em vez de humildemente tentarem, quando se desafia a melhorias, aceita-se a crítica, aceita-se a sugestão. Não! Os senhores negam factos e evidências e quem sofre são os doentes, infelizmente!

Vozes dos Deputados da bancada CDS-PP e Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 34 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 07 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves foi substituída pela Deputada Graça Silva na Mesa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão sobre o Serviço Regional de Saúde, penso que já perceberam que para mim é um assunto sério e muito caro.

Eu não dramatizo com textos, eu entendo-os, e espero nestas circunstâncias, sempre finais felizes.

Agora, caro colega Luís Maurício, neste contexto, eu chamei de romaria a este debate, V. Exa. entendeu como um barrete e veementemente passou ao ataque, deu-lhe jeito.

Uma hora depois, convenhamos que eu tinha razão, isto é uma romaria de pedidos, numa fuga ao essencial, àquilo que me preocupa.

Estou à espera de promessas mesmo as vindas da vossa parte.

A defesa do princípio da sustentabilidade do sistema faz-se aqui nesta Assembleia para impedirmos o fim do seu princípio, a universalidade e a tendência gratuita, se assim o entendermos.

Falei na despesa crescente e na nossa capacidade de financiamento, não vi esta preocupação da vossa parte.

Sra. Deputada Zuraida Soares, esta vivência da utilização dos serviços é-me familiar, porque também confiei no sistema para me tratar, sem exigências, e tive os cuidados necessários.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Existem muitos problemas por resolver dentro e fora dos hospitais. Não basta a humanização que já temos, queremos mais condições de exercício das profissões. Agora, Srs. Deputados, já tivemos ontem a nossa dose de inverdades ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Inverdades?! Inverdades?!

O Orador: ... acerca de patologias mais ou menos prevalentes, já tivemos o Hiroshima da Praia da Vitória, vamos considerar o problema do Serviço Regional de Saúde...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Pelos vistos eu sou o único que não posso fazer qualquer tipo de alegação aqui!

... vamos considerar o problema do Serviço Regional de Saúde pela sua sustentabilidade porque se não vai haver dinheiro para pacemakers, mas vai faltar para o adesivo, vai faltar para a ferida e vai faltar para o termómetro.

É isto que eu queria alertar.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para um protesto a?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Às afirmações do Sr. Deputado Faria e Maia sobre a Hiroshima, afirmando que os dados referidos eram inverdades!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvir o que eu ouvi de um reputado profissional de saúde como é o Sr. Deputado Faria e Maia, não gosto de chamar para aqui a profissão das pessoas, dizer que foram proferidas inverdades aqui, eu desafio-o a dizer quais foram as inverdades sobre as prevalências que foram feitas aqui, por mim nesta Casa, o que é que foi falso? Se aqueles números de estatísticas são falsos, atreva-se a negá-los e a dizer que são falsos.

Depois, Sr. Deputado - realmente já há quem comparasse - comparar a Praia da Vitória à Hiroshima, oh Sr. Deputado, isso realmente é uma violência que o senhor acaba de fazer ... A Hiroshima da Praia da Vitória é uma falta de respeito pelos terceirenses, pelos doentes, por quem teve cancro, por quem está doente e por quem eventualmente pode ter a sua patologia associada à poluição, à contaminação da Base das Lajes, que os senhores há dez anos negavam e hoje, Sr. Deputado, aceitam, mas é mais um dado novo e há mais dados que o senhor vai ouvir.

A Hiroshima da Praia da Vitória foi o senhor que a adjetivou, com uma falta de respeito para os doentes, e daí uma enorme irresponsabilidade da sua parte!

Protesto! O senhor acaba de ofender uma ilha inteira, uma população inteira! Não foi a mim, nem ao CDS!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Para um contraprotesto, Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, não sei se quer usar da palavra?

Tem dois minutos Sr. Deputado.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou prescindir porque eu acho que o Sr. Deputado Artur Lima merece a minha resposta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai pedir desculpa!

O Orador: Ontem decidi não intervir e foram ditas inverdades ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: ... sobre a prevalência ou a incidência de uma prevalência superior de tumores, na Praia da Vitória, que não tem base científica.

O primeiro de todos, só para vos dizer, falou-se aqui em 20 ou 21% de uma incidência dos cancros do colo do útero na Praia da Vitória, o que corresponde a 13 casos em 21 000 habitantes, que não foi dito aqui porque é uma verdade que

tem que ser dita, de uma população que não aderiu ao rastreio do cancro do colo do útero, que é a mais baixa adesão que existe na Região Autónoma dos Açores.

Nós sabemos que o cancro do colo do útero está associado na maior parte das vezes ao vírus do papiloma humana ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quem não aderiu foi o médico do Serviço Regional de Saúde e o Sr. Secretário sabe!

O Orador: O que foi dito aqui foi que havia uma correlação científica entre a prevalência de determinados cancros na Praia da Vitória, numa atitude que eu acho que, do ponto de vista científico, só prejudica a imagem da Praia da Vitória porque não há a sua validação.

A sua validação tem que ser feita por métodos epidemiológicos de pesquisa oncológica cientificamente comprovados e, neste caso inclusivamente, o que não foi dito foi que aqueles cancros que podiam ser mais prevalentes supostamente associados a fatores externos, como o da tiroide, como os hematológicos, nós temos taxas quatro vezes inferior ao todo do País.

Portanto, há aqui questões muito importantes que nós temos que ter em consideração para não lançarmos sobre a Praia da Vitória o tal espetro que eu falei, não foi eu que lancei.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Eu estive calado todo o debate, as inverdades foram ditas porque dava jeito.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Há de me arranjar os dados do COA!

Deputado Dionísio Faria e Maia (PS): Estão aqui, na página 89!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Esse gráfico eu já tenho!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar com o debate.

Está inscrito o sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A construção de um Serviço Regional de Saúde, público, sustentável, com qualidade, exige uma profunda reformulação das políticas seguidas até aqui pelas sucessivas governações do PS.

É necessário repensar a estrutura orgânica do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente mantendo e valorizando as Unidades de Saúde de Ilha e o seu papel, terminando as Parcerias Público Privadas (PPP), com o fim do modelo de gestão “Hospital Empresa” EPE, reduzindo a Sudaçor ao papel de central de compras, com um efetivo combate ao desperdício, e criando mecanismos claros e eficientes de coordenação entre as Unidades de Saúde e as administrações hospitalares.

É necessário remover as barreiras no acesso à saúde, abolindo as taxas moderadoras e garantindo que o financiamento futuro, assegurado em quadro plurianual, tem de cobrir integralmente as despesas previstas e os investimentos planificados.

Esta mudança exige que se abandonem as velhas conceções e práticas de gestão à vista e caso a caso, falta de estratégia de fundo e centralização dos processos de decisão; exige que se aja com base numa visão estratégica de médio e longo prazo; exige que se envolvam todos os agentes e utentes, toda a comunidade, no processo de construção da saúde coletiva.

Exige que se valorizem devidamente os trabalhadores, médicos, enfermeiros, auxiliares, assistentes operacionais e assistentes técnicos, pelas suas capacidades e competências, mas também pelo seu profundo conhecimento das populações e dos seus problemas e necessidades de saúde, como ainda pelo

papel ativo que desempenham na prevenção e promoção da saúde na nossa Região. É, assim, essencial que estes trabalhadores sejam valorizados, desde logo do ponto de vista salarial e de condições laborais, mas também da sua formação e do incentivo à sua fixação na Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em termos políticos gerais, o que tem caracterizado a ação dos Governos Regionais do PS na gestão do Serviço Regional de Saúde tem sido uma constante e quase permanente intromissão política no plano técnico, na gestão, nos custos, na alocação de meios, criação e extinção de unidades, tomadas de forma casuística, sem estarem solidamente fundamentadas, sem discussão pública ou participação das comunidades e dos profissionais do sector.

Isto resulta não num sistema coerente e eficaz, mas numa manta de retalhos, um Serviço Regional de Saúde com duplicações e carências de meios e recursos, que se torna caro, ineficaz, que gera desigualdades sociais e geográficas no acesso, e que na prática, se torna ingerível.

Esta situação tem sido agravada pela obsessão ideológica pelo modelo empresarial de gestão e pelo favorecimento ao sector privado, seja através de Parcerias-Público-Privadas (PPP), seja pelos “vales-saúde” que se limitam a desviar para os privados verbas que deveriam ser investidas na melhoria de qualidade do sistema público.

A todas estas dificuldades somou-se ainda a imposição de taxas moderadoras, que constituem barreiras socioeconómicas ao direito fundamental ao acesso aos cuidados de saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero também colocar algumas questões concretas sobre situações que resultam justamente das políticas que criticamos.

Existem situações de sobrecarga de trabalho de enfermeiros e de assistentes operacionais de hospitais e unidades de saúde, que são forçados a turnos de 16 horas, sem que tenham o respetivo descanso compensatório.

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

O Orador: E nem a utilização massiva e abusiva de trabalhadores em programas ocupacionais para suprir as carências de assistentes operacionais disfarça esta situação, que infelizmente se repete nos três hospitais públicos da Região.

Assim, questiono o Governo Regional sobre se irá acabar com o abuso destes programas nas unidades de saúde da nossa Região, contratando efetivamente os trabalhadores necessários para as várias funções?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para poder debater também este tema.

Queria começar por saudar o PSD pela convocação deste debate e felicitar o Sr. Secretário Regional da Saúde pela sua intervenção e pela abordagem que fez aqui sobre a avaliação do Plano Regional de Saúde.

Sr. Deputado consideramos esta postura do Governo da maior importância, porque ela corresponde a transparência, corresponde a rigor, mas corresponde também à determinação e à vontade de querer fazer mais e melhor pelo nosso Serviço Regional de Saúde e pela prestação da saúde aos açorianos.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é da maior importância, porque esta análise avaliativa permite ao Governo corrigir políticas, substituir medidas, afinar procedimentos e isso é muito importante para nós gerirmos cada vez melhor, cada vez de forma mais

otimizada, um sistema com a complexidade do Serviço Regional de Saúde, portanto este procedimento da parte do Governo é muito importante.

Esta avaliação também permite constatar o crescimento, a melhoria da acessibilidade e a qualidade do nosso Serviço Regional de Saúde.

Todos os indicadores de produtividade da saúde melhoram. Todos! Ao nível das cirurgias, das consultas, das análises, das deslocações de médicos, das deslocações de doentes, rastreios, acompanhamentos, há uma grande progressão nestes números.

Todos os indicadores sobre os fatores de produção melhoram: mais técnicos, mais médicos, mais enfermeiros, mais meios complementares de diagnóstico.

Isso significa que nós estamos de facto no momento em que o Serviço Regional de Saúde, por via da prioridade política do Governo e do PS, está a crescer e a melhorar.

Ora bem, isto significa que o sistema é perfeito? Isto significa que está tudo bem? Não. Não significa, nós temos problemas, nós temos insuficiências e nós temos carências que têm que ser resolvidas.

Agora, uma coisa é inevitável e inegável: a avaliação global do sistema é muito boa e o sistema tem progredido numa direção que nos satisfaz, agora temos que ter ambição e queremos fazer mais.

A Sra. Deputada Zuraida Soares deixa aqui um testemunho, que eu não nego, de forma nenhuma quem está de boa fé, obviamente que eu acredito em rigor na descrição que a Sra. Deputada faz, agora eu também devo dizer, nós temos que ter algum cuidado quando trazemos a este debate o nosso testemunho pessoal, porque eu também tenho testemunhos pessoais de situações que eu não quero aqui evocar, porque foram dos momentos mais infelizes da minha vida, que desmentem essa visão negra sobre o Serviço Regional de Saúde.

Portanto, eu não estou a dizer que essas situações não existem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está, está!

O Orador: Não, não estou, Sr. Deputado!

O que eu estou a dizer é que há situações que nós não podemos e não devemos generalizar, não estou a negar que existem estes problemas, nem estou a negar que em certos momentos, fruto da sazonalidade, fruto de surtos de gripes, de constipações, etc., o sistema não entre numa situação de quase rotura, em alguns serviços. Isso acontece, isso pode acontecer, infelizmente. O Governo e as administrações hospitalares tentam prevenir-se para isso, mas infelizmente essas situações podem ocorrer, agora repito, do ponto de vista de uma análise de uma avaliação global, nós temos um bom sistema de saúde e devemos ter orgulho nisso porque ele de facto é um bom sistema.

O Sr. Deputado Artur Lima pergunta: mas onde é que estão os milhões?

Oh Sr. Deputado, na última legislatura, em quatro anos, nós aumentamos em 80 milhões de euros o financiamento do Serviço Regional de Saúde, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): E os que saíram?

Deputado Francisco César (PS): Quem é que saiu, Sra. Deputada?

O Orador: ... ultrapassamos os 300 milhões de euros por ano de financiamento da saúde, portanto isso é um esforço financeiro enorme, é uma prioridade conferida à saúde, absolutamente inegável e esses milhões estão lá, estão transferidos para o Serviço Regional de Saúde, podem ser vistos também nos relatórios de avaliação.

O Sr. Deputado Luís Maurício, pergunta qual é a política de recursos humanos? Bem, eu não tenho tempo para expor todas essas situações.

Sr. Deputado, há casos que o senhor conhece perfeitamente. O Governo Regional, as administrações hospitalares tentam contratar todos os médicos especialistas que estão disponíveis no mercado. Isso é um grande esforço para dotar o Serviço Regional de Saúde dos especialistas em que nós temos carências. O senhor sabe disso tão bem quanto eu!

Outra questão: acha que não é uma política ambiciosa e uma grande prioridade ao nível dos recursos humanos, nós disponibilizarmos toda a idoneidade formativa do Serviço Regional de Saúde nos internatos para a formação de médicos especialistas que a Região tem disponibilidade, os Açores fazem esse esforço precisamente para permitir um maior número possível de formação de médicos especialistas? Claro que isso é uma prioridade! Claro que isso é uma política de recursos humanos.

Sr. Deputado, o senhor disse não quero deixar isso em claro, as propostas que o senhor apresenta aqui para as deslocações de médicos especialistas, eu gostei de ouvir, digo-lhe com toda a franqueza.

A título pessoal, nós não fizemos esse debate como deve calcular no Grupo Parlamentar, mas do meu ponto de vista são propostas interessantes, são propostas que o Governo deveria certamente considerar, até porque o senhor é um dos médicos, não é uma questão de estar aqui a evocar a sua atividade profissional, mas de facto o senhor é um médico especialista que faz deslocações, o senhor de facto compreende o assunto e o senhor apresentou aqui um conjunto de propostas que são interessantes.

Agora, o senhor não referiu, daquilo que eu detetei, o senhor não fez uma abordagem em relação à questão da remuneração, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Fiz! Fiz!

O Orador: ... que me parece um aspeto sensível, eu não percebi, não sei se terá tempo ou se terá oportunidade de me esclarecer, eu agradecia, mas se não tiver tempo, também compreendo.

Para terminar os senhores gostam muito de falar nos 20 anos do PS. Gostam muito dos 20 anos do PS!

Vamos aos 20 anos do PS:

Enfermeiros, em 96 tínhamos 793 enfermeiros, agora temos 1545, mais 95% de enfermeiros no Serviço Regional de Saúde. Isso não é uma política de recursos

humanos, Sr. Deputado? Isso não são investimentos no Serviço Regional de Saúde?

Médicos: tínhamos 351 antes, 20 anos depois do PS, temos 599, mais 71% de médicos no Serviço Regional de Saúde. Isso não é uma prioridade, isso não é uma aposta, isso não é um investimento na saúde?

Consultas: em 20 anos do PS, mais 147% de consultas, atingindo quase as 800 mil por ano.

Meios complementares de diagnóstico: mais de 150% de crescimento, ultrapassando os 4 milhões, 133 mil.

Sras. e Srs. Deputados, esses é que são os 20 anos do PS, é isso que nos deixa orgulhosos e é isso também que nos dá o alento para continuarmos no futuro a ter mais e melhor saúde para os açorianos!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, é regimental.

Regressamos às 15 horas para darmos continuidade ao nosso debate.

Uma vez que a sala ainda está composta, vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o favor de anunciar os tempos restantes.

Sras. e Srs. Deputados, peço um pouco da vossa atenção, para que o Sr. Secretário possa anunciar os tempos.

Secretário: Os tempos são os seguintes:

O Governo Regional dispõe de 10 minutos e 26 segundos;

O PS, de 7 minutos e 6 segundos;

O PSD, de 11 minutos e 18 segundos;

O CDS, de 5 minutos e 17 segundos;

O BE, de 1 minuto e 55 segundos;

O PCP, de 5 minutos e 6 segundos;

O PPM de 10 minutos.

Presidente: Muito obrigada.

Um bom almoço, regressamos às 15 horas.

(Eram 12 horas e 28 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 06 minutos)

Estamos no debate do ponto 3 da nossa Agenda e eu tinha como inscrição o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, deixe-me dizer-lhe só duas coisas: não desvalorize os testemunhos pessoais porque um partido que se gaba tão

frequentemente de ouvir as pessoas, deve valorizar os testemunhos pessoais, até prova em contrário eu sou uma pessoa.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que eu disse!

A Oradora: Já agora faça-me um favor em nome da sua honestidade intelectual, não adote a filosofia trompista de que, quem não é por mim, é contra mim, ou seja, não confunda uma avaliação crítica e exigente ao Serviço Regional de Saúde, com uma perspetiva negra e diabólica do mesmo Sistema Regional de Saúde, porque são coisas completamente diferentes.

Eu acho que já disse qual era a linha e não é assim, assim, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde, deixe-me fazer-lhe duas perguntas diretas:

Primeiro: eu gostaria que o Sr. Secretário desse conta, a esta Casa, do custo anual das convenções estabelecidas, com privados, em por exemplo, serviços de imagiologia, análises clínicas, fisioterapia e outro tipo de valências que o Governo tem convencionado com privados. Quanto é que isso custa ao fim de um ano?

Segunda pergunta: por que é que estes mesmos serviços e estas mesmas valências não são internalizadas no Sistema Regional de Saúde, sabendo nós, de acordo com vozes avisadas, de que esse serviço seria mais barato, seria mais próximo dos utentes e portanto, neste caso, dos doentes e seria até mais expedito, mais rápido. Por que é que não são internalizados?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo, o BE.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente apenas para referir, Sra. Deputada, eu de forma nenhuma desvalorizei o seu testemunho, aliás disse-lhe que não negava o seu testemunho,

é importante, mesmo reportando-se a uma questão que nós tínhamos conhecido e que decorre também de aspetos que eu já tinha referido.

Agora, o que eu chamei a atenção foi que nós devemos ter cuidado a generalizar para o global, aspetos que decorrem de testemunhos pessoais. Foi isso que eu procurei dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, no seguimento daquilo que informou a câmara acerca dos cuidados paliativos aqui na Horta, o que eu lhe perguntava era: estando esse serviço implementado, com a vinda dessa oncologista, como é que prevê a expansão desta rede para a vizinha Ilha do Pico?

Também, se S. Jorge já está no horizonte? A Graciosa? Como é que isto será agilizado?

Na Terceira não existe, como bem sabem, e não estou a dizer que será centralizado no Faial, mas quando é que vão entrar em linha de conta estas ilhas e também o grupo ocidental?

Depois, estive a ver os indicadores globais do SIGICA, e a propósito das listas de espera cirúrgicas, para além de não se verificar uma redução nas listas de espera, o mais importante é também não se verificar efetivamente uma redução significativa nos tempos médios de espera cirúrgica.

O que eu pretendo é que o Sr. Secretário me explique a percentagem dos doentes operados dentro do tempo médio de resposta garantido, para o mês de dezembro de 2017.

Digo isto porquê? Porque verificando apenas a evolução de novembro para dezembro, verifica-se que não há alterações significativas em nenhum dos

parâmetros, no entanto no mês de dezembro para justificar até uma possível diminuição da produção cirúrgica, fazem uma ressalva e dizem que: “face ao mês anterior os três hospitais apresentam uma redução do número de utentes operados, o que se relaciona com a tradicional época festiva de Natal e Ano Novo”.

Mas, fazendo esta ressalva, nós se olharmos para a evolução da percentagem de operados do mês de novembro para dezembro, vemos que esta aumenta em cerca de 10% em todos os hospitais. Então, se nenhum outro parâmetro teve uma alteração significativa, como é que houve um aumento, para 92%, da taxa de operados, dentro do tempo máximo de resposta? Ou seja, andaram a escolher os últimos inscritos como benesse de Natal (está na página 5, dos indicadores globais do SIGICA para Dezembro de 2017)?

Também lhe perguntava por que é que não há uma disponibilização sistemática de informação sobre fluxos financeiros do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente na Saudaçor? Uma pessoa consulta o site da Saudaçor e a informação que consta é muito próximo de zero, bem como a disponibilização das contratualizações efetuadas e da avaliação do cumprimento, ou incumprimento, dessas mesmas contratualizações, também são dados que nós não conseguimos normalmente vislumbrar.

Pergunto ainda, por que motivo é que são feitas análises, como a que foi feita pela IAmetrics, aos três hospitais da Região, que decorrendo dessa avaliação até houve um galardão atribuído ao hospital da Horta, pela maior evolução em alguns dos indicadores e depois os dados não são disponibilizados, dessa análise global? É por ventura por receio de podermos verificar que, normalmente, atira-se dinheiro para quem tem piores práticas? Ou seja, dá-se dinheiro a quem gere mal?

Não considera que seria preferível quem gere melhor os recursos, ver a sua atividade estimulada e até incrementada?

Depois, não podia deixar passar aqui uma nota e dizer ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia que, no período da manhã, afirmou que nós estamos aqui para impedir o fim do princípio de um sistema de saúde universal e gratuito: “nós estamos aqui também é o nosso papel”.

O que eu lhe pergunto é, por exemplo, no particular do SAPA (Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio), que no continente diz lá que é expressamente “gratuito”, por que é que os senhores quando o implementaram na Região, introduziram o “tendencialmente gratuito”?

Deputado Francisco César (PS): Quem são os senhores?

O Orador: Os Srs. Deputados do Partido Socialista e o Governo Socialista!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

Peço desculpa pela demora, estava só aqui a abrir um ficheiro para poder responder corretamente.

Vou começar pelo Sr. Deputado Rui Martins (estava aqui só a abrir os relatórios do SIGICA que estão disponibilizados na Saudaçor, para poder responder adequadamente a uma das questões do Sr. Deputado Rui Martins).

Sr. Deputado, penso que está a referir-se ao Hospital da Horta, relativamente à questão da percentagem de operados dentro do tempo máximo de resposta garantido, os 92% e a alteração relativamente aos 81.

Deputado Rui Marins (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Sr. Deputado, este indicador deve ser interpretado da seguinte forma: quanto mais alto ele for, significa que naquele mês foram operadas

peças na lista que estão há menos tempo, por critérios, com certeza, de prioridade do estado clínico das mesmas. Certo?

No mês de novembro, que foi o mês onde o SIGICA foi implementado, onde efetivamente o único critério era a antiguidade na lista, faz baixar essa percentagem, daí essa justificação.

O Sr. Deputado também referiu que não se verifica diminuições nos tempos.

Aquilo que disse há pouco na minha intervenção foi que, efetivamente, quando nós vamos a analisar pelas especialidades que fizeram parte do CIRURGE, efetivamente há uma diminuição substancial do tempo de espera da lista. Foi o que eu disse há pouco: cirurgia vascular, diminuiu 207 dias; oftalmologia, 73 e otorrino 37. Portanto a análise depois tem que ser feita especialidade a especialidade.

Relativamente à questão da expansão da rede para as outras ilhas.

Efetivamente o que está previsto neste momento em termos de internamento, são nos três hospitais, agora o que está a ser feito é um investimento ao nível dos cuidados domiciliários. Isto sim, anunciei há pouco para além daquilo que se irá fazer aqui na Horta, em S. Miguel em articulação com a Unidade de Saúde de Ilha e o HDES e a partir daí iremos fazer o alargamento relativamente às outras ilhas, não só para essa vertente dos cuidados paliativos, mas de uma forma global para os cuidados continuados.

A questão do IAmetrics, efetivamente o Sr. Deputado já me perguntou em Comissão, eu fiquei de ver isso, peço desculpa de não ter visto esse pormenor, o Sr. Deputado tinha-me perguntado se os dados depois eram públicos, foi um lapso da minha parte, eu não verifiquei isso. Tomei nota e depois farei chegar a informação.

Sra. Deputada Zuraida Soares, o princípio das convenções é o seguinte: fazem-se convenções quando o serviço público não consegue responder.

Esta é a regra e como tal todas aquelas que se verifique que o princípio já não está em vigor, altera, rescinde-se a convenção e passa para o público.

Neste momento, não tenho aqui os dados totais das convenções, as convenções estão publicadas e, portanto, seria muito fácil ver isso, mas eu faço questão de recolher a informação, depois também a convenção fixa um preço por ato, quando estamos a falar, por exemplo, de valores relacionados com exames, portanto varia de ano a ano, consoante os exames.

Portanto farei a recolha dessa informação e depois far-lhe-ei chegar, ciente de que o princípio é aquele que lhe estou a dizer, portanto são sempre avaliadas periodicamente essas situações por parte da Sudaçor.

Sr. Deputado Luís Maurício, relativamente às questões que estavam pendentes.

Eu, em novembro, quando anunciei o programa CIRURGE expressei também a indicação que tínhamos dado à Sudaçor, no sentido de iniciar os procedimentos para disponibilizar a dita plataforma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sudaçor é o cancro do SRS!

O Orador: Neste momento o que está assente é que que isso será feito através da PDS, a SPMS está a trabalhar com a Sudaçor, no sentido de que seja possível as pessoas ao inscreverem-se na plataforma, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sudaçor é o cancro do SRS!

O Orador: ... terem lá, dentro da sua informação, para além de toda a outra informação que as pessoas podem aceder quando veem na PDS, é a informação do seu lugar na lista de espera cirúrgica.

Agora isto é uma informação que nós este ano estamos a trabalhar no sentido de que o importante é efetivamente nós, este ano, criarmos as condições para os hospitais conseguirem diminuir os tempos de espera das pessoas.

É esse o nosso objetivo, criar condições para todas as especialidades que ainda têm inscritos, inferiores a 1 de janeiro de 2015, que possam efetivamente deixar de existir.

Durante o ano e no final deste primeiro trimestre, nós avaliaremos os planos cirúrgicos que vão ser implementados e a partir daí irá funcionar consoante as especialidades que assim o signifique.

A questão do Vale Saúde: em 2017 – o Sr. Deputado tinha perguntado – não foi executado qualquer Vale Saúde, dentro do princípio que já foi dito aqui nesta Casa, nós queremos rentabilizar o serviço público, primeiro otimizamos os tempos de bloco, fazemos produção acrescida e aplicamos o programa CIRURGE. A partir daí, sim senhor, nas especialidades onde se justifique irá aplicar-se o Vale Saúde.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, ou fez-se de distraído, ou não compreendeu as questões que eu lhe coloquei, porque na verdade o Sr. Secretário Regional não consegue responder às perguntas que eu lhe coloco.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Já respondeu!

Secretário Regional da Saúde (Rui Luís): Eu respondi às perguntas!

O Orador: Perguntei-lhe o número de enfermeiros que o Sr. Secretário Regional iria autorizar para contratar ao longo do ano de 2018, o Sr. Secretário Regional não me respondeu.

Como o senhor sabe, já aqui reafirmei, o Hospital de Ponta Delgada tem vinte camas ocupadas com doentes de cuidados continuados, sem resposta.

A produção cirúrgica adicional no Hospital de Ponta Delgada está parada há 15 dias por falta de camas, adicionado ao pico da gripe que ainda não chegou. O senhor não respondeu!

A segunda questão que lhe coloquei, Sr. Secretário Regional, não sou eu que a inventei e o senhor propositadamente, ou então não fui eu capaz de me explicar, não responde.

Oh, Sr. Secretário Regional, quem fez publicar estas portarias foi o Governo dos Açores, não foi o PSD e o que as portarias a que eu já fiz, por diversas vezes, referência dizem que no portal do Governo dos Açores, sítio da Secretaria Regional da Saúde, deve constar informação atualizada sobre os tempos máximos de resposta nas diferentes modalidades de prestação de cuidados, por cada unidade de saúde.

Oh, Sr. Secretário, onde é que isso está? Já lhe perguntei tanta vez e o senhor não responde ...

Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*): Eu já respondi!

O Orador: Não! Não! O que o Sr. Secretário agora respondeu, é que vai utilizar uma plataforma sobre a qual vai colocar os doentes em espera. Mas não é isto! O que eu me refiro, Sr. Secretário e o senhor sabe muito bem aquilo que eu me refiro!

O que eu me refiro, Sr. Secretário é isto e o seu Governo comprometeu-se, eu vou exemplificar para que todos percebam de forma de muito simples: Hospital de Ponta Delgada, tempo de espera para uma consulta de ortopedia. O que a legislação diz é que todos os meses o hospital tem que dar essa informação. Suponhamos, ortopedia, Hospital de Ponta Delgada, tempo de espera para uma consulta pedido por um médico de Medicina Geral e Familiar das Flores, para Ponta Delgada, são dois meses; para a Horta, são dez meses e para a Ilha Terceira, seis meses.

Ora essa informação deve constar de uma plataforma, que não consta! Os senhores não se comprometem com ela e aí é que há falta de transparência!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mentiras! Inverdades! Vem para aqui mentir com quantos dentes tem na boca!

O Orador: Se ela tivesse essa informação contida na plataforma, o clínico das Flores, fazia deslocar o doente das Flores que precisava de uma consulta de ortopedia, para o Hospital de Ponta Delgada, que era aquele que dava resposta mais rápida àquele doente, porque o hospital dito de referência, no critério anterior, seria o Hospital da Horta, tem o seu tempo máximo de resposta garantido, ultrapassado!

Ora, se há um hospital que responde mais rápido, é para aí que o doente deve ir! O senhor nunca me quis responder a essa questão, porque os senhores prometeram, enganaram os doentes e não cumprem! É por isso que o senhor se faz distraído e não me quer responder!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor faz as perguntas e dá as respostas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Outra questão que eu coloquei e que o senhor também não quis responder, foi: quantos Vales de Saúde o senhor emitiu a doentes em lista de espera cirúrgica? O senhor acaba por me responder com uma coisa que não tem nada ver com isso! Oh Sr. Secretário Regional, a mim não me engana porque o seu Governo ...

Deputado Francisco César (PS): Seu Governo? Governo Regional dos Açores!

O Orador: O Governo do Dr. Vasco Cordeiro ...

Deputado Francisco César (PS): Não! Não! Governo Regional dos Açores!

O Orador: ... que eu julgo que é Presidente do Governo dos Açores!

... fez publicar uma portaria (não foi o PSD que a publicou, foi o Governo dos Açores que a publicou) e que no seu articulado diz assim: “caso o hospital (ponto 12 do art.º 20.º) de origem não consiga dar resposta à situação do utente dentro do tempo máximo de resposta garantido e não existindo hospital de

destino no Serviço Regional de saúde disponível nos termos do presente regulamento, a unidade central de gestão de inscitos de cirurgia dos Açores, emite um Vale Saúde, a favor do utente, dentro dos limites fixados no n.º 2, do ar.º 7.º”.

Deputado José San-Bento (PS): Está a ver quem é que tem razão?

O Orador: Sabe qual é o prazo para a qual a unidade central de gestão deve emitir o Vale Saúde? Também aqui está, no n.º 4.º do art.º 32.º da mesma portaria: “A entidade gestora deve emitir e enviar o Vale Saúde, no prazo máximo de 25 dias úteis, a contar da data em que o tempo máximo de resposta garantido foi ultrapassado”. Os senhores não cumprem! Não cumprem aquilo que fizeram publicar e não cumprem porquê? Porque nem sequer disponibilizam aos doentes nem aos médicos a tal plataforma informática com o tempo de espera, em cada uma das áreas cirúrgicas nos três hospitais! Mas eu vou exemplificar, Sr. Secretário Regional, para que todos nós percebamos.

Suponhamos um doente das Flores ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Outra vez as Flores?

O Orador: ... que vai a uma consulta de cirurgia geral no Hospital da Horta e é-lhe colocada indicação para ser operado às varizes.

Se a plataforma funcionasse, como os senhores prometeram que funcionava, esse clínico, observando na plataforma informática verificava: Hospital de Ponta Delgada pode operar aquele doente dentro de 12 meses; Hospital da Horta, dentro de 18 meses; Hospital da Ilha Terceira, dentro de 8 meses.

Ora, nessas circunstâncias e para que o tempo máximo de resposta garantido fosse garantido àquele doente (passe o pleonasma) o doente deveria ser encaminhado para o Hospital da Ilha Terceira! Não o é, porque os senhores se negam a essa informação, nunca a fizeram aplicar nem aplica a legislação!

Foi isso que eu lhe perguntei e que o senhor até à data não respondeu!

Os doentes quando reclamam para os hospitais, a resposta que dá é um proforma, é como a SATA quando há atrasos: “estamos interessados em tratar bem os nossos clientes, continuaremos sempre a prosseguir e a desenvolver todos os nossos esforços para que continue a escolher a nossa companhia aérea, como companhia de frequência”.

Eu diria, Sr. Secretário, que os hospitais (eles não têm culpa, é a tutela) continuarão a desenvolver todos os seus esforços para que os utentes continuem a poder escolher e a preferir o hospital onde residem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, eu gosto muito de ser cordial sempre que abordo qualquer pessoa nesta Casa, e fora dela, mas às vezes parece que essa cordialidade não é bem vista e pelos vistos temos também que usar do mesmo azedume que por ventura de vez em quando as pessoas gostam de teatralizar aqui na Assembleia.

O Sr. Deputado Rui Martins, há bocadinho, citou e muito bem, um relatório que está publicado na internet, na página da Saudaçor, eu tive oportunidade de em

dois minutos abri-lo aqui, onde estão lá os tempos médios de espera por especialidade em cada um dos hospitais. A informação é pública!

Está aqui por hospital o tempo médio de espera para cada cirurgia.

Uma coisa é esse tempo médio, que é o tempo que os utentes estão na lista de espera; outra coisa é os tempos médios que estão fixados em portarias.

Nós temos efetivamente pessoas à espera há vários anos. Nós assumimos isso e aplicámos um conjunto de medidas para resolver isso, de uma vez por todas.

Como tal não faz sentido haver outra informação se não esta. Se os hospitais não conseguiram cumprir nos últimos anos os tempos máximos de espera que estão publicados, como é que alguém vai enviar um doente para outro hospital?

Deputado Luís Maurício (PSD): Então por que é que os senhores fizeram publicar isto?

O Orador: O que está na portaria, o que está na legislação do SIGICA e do Vale Saúde é que, quando tivermos em condições de ter uma lista única dos utentes de toda a Região, a partir de uma determinada altura os hospitais é que vão buscar os utentes à lista, é o que está definido no Decreto Legislativo.

Isso não está ainda em condições porque também não estão definidos entre todos os hospitais, e isso está a ser trabalhado especialidade a especialidade, os critérios de prioridade para poder haver justiça entre todos os utentes.

Mas nós estamos a trabalhar de forma séria para resolver esse problema e nós assumimos que há problema. Há uma lista de espera? Há sim senhor! É de vários anos? É sim senhor! Nós queremos resolver? Queremos! Apresentámos várias medidas para resolver o problema e foi validado.

O Sr. Bastonário da Ordem dos Médicos: aquilo que o Sr. Bastonário disse nos Açores, é aquilo que nós estamos a fazer, nós concordamos com ele. Nós concordamos com a Secção Regional da Ordem dos Médico! É aquilo que nós estamos a fazer e foi validado. Isso não foi de uma brilhante ideia da minha cabeça, fazermos isso. Ouvimos as pessoas!

Portanto, é verdade! Está a ultrapassar-se os tempos? Está-se! Obviamente, estando todos a ultrapassar, a gente não pode estar a disparar Vales Saúde, sem os tempos estarem regularizados no hospital, sem os médicos fazerem no hospital a otimização dos tempos todos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Está na Portaria!

O Orador: Com certeza! Está na Portaria, mas vai ser cumprido quando for possível.

Deputado Luís Maurício (PSD): Homessa!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, há bocadinho, o senhor não ouviu, eu disse: no final deste primeiro trimestre, nós vamos fazer a avaliação dos planos cirúrgicos para este ano e tomar as medidas relacionadas com o Vale Saúde.

Deputado Paulo Parece (PSD): Então cumpra o que está na legislação!

O Orador: Sr. Deputado, no dia 15 de janeiro para cumprir o que está nessa legislação, nós apresentámos este ano, como fizemos o ano passado, o relatório sobre a aplicação do SIGICA e do Vale Saúde, onde lá é dito: nós, em 2017, também não emitimos nenhum Vale Saúde e eu há bocadinho disse isso, Sr. Deputado. Em 2017. Não! A Saudaçaor o que é que fez? Encarregou-se junto de vários hospitais do País e da Região, Região em termos de clínicas que tivessem essa valência, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é?

O Orador: ... de obter propostas para a atribuição do Vale Saúde. É esse levantamento que está a ser feito e agora com aquilo que nós vamos fazer no final desse primeiro trimestre, vamos decidir para este ano qual é a especialidade que não conseguindo cumprir no público, nós vamos emitir o Vale Saúde.

Muito obrigado.

Deputados Francisco César e Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, tem a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Obrigado, Sra. Presidente

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que, e estando de certo modo solidário com todas as preocupações que estão associadas ao funcionamento de um serviço ou de um sistema que neste momento sabemos que está sobre forte pressão produtiva e só para dar um exemplo, os três hospitais da Região em 2016 tiveram 22 mil internamentos; 330 mil consultas e 200 mil atendimentos de urgência, estando em pleno pico da gripe, é evidente que há áreas de produção que possam ser afetadas.

Basta lembrar o que se passou em relação ao plano de emergência no continente de reserva de camas para internamento de doentes com gripe.

Portanto em saúde é necessário fazer opções e neste momento, de facto, a produção acrescida pode ser sacrificada em relação a respostas assistenciais prementes.

A ideia que nós temos aqui, de facto é que são três unidades que estão sobre forte carga assistencial e que tem de facto que ter alguma normalidade nesta prestação de serviços.

Em relação àquilo que o Sr. Deputado Luís Maurício diz que são de facto os doentes com alta clínica para cuidados continuados. Bom, até podia ser assim, mas não é bem assim. Existem neste momento dez casos para cuidados continuados e nove casos sociais.

Sabemos todos que de facto temos um problema social muito grave, transversal à nossa sociedade que são doentes que são deixados no hospital ...

(Aparte inaudível)

O Orador: São deixados no hospital! Eu trabalhei muitos anos no hospital sei o que é que são doentes com necessidade de cuidados continuados, o que é que são doentes que têm alta clínica e que não são reclamados.

Portanto, são realidades que têm que ser assumidas com tudo o que estiver associado a isto.

É por isso que neste momento existe inclusivamente uma necessidade legislativa em relação a esse tipo de tratamento dos idosos.

Portanto, só para dizer que de facto existem estes casos e casos que neste momento estão a ter a sua solução sequenciada, porquê? Porque eu sou apologista e toda a gente que me conhece sabe, eu sou apologista de cuidados de proximidade, em que o doente de facto, na pior das hipóteses, teria que ir para longe da sua área de residência e muitas vezes são algumas contingências que levam a que haja algum *delay* na alocação destes doentes.

Isso não quer dizer que não existem! Existem, estão lá e é necessário arranjar respostas para eles.

Portanto, a questão fundamental aqui é aquela que vem sempre ao de cima. O sistema está sob forte pressão assistencial, o sistema tem que ser olhado no sentido de melhorar a sua capacidade resolutive dos problemas, independentemente daquilo que nós achamos que será só dinheiro, mais dinheiro e mais dinheiro.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, falta de cordialidade será certamente a última coisa que existirá entre nós, nem há azedume certamente em relação àquilo que eu pretendo dizer.

Sr. Secretário Regional, finalmente reconheceu com humildade que aquilo que está na legislação não está a ser cumprido.

Diz que agora é que vão fazer o levantamento ...

Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*): Não, não! Não foi isso!

O Orador: ... dos casos que são necessários dos hospitais que não produzem para atribuir Vale Saúde.

Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Oh, Sr. Secretário Regional, esta Portaria é de 14 de dezembro de 2016! Já passou mais de um ano e o que aqui está são direitos dos doentes que não estão a ser respeitados, inclusivamente todas as Unidades de Saúde de Ilha reunidas em S. Jorge, neste mesmo ano de 2016, elaboraram um conjunto de questões onde se levantava precisamente questões sobre a deslocação dos doentes, onde se dizia o doente pode escolher sempre o hospital suportando a diferença da deslocação, se o tempo de espera estiver abaixo do tempo máximo de resposta garantido, ou não suporta nada se estiver acima do tempo máximo de resposta garantido.

Oh, Sr. Secretário, não fuja à questão! A plataforma com os tempos de espera de cada especialidade tem que estar publicada, informaticamente ao acesso do doente e do médico para que possa escolher.

Eu vou dizer-lhe com toda a franqueza, com toda a cordialidade e sem qualquer tipo de azedume: estes tempos médios de espera que estão aqui, cirúrgicos, indicados por especialidade para o hospital, estão completamente enviesados! O senhor soma doentes que estão à espera há 700 dias, com um doente que entra pela urgência com uma fratura de colo de fêmur e que é operado cinco dias depois!

Mas que correção é que há juntando doentes com prioridades cirúrgicas absolutamente diferentes, para o senhor dizer depois que 700 mais 5, a média são 200!? Não é nada assim, Sr. Secretário Regional!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Incompetência da Saudaçon!

O Orador: Para sermos corretos, o senhor tem que calcular a média dos doentes situados dentro do mesmo nível de prioridade! Não é estar a adicionar um doente que está à espera há 700 dias, com um que entra pela urgência e que tem indicação clínica para ser operado 5 dias depois. Mas o que é isto, Sr. Secretário! O senhor não reconhece isso!

Por isso é que eu insisto, em nome do PSD, que esta plataforma tem que estar disponível e os tempos médios de espera por especialidade cirúrgica tem que estar no livre acesso do doente que tem o direito de escolher e do médico que tem o direito de referenciar o seu doente para a unidade hospitalar que confere uma resposta mais rápida ao doente que ele trata. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Dispõe de cerca de um minuto e cinco.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uma perguntinha muito cordial ao Sr. Secretário Regional da Saúde, que é a seguinte: a telemetria no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira? *Quid juris?* É só esta perguntinha. Para quando é, Sr. Secretário? Era para janeiro, era

para fevereiro, era para março, março está a vir e eles continuam ... Como é? Telemetria?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. secretário Regional, também com muito pouco tempo, dispõe de cerca de um minuto, sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Caro Sr. Deputado Artur Lima, com toda a cordialidade, deixe-me dizer-lhe que a Portaria 134/2018, de 1 de fevereiro de 2018, publicou o apoio dado através do plano à telemetria no Hospital da Ilha Terceira, a partir do momento que foi demonstrado que a encomenda já tinha sido realizada.

Pela informação que tenho a adjudicação foi feita, tem 45 dias para entrega e durante o mês de março, ela estará em funcionamento, março deste ano.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições ainda para participação no debate.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições?

O Governo dispõe de muito pouco tempo, não sei se quer usar do tempo para encerrar. Não?

Sendo assim, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Maurício, que dispõe de cerca de um minuto e meio para encerrar, uma vez que não houve mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD trouxe a esta Casa o tema da Saúde para debate centrado numa perspetiva, a defesa dos direitos dos doentes.

Reconhecendo a evolução do Serviço Regional de Saúde em algumas áreas, demonstramos aqui que compromisso assumido é compromisso não cumprido.

A legislação é muito clara, não foi criada pela PSD, foi escrita e publicada por iniciativa do Governo Regional.

Ela confere um conjunto de direitos aos doentes na escolha da unidade hospitalar a que tem direito para ser tratado, em função da publicação de tempos de espera em cada uma dessas unidades hospitalares, que não estão a ser cumpridos.

O PSD demonstrou neste debate que o Sr. Secretário Regional, nunca respondendo às questões concretas que lhe coloquei, não conseguiu responder quantos enfermeiros em 2018 iam ser contratados nesta Região. Demonstrou porque não obteve resposta que as unidades de cuidados continuados continuam muito aquém da capacidade contratada, ficando doentes nos hospitais à espera de resposta, porque o Sr. Secretário Regional não quis responder ou não pode, relativamente à sua capacidade para contratar enfermeiros e contratar assistentes operacionais.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O PSD neste debate também conseguiu demonstrar, por afirmações do Sr. Secretário Regional da Saúde, que nem o titular da saúde tem já

confiança para se comprometer com a publicação da portaria relativa à deslocação de médicos especialistas ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: ... porque como ele próprio disse, não queria falhar numa nova data que propusesse.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos este ponto da nossa Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 13 - **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 71/XI – “Auditoria pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas aos apoios financeiros concedidos à ARRISCA”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD entende que a urgência se justifica por três motivos muito simples.

Em primeiro lugar pela própria simplicidade do objeto que, na nossa perspetiva, não tem necessidade de ser apreciado em Comissão:

Em segundo lugar, pela necessidade de clarificar rapidamente quanto a um processo em concreto, as responsabilidades do Governo e de todos os intervenientes e não menos importante, pela necessidade de afastar rapidamente qualquer dúvida que possa pairar sobre o funcionamento das Instituições

Particulares de Solidariedade Social, que nesta Região Autónoma desenvolvem um trabalho de grande relevo social e cujos técnicos e voluntários devem trabalhar não sobre qualquer clima de suspeição, mas com o reconhecimento justo de todas as açorianas e açorianos;

Em terceiro, e último lugar, porque só uma auditoria de uma entidade externa ao poder político e altamente credível como o Tribunal de Contas e a aprovação desta urgência, permitem concretizar estes objetivos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, eu vou dar novamente a palavra ao Sr. Deputado Carlos Ferreira, agora sim, para apresentar a iniciativa.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A auditoria da Inspeção Regional da Saúde aos apoios financeiros concedidos pela Secretaria Regional da Saúde à Associação Regional de Reabilitação e Integração Sociocultural dos Açores (ARRISCA), relativa aos anos de 2013 e 2014, revelou diversas irregularidades no uso de dinheiros públicos e a inexistência de mecanismos de controlo da utilização desses apoios.

Segundo os auditores, “os valores existentes nos balancetes da ARRISCA do ano de 2013, por centros de custo, são mesmo inferiores aos valores pagos pela Secretaria Regional da Saúde”.

“No ano 2013, os custos totais das rubricas apoiadas são inferiores aos efetivamente apoiados e pagos”, concluiu a Inspeção Regional da Saúde.

Ou seja: o Governo Regional transferiu verbas em excesso para a instituição, o que evidencia, e cito, que “não se encontram definidas e aprovadas quaisquer normas internas, regulamentos ou manuais de procedimentos relativos ao acompanhamento, controlo e avaliação da execução dos acordos”.

O relatório da auditoria revela também que os acordos celebrados entre a Secretaria Regional da Saúde e a ARRISCA “foram todos assinados e publicados em data posterior à sua produção de efeitos”.

A Inspeção Regional da Saúde concluiu igualmente que os documentos de despesa referentes a uma comparticipação de 54.000 euros, cito, “nunca foram apresentados” e que, num outro projeto, a Secretaria Regional da Saúde suportou os encargos de “despesas relacionadas com o Centro de Atividades Ocupacionais da ARRISCA, e não com projetos de saúde”.

A entidade beneficiária dos apoios também não apresentou prova de presença dos utentes nas consultas e nas atividades do centro de dia, dado que, e cito, “não foram enviadas as listagens de presença, conforme estabelecido no acordo (a saber, folhas de presença assinadas pelo utente e pelos profissionais envolvidos)”. Fim de Citação

Neste caso, e apesar da falta de comprovativos, a Secretaria Regional da Saúde transferiu para a ARRISCA as verbas previstas no acordo de cooperação.

A auditoria da Inspeção Regional da Saúde detetou ainda uma situação, em que “o correspondente valor do IVA foi ‘duplamente’ recebido pela ARRISCA, uma vez que não só foi comparticipado pela Secretaria Regional da Saúde, como também foi reembolsado pela Autoridade Tributária”; detetou a falta de

pagamento de contribuições para a Segurança Social dos honorários pagos à presidente da direção da ARRISCA e pagamentos “suscetíveis de serem parcial ou totalmente ilegais” referentes a retribuições por isenção de horário.

Por último, em relação ao vencimento auferido, e cito novamente, pela “trabalhadora dependente, independente e presidente da direção da ARRISCA”, a auditoria refere que “surpreende pelo avultado montante total envolvido” e que “a acumulação de funções dirigentes com a prestação de trabalho e, ainda, com a prestação de serviços a uma mesma entidade, suscita dúvidas quanto à imparcialidade, à transparência, à isenção e à própria justiça e proporcionalidade da atuação de quantos se encontrem nessas circunstâncias”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que a esmagadora maioria das receitas da ARRISCA provém de apoios públicos da Região (87 por cento em 2013, e 95 por cento em 2014), este vasto conjunto de irregularidades comprova que o governo regional falhou na sua função de fiscalização do uso de dinheiros públicos!!!

Além da falta de controlo da utilização dos apoios financeiros atribuídos à instituição, o Governo Regional ocultou – durante quase dois anos – o resultado da auditoria. E, já na atual legislatura, a então presidente da direção da Instituição, foi nomeada Diretora Regional.

Justifica-se, por isso, que uma entidade externa, credível e independente do poder político efetue uma auditoria rigorosa às irregularidades cometidas e à falta de mecanismos de controlo por parte de diferentes departamentos do Governo Regional.

Essa entidade deve ser o Tribunal de Contas que, no âmbito das suas competências, tem jurisdição e poderes de controlo financeiro sobre as entidades de qualquer natureza que sejam beneficiárias de dinheiros públicos.

Assim:

O Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a presente Resolução, para SOLICITAR à Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas uma auditoria aos apoios financeiros concedidos, entre 2013 e 2017, por todos os departamentos e serviços dependentes do Governo Regional dos Açores à ARRISCA.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que no debate que tivemos no mês transato ficou claro que a maior parte das recomendações estão já a ser cumpridas pelo Governo Regional.

Obviamente não interessa a ninguém repetir o debate que aqui foi feito, no entanto há algo que tem que ser dito nesta matéria.

Se há substantivo caro ao PS e perante o qual nunca nos encolhemos, esse substantivo é transparência.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: O percurso do PS dá bem nota disso, temos muito orgulho de ser assim e os açorianos pelos vistos sabem-no bem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabem! Sabem!

A Oradora: Se há algo que ainda não está claro, pois então o PS também quer clarificar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Embora na verdade esta proposta nada acrescenta às declarações, também elas transparentes, do Sr. Presidente do Governo nesta Casa quando anunciou que a publicação de relatórios das inspeções regionais passará a ser uma regra, tal como nada acrescenta de substancial à transparência plasmada na Resolução do Conselho do Governo n.º 149/2017, de 27 de dezembro, que diz muito resumidamente: “O Governo dos Açores pretende dar início a um procedimento regular e anual de realização de auditorias externas às entidades que com o mesmo têm acordos, contratos ou protocolos de cooperação que implicam a transferência de recursos públicos”, ou seja, embora em nada este Projeto de Resolução encerre em si mesmo de realmente novo, pelo contrário, no fundo é mais do mesmo de uma forma de estar na política a que este PSD já nos tem habituado, nada acrescenta também ao percurso de transparência que tem pautado a atuação socialista.

Portanto, Sras. e srs. Deputados, não encontrarão no PS obstáculo a este Projeto de Resolução.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS considera, efetivamente, pertinente o objeto deste Projeto de Resolução, uma vez que decorre do Relatório da Inspeção Regional de Saúde, que foi amplamente discutido, há um Plenário atrás, e há vários aspetos que importa clarificar e aprofundar até porque, a título de exemplo, quando numa IPSS, e sem voltar propriamente à discussão que já foi feita, se assina um contrato de trabalho com um funcionário, em que se atribui um salário que progride com base na captação de financiamento público e sendo isto contrário ao art.º 44.º do Decreto Legislativo Regional que refere que: “o financiamento público não pode ser utilizado em despesas com as estrutura das entidades que auferem esses financiamentos”, torna-se por demais evidente a necessidade de aprofundar o conhecimento da extensão deste tipo de situações.

Também importa referir que tanto o Governo, como o PS, não se cansam de autodenominar-se, como foi agora aqui mais uma vez reforçado pela Deputada Renata Botelho, como paladinos da transparência.

Então, torna-se imperativo dissipar todo e qualquer tipo de dúvida ou suspeição sobre a atividade, neste particular da ARRISCA.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez lá diz o povo, e bem, que “quem não deve não teme”.

Por isso, registamos, BE, que o Partido Socialista parta exatamente desse princípio e, ...

Deputado José San-Bento (PS): Finalmente a senhora reconheceu isso!

A Oradora: ... portanto, se prepare para votar favoravelmente este Projeto de Resolução, porque na realidade, Sras. e Srs. Deputados, um Projeto de

Resolução, independentemente da bancada política que o propõe, que solicita uma auditoria feita pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, a uma Instituição e aos apoios financeiros recebidos, Instituição esta que no caso concreto é a ARRISCA, poderia ser outra, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): Qual?

A Oradora: ... um Projeto de Resolução que solicita este tipo de auditoria e que parte de variadíssimos pressupostos que constam de uma auditoria feita pela Inspeção Regional da Saúde aos apoios financeiros concedidos pela Secretaria Regional da Saúde à ARRISCA, relativo aos anos de 2013 e 2014 e que revelou diversas irregularidades no uso de dinheiros públicos e a inexistência de mecanismos de controlo da utilização desses apoios, terminando a descrição de tais irregularidades, dizendo que se justifica perante tais irregularidades que haja uma entidade externa, credível e independente do poder político que efetue uma auditoria rigorosa às irregularidades cometidas e atrás descritas e à falta de mecanismos de controlo, por parte dos diferentes departamentos do Governo Regional, não poderia merecer, digo eu, diz o BE, senão o voto favorável de todas as bancadas, incluindo por maioria de razão, a do PS.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Uma intervenção breve sobre este Projeto de Resolução do PSD, porque me parece importante referir, muito rapidamente, uma questão

Como está na moda dizer-se, hoje em dia, nos debates públicos futebolísticos no nosso País, pois investigue-se! Se é essa a vontade do PSD, pois investigue-se!

Da nossa parte, não há qualquer tipo de problema.

É legítimo que o PSD queira tomar esta posição, aliás este assunto foi, como sabem, ampla e intensamente discutido aqui no último Plenário, por vontade do PSD, movidos como sabem pelo facto de estar em causa também a Diretora Regional da Prevenção das Toxicodependências.

Mas eu não posso deixar de referir uma questão que me parece importante ter em conta, que curiosamente não foi referida em momento nenhum, no preâmbulo deste Projeto de Resolução e que me parece que é importante ter em conta, porque é dito e redito muitas vezes a questão das irregularidades e das irregularidades, mas é importante também dizer que:

Em primeiro lugar, como sabem esta inspeção foi solicitada pelo Governo dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê?

O Orador: É importante também referir, o Sr. Deputado Carlos Ferreira certamente saberá disso, mas curiosamente não o quis referir no preâmbulo da sua Resolução, que no âmbito desse processo inspetivo foi feita uma resposta da ARRISCA, em processo de audiência prévia à anteposta do Relatório da Inspeção Regional de Saúde, que esclarecia tudo aquilo que constava desse relatório inspetivo e foi também produzido pela ARRISCA uma resposta ao relatório final da Inspeção Regional de Saúde.

Parece-me que é importante referir este facto, resposta essa que esclarecia todas as reservas levantadas no âmbito do Relatório da Inspeção Regional de Saúde e todas as Sras. e Srs. Deputados deste Parlamento têm na sua posse, quer a resposta em audiência prévia à anteposta de relatório feita, quer também a resposta final ao relatório final da Inspeção Regional de Saúde.

Portanto, parece-me que era importante realçar estas matérias.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, se é essa a vossa vontade, se na vossa perspetiva é importante dar esse passo, pois que se dê, investigue-se, da nossa parte não há o mais pequeno problema relativamente a isso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional acabou de justificar plenamente a necessidade de uma entidade externa e credível como o Tribunal de Contas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... realizar a auditoria proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD neste Projeto de Resolução.

Não pode ser o Governo Regional a defender, digamos assim, uma instituição que segundo o próprio relatório cometeu as irregularidades que foram denunciadas pelos inspetores.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isto estava tão bom, Sr. Comandante!

O Orador: Mas mais importante para nós ainda, porque este Projeto de Resolução foi apresentado enquanto instrumento de transparência por parte do PSD Açores, gostaria de em nome deste Grupo Parlamentar congratular-me pela aceitação e, presumo, unanimidade que este Projeto de Resolução vai merecer nesta Assembleia ...

Deputado Manuel Pereira (PS): E presume bem!

O Orador: ... dando bem nota também de que o Projeto de Resolução é oportuno, é necessário e que não só é fundamental para o apuramento de responsabilidades políticas se as houver e se for esse o resultado da auditoria do Tribunal de Contas, mas também, repito, para afastar qualquer sombra de

dúvida sobre o funcionamento de todas as IPSS que nos Açores desempenham todos os dias um papel de grande relevo social e que têm que ser reconhecidas por todas as açorianas e por todos os açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 30 minutos.

Eram 16 horas e 03 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 36 minutos.

Entramos agora no ponto 15 da nossa Agenda **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução n.º 7/XI – “União Europeia pós 2020”**, apresentada pelo Governo Regional.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (Rui Bettencourt): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores traz aqui a esta Assembleia Legislativa, com caráter de urgência, uma Proposta de Resolução, cujo conteúdo desejamos debater nesta câmara.

Apesar de nós estarmos ainda em fevereiro de 2018, ou seja, a 35 meses de janeiro de 2021, a mais de mil dias de janeiro de 2021, permitam-me dizer em dias, porque cada dia vai contar (janeiro de 2021 é a data do início do próximo quadro financeira plurianual que irá vigorar de 2021 a 2027), estamos pois no tempo exato para fazê-lo, já que será ao longo de 2018 que se desenhará este quadro financeiro.

Em primeiro lugar haverá uma comunicação da Comissão Europeia em maio próximo, definindo as dotações globais para este quadro e sendo que daqui até lá muitas decisões de preparação desta tomada de posição são importantes, quer a nível comunitário, quer a nível nacional.

Depois de maio, ainda este ano, muitas e difíceis etapas se colocarão num movimento de decadência muitíssimo rápido e aí já na definição dos programas para cada território, estado membro ou Região e votação no Parlamento Europeu.

Estamos, pois, no momento exato, pois estamos a dias de nos pronunciarmos junto da Comissão Europeia, a 8 de março; a dias de debatermos os pós 2020 a

nível nacional, no âmbito da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, daqui a doze dias; estamos a poucos dias, depois do Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, ter declarado a posição da Comissão Europeia quanto às grandes linhas para a elaboração daquele Quadro, o que foi há uma semana atrás, encontramos-nos no culminar de um processo de explicitação desta questão aos açorianos e do envolvimento das forças vivas dos Açores na elaboração do pós 2020, que teve início há oito meses atrás, há 250 dias (permitam-me também contar em dias porque cada dia contou).

A apresentação desta proposta, portanto, vem no momento exato, antes deste momento seria um debate com muitíssimos menos elementos fundamentais, pois não teríamos em conta, em particular, os encontros que tivemos em Bruxelas, a tomada de posição do Presidente Juncker, todas as comunicações e votações que decorreram em janeiro e início de fevereiro.

Depois, seria tarde demais pois não levaríamos para as nossas tomadas de posição que vão vir aí em nome dos Açores, a força e a legitimidade cidadã de uma visão coletiva enriquecida pelos contributos da sociedade civil açoriana e não levaríamos a força e a legitimidade democrática que esta câmara pode e deve dar.

Assim coloco aqui a necessidade, a importância e a pertinência da aceitação de debate desta Proposta de Resolução neste Plenário Regional dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está justificada a urgência.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a câmara que o Partido Socialista irá votar a favor desta urgência.

Portanto, para nós um juízo de oportunidade sobre esta proposta do Governo, permite-nos afirmar que não é tarde, nem é cedo para discuti-la, é precisamente a hora “h” e tal como eu referi terça-feira, felicitamos o Governo por esse sentido de oportunidade e pela pertinência dessa proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à urgência para deixar aqui uma nota.

Percebemos que estamos a tempo do debate desta natureza, não queremos dissociá-lo da iniciativa apresentada na passada terça-feira, nem da proposta da iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, relativamente ao acompanhamento desta matéria.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Naturalmente, com a consulta pública da Comissão Europeia, a terminar a 8 de março, um também dos argumentos apresentados para esta iniciativa e o facto de em maio a Comissão apresentar o conjunto de propostas relativas ao Quadro Financeiro Plurianual e durante o primeiro semestre se trabalharem as propostas legislativas que a Comissão irá apresentar, temos muito, mas nem por isso muito tempo para começarmos a influenciar e a trabalhar a favor dos Açores.

Já que no conjunto há aqui a preocupação de envolver o nosso Parlamento no processo negocial, naturalmente no acompanhamento depois das medidas, gostaria de deixar aqui a nota de que é muito importante que o Parlamento esteja dotado do mesmo nível de informação (informação estatística,... toda a informação necessária) para que possa ao mesmo nível se posicionar em termos de representação dos açorianos, da mesma forma, ao mesmo nível que fará o

Governo Regional, junto do Governo da República e das Instituições da União Europeia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para esta fase da urgência?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional para apresentar a iniciativa.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas (Rui Bettencourt): Sra. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quis o Governo Regional dos Açores tomar a iniciativa de colocar à vossa apreciação uma proposta de Resolução sobre as perspetivas da União Europeia e sobre as grandes linhas de atuação para a preparação do Quadro Financeiro Plurianual pós 2020 e para os desafios a ele associados.

Poderíamos colocar aqui em debate, desde já, o conteúdo desta Resolução. Mas não queríamos que as 25 alíneas do primeiro ponto desta Resolução fossem vistas como que uma compilação, um rol de soluções dispersas, sem história e sem nexos.

O que aqui é colocado à vossa apreciação é uma ambição, um caminho, uma linha estratégica amadurecida, que decorre de um processo que envolveu os

Açorianos, que toma o pulso interno e externo das envolventes das políticas comunitárias pós 2020 e que, simultaneamente, parte da nossa realidade e dos desideratos dos Açorianos num projeto de desenvolvimento para o futuro.

Permitam-me dizer uma palavra sobre esse processo, ainda antes de vos falar do conteúdo desta Resolução.

Um processo que começou quase quatro anos antes de o próximo Quadro Financeiro Plurianual entrar em vigor, quase um ano antes de se observarem as primeiras movimentações, tomadas de decisão e negociações sobre esta questão em todos os territórios.

Processo inédito que decorre, simultaneamente, da vontade do Governo em promover uma ação pública, diríamos, de vanguarda, de cidadania ativa, bem como de interessante enriquecimento e legitimação da posição açoriana.

Foi possível em oito meses promover três conferências de debate – em julho, setembro e novembro do ano passado -, a fim de melhor apreendermos quer a situação regional, com a explanação da situação do atual Quadro Financeiro Plurianual no âmbito do Açores 2020, da Agricultura, incluindo o POSEI, e das Pescas, bem como a situação e a posição nacional, quer ainda a posição comunitária, com o contributo da Comissão Europeia e de outras instituições, tais como o Comité Económico e Social ou o Comité das Regiões.

Paralelamente a estas Conferências, foram organizadas cinco Oficinas de Prospetiva – em julho, setembro, outubro do ano passado e em janeiro e fevereiro deste -, a fim de acolher, organizar e tratar os contributos da sociedade açoriana – partidos políticos, parceiros sociais, câmaras de comércio, AICOPA, sindicatos, tais como a UGT e a CGTP, Federação Agrícola, Federação das Pescas, também a Universidade dos Açores, União das Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, escolas profissionais, conselhos consultivos regionais, tais como o da Saúde e o da Juventude, ordens profissionais, membros do Conselho Regional de Concertação Estratégica e

cidadãos açorianos - que muito enriqueceram esta posição e, permitam-me esta nota pessoal, muito prazer me deram.

Foi a demonstração do que podem os Açorianos quando se unem.

Esta proposta de Resolução tem no seu primeiro ponto 25 alíneas que constituem o corpo do que para nós é importante, quer como caminho para elaborar as políticas comunitárias pós 2020, quer para salientar aquilo que para nós é fundamental ter em conta.

E o que temos em conta é, desde logo, como ponto de partida e, simultaneamente, como objetivo, os Açorianos que legitimamente aspiram a uma vida melhor. Tudo o que está aqui colocado tem sempre isto em vista.

Desde o que aqui é colocado para a nossa agricultura, as nossas pescas, o nosso turismo, respeitando os setores tradicionais de atividade, até à necessidade de inovação, através de uma nova economia emergente. Atravessando sempre tudo isso, são centrais as respostas às questões sociais, razão de ser da nossa ação pública – as questões de emprego, sucesso escolar, erradicação da pobreza, acesso à saúde.

Assim,

- Salientamos, com grande força e argumentação, a necessidade de uma posição negocial forte para a Política de Coesão pós 2020 que não coloque de forma alguma em causa, mas antes reforce, o que já foi alcançado para as Regiões Ultraperiféricas, sublinhando a importância das taxas de cofinanciamento;

- Defendemos a existência de uma alocação específica do FEDER, visando a compensação dos sobrecustos das Regiões Ultraperiféricas e a necessidade de reforçar a elegibilidade das RUP, no quadro da Cooperação Territorial Europeia, suas ações e financiamento.

Chamamos a atenção – e isto será um ponto essencial – para a adaptação da Política de Coesão à realidade territorial das Regiões Ultraperiféricas, em particular aos Açores, no respeito do tratamento específico para estas regiões

preconizado no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, através do artigo 349.º, e no Acórdão do Tribunal de Justiça da UE de 15 de dezembro de 2015, o Acórdão de Maiotte, que coloca a importância de concretizar em ações bem reais o que o Tratado nos diz sobre a necessidade de um tratamento específico das Regiões Ultraperiféricas.

Temos a intenção – firme – de nos armarmos com este Acórdão para as negociações.

Relembramos também as mais de duas centenas de propostas das Regiões Ultraperiféricas e que constam do Memorando “Por uma nova dinâmica na aplicação do artigo 349.º do TFUE” elaborado com os Açores e que foi apresentado em março último ao Presidente Juncker.

- Chamamos a atenção para os fatores julgados importantes para o desenvolvimento futuro dos Açores resultantes do processo de envolvimento da sociedade açoriana, explicitados no documento em anexo “Fatores a ter em conta para uma Política de Coesão pós 2020”.

Temos aqui 48 fatores importantes – destacaria pelo seu papel estratégico – e sublinho aqui o significado da expressão “estratégico”, como ponto de passagem obrigatório para a construção do nosso futuro – os seguintes:

A inovação, o empreendedorismo e a competitividade; a qualificação das pessoas; o desenvolvimento da economia do mar, a chamada economia azul; a competitividade logística e a abertura a nova atividade espacial, potenciando a nossa posição geoestratégica, que temos a intenção de utilizar como elemento fundamental, tal como a nossa dimensão marítima para que se tome consciência nos decisores comunitários e nacionais da mais valia que representam os Açores para Portugal e para a Europa, essa dimensão oceânica e esta posição transatlântica que trazemos;

Um turismo sustentável, como fator diferenciador do mercado turístico mundial; o ensino que tenha em conta a inovação, as necessidades da economia,

do mercado de trabalho e das pessoas; uma industrialização dos Açores e uma internacionalização da nossa Região; uma agricultura interligada com o desenvolvimento rural, numa abordagem integrada com o ambiente e o turismo; o apoio aos setores tradicionais; a potenciação da especialização económica de cada ilha, numa lógica de coesão interna forte – social e territorial; o investimento na banda larga e no cabo submarino; o financiamento público da atividade económica; a valorização dos produtos regionais; a importância da saúde como fator, mesmo, de coesão, a mobilidade e os transportes.

- Defendemos a Política Agrícola Comum (PAC) e a manutenção de uma dotação financeira robusta e capaz de apoiar o desenvolvimento da agricultura;
- Relevamos o carácter fundamental de que se reveste a manutenção do POSEI e o aumento do seu envelope financeiro;
- Salientamos o potencial para a valorização para Portugal e para a UE da posição geoestratégica dos Açores;
- Defendemos um modelo de governação do mar assente na proximidade, com gestão à escala regional;
- Defendemos a manutenção de apoios específicos à fileira das pescas e a adoção de cofinanciamento do Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas (FEAMP) também para a formação de pescadores;
- Insistimos e insistiremos no objetivo de inclusão das Regiões Ultraperiféricas, em geral, e dos Açores, em particular, na Rede de Autoestradas do Mar, em particular para as RUP da Macaronésia;
- Chamamos a atenção para a necessidade de viabilização do acesso ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, em caso de catástrofes, tão importante na nossa Região;
- Pugnamos pelo acesso facilitado dos investigadores e das instâncias vocacionadas para a investigação da Região e defendemos a inclusão de apoios financeiros dirigidos à implementação e manutenção de infraestruturas

tecnológicas que contribuam para as políticas europeias de investigação e desenvolvimento do Atlântico e para a estratégia espacial da Europa;

Por último, instamos o Governo da República a que, nas matérias relativas ao próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, adote, em articulação connosco, uma abordagem conjunta com outras Regiões e Estados de pertença das Regiões Ultraperiféricas (Espanha e França).

Deixo assim à vossa apreciação esta proposta de Resolução!

Deputado Miguel Costa (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Informo a câmara que está nas galerias da nossa Assembleia, um antigo Deputado desta Casa, José Manuel Nunes, da Ilha do Corvo.

Seja bem-vindo ao Parlamento! Saúdo em nome desta Assembleia!

(Aplausos da câmara)

Agradeço que se inscrevam.

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, com toda a cordialidade, venho aqui a esta tribuna fazer uma intervenção sobre a Proposta de Resolução do Governo.

Perante um dos maiores desafios da afirmação da nossa Europa e que é também por consequência um dos maiores desafios da nossa região, este governo e esta

maioria, não tiveram a capacidade de procurar e de concertar, neste parlamento, com sentido de responsabilidade política, uma posição conjunta que representasse democraticamente o sentir da nossa autonomia.

Perante uma questão tão fundamental, este governo e esta maioria demonstram, mais uma vez, a sua incapacidade de representar o sentir e os interesses da Região e dos Açorianos.

Este governo, esta maioria, vivem a pensar que detêm o poder numa espécie de fim dos tempos, na ilusão de um poder perpétuo, sem terem a consciência de que apenas são atores de um período histórico e concreto que ficará, para a história da nossa região, como um período de decadência da governação da nossa autonomia.

Este governo tomou a decisão de apresentar esta Proposta de Resolução a 2 de fevereiro e apenas comunicou o objeto da sua proposta aos grupos parlamentares dos partidos da oposição no final no dia da passada sexta-feira.

Poderá alguém dizer, nesta casa, que este é o procedimento adequado para quem diz que pretende um consenso sobre matéria europeia nesta Assembleia?

Como se não bastasse, sempre predisposta à cartada de oportunidade e da propaganda, vem a bancada da maioria, no rescaldo das suas jornadas parlamentares, falar de um desejável pacto de regime com os partidos de oposição sobre os pilares de desenvolvimento a partir de 2020.

É sério pensar que um pacto de regime nasce de uma proposta unilateralmente apresentada e fechada?

Deputado José San-Bento (PS): Não está fechada!

O Orador: Esta maioria sabe o que é um pacto de regime? Sabe os procedimentos de confiança mútuos que são necessários para uma concertação? Sabe que um pacto de regime pressupõe um acordo? Sabe que um acordo pressupõe vontade, informação, seriedade, verdade, debate e sentido de responsabilidade?

Nós sabemos que não sabe.

20 anos de “eu quero, posso e mando” retirou-lhes qualquer conceção de diálogo e deu-lhes apenas a presunção de que tudo vale em política.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados, Senhoras e Senhores membros do Governo:

A forma e o conteúdo com que este Governo trouxe a este parlamento a questão europeia é mais uma constatação da sua autocracia, da sua desconsideração pela democracia representativa, do seu desprezo pelas instituições políticas, pela nossa autonomia e, sobretudo, o seu desrespeito pelos açorianos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Quando o governo apresenta uma proposta de resolução onde aponta, como objetivo primário analisar as perspetivas da União Europeia pós 2020 e depois, em todo o articulado, apenas apresenta, como preocupação, o financiamento, dinheiro, dinheiro, dinheiro ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... que pretende obter das instâncias europeias, alguma coisa vai mal no sentido político e estratégico desta maioria e deste executivo.

Perante os desafios de representação política na União Europeia, perante os desafios de novas respostas a contextos específicos emergentes, perante desafios de configuração da união política e monetária, perante o problema das migrações, perante os problemas de solidariedade social, perante os problemas de ambiente, perante a ideia de impostos europeus, sugeridos pelo Partido Socialista nacional ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Sr. Deputado não leu a Resolução! Só pode!

O Orador: ... perante a ideia de listas transnacionais ao parlamento europeu - este governo nada diz - nem uma linha de pensamento político sobre a construção europeia. Nem uma linha que revele uma preocupação com a afirmação do primado dos valores que conformam a nossa identidade e representam o nosso futuro comum.

A única coisa que esta maioria revela é que perante um quadro de definição de objetivos políticos da União, perante uma necessidade de redistribuição de recursos que moldará a União Europeia do futuro, nada tem a dizer. Apresenta-se apenas à mesa do orçamento. Reivindicando sem participar. Exigindo sem se comprometer. Perfilando-se sem demonstrar querer pertencer e na União Europeia, permitam-me que termine, dizendo isto: para o próximo pós 2020, continuamos hoje a ser os últimos na coesão, o último lugar na coesão, segundo as estatísticas da OCDE, segundo todas as estatísticas, continuamos hoje a ter açorianos de primeira e açorianos de segunda ...

Deputado Francisco César (PS): Por acaso não há!

O Orador: ... e continuamos hoje a ter alunos na ilha do Corvo que não têm uma cantina.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava a minha intervenção manifestando uma profunda perplexidade e a minha total surpresa por esta intervenção que me precedeu aqui, uma

intervenção do CDS-PP, que direi apenas isso, infelizmente não está à altura daquele que foi o contributo muito relevante da democracia cristã na construção do projeto europeu.

Deputados Miguel Costa e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Quero fazer essa justiça a todos os democratas cristãos europeus.

Queria salientar que o envolvimento e o estímulo à participação que o Governo Regional dos Açores, nomeadamente o Sr. Secretário da Cooperação Externa desenvolveu desde o período, sendo rigoroso, que tomou posse, é para nós merecedor de grande destaque e é bom que se diga, esta proposta não está fechada, esta proposta é suscetível de ser alterada, afinada, melhorada e além disso o Governo não tinha outra forma de trazer aqui a este Parlamento esta iniciativa, portanto aquilo que do ponto de vista do PS deve ser destacado, é que o Governo procurou envolver e valorizar o órgão máximo da autonomia e os legítimos representantes do povo dos Açores e só pode merecer o nosso profundo reconhecimento ao Governo Regional.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, temos que destacar isso, eu não vou repetir por questões de tempo, há vários colegas da minha bancada que vão intervir neste debate, eu por questões de tempo não vou recordar aquilo que eu disse na terça feira, nomeadamente ao nível do processo de auscultação de todos os setores da sociedade, incluindo os partidos políticos. Eu participei numa oficina sobre a política de coesão com representantes de vários partidos políticos e, portanto, este diálogo envolveu e integrou toda a sociedade e foi um diálogo fecundo. Isso é muito importante ser aqui destacado e é por isso que essa proposta na parte resolutiva tem 25 pontos, o que traduz precisamente esta riqueza deste

debate, desta abertura e deste envolvimento que o Governo Regional, e bem, procurou desenvolver neste processo.

Nós destacamos isso com particular gosto, como também sempre dissemos esta maioria do PS é uma maioria positiva, uma maioria sensata, uma maioria reformista e uma maioria de diálogo e de humildade e isso para nós quando o Governo corresponde a esses valores, nós destacamos sempre isso.

Eu também por razões de tempo, sem prejuízo do que foi dito na terça feira, sem prejuízo do contributo importante que os meus colegas darão para este debate, queria só destacar aqui 5 pontos que são muito importantes par o nosso futuro e que esta Resolução, e bem, acautela:

Em primeiro lugar, a proteção do nosso estatuto de Região ultraperiférica, consagrado no Tratado da União, é da maior importância e o Governo faz muito bem em assinalar esse ponto;

Em segundo lugar, a defesa da política de coesão e da ideia de convergência do projeto europeu. Essa é a identidade da União Europeia, é a genuína identidade do projeto de construção europeia e para nós também é importante, como assinalámos na teça feira, que os Açores não se eximem de manifestar a sua visão sobre o futuro da Europa. Isto é importantíssimo, isto é uma forma de uma região ultraperiférica, de uma região pequena como os Açores, terem uma voz na construção da Europa. Uma política de coesão que não se transforme e que não fique pervertida em mecanismos de gestão centralizada e por isso mesmo tem que ser uma política de coesão subordinada ao princípio da subsidiariedade na sua dimensão mais forte e nos seus princípios de filosofia social e política, no sentido de haver um dever de ajudar e uma obrigação de não intervir. São as regiões, é o Parlamento dos Açores e o Governo dos Açores que fazem a gestão desses fundos, dessas políticas onde obviamente haverá lugar para divergências e ideias diferentes e projetos diferentes. É essa a riqueza da democracia e é isso também que nós queremos fazer para os Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em terceiro lugar a proteção do nosso setor produtivo tradicional com o reforço da política agrícola comum e da política comum de pescas e também com a utilização do mecanismo do POSEI que é obtido ao abrigo da nossa especificidade ultraperiférica para atenuar os erros e a descaracterização que infelizmente a política agrícola comum tem merecido nos últimos tempos.

Em quarto lugar uma aposta no emprego e nas qualificações.

Nós temos que aproveitar mais este Quadro Europeu para construirmos, obviamente, boas infraestruturas, ...

Deputado Marco Costa (PSD): Estão a desaproveitar agora?

O Orador: ... para mantermos boas infraestruturas, não há desenvolvimento sem boas infraestruturas, mas também sobretudo para nós criarmos mais emprego, melhor emprego e melhor remunerado e é este desafio que nós também queremos assinalar como muito positivo nessa proposta que o Governo aqui apresenta.

Por último, uma quinta preocupação, a prioridade, Sr. Secretário, aos setores que vão permitir construir uma Região de futuro e construir uns Açores de futuro, com uma grande relevância em novas áreas e em novos setores. Uma aposta no ambiente, a aposta na ciência, na tecnologia, na investigação e no desenvolvimento, que não só reconhece o muito que já fizemos nessas áreas até aqui, mas que tem ambição de trazer uma dimensão inovadora a todas essas áreas, o que terá reflexos aos mais diferentes níveis e que já é possível constatar com um particular impacto ao nível de setores de ponta, como por exemplo a exploração do mar profundo e também as questões espaciais.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o debate sobre o futuro do orçamento plurianual da União Europeia pós 2020, não é um debate sobre uma revisão do Tratado da União Europeia.

Talvez um dia vamos ter também que fazer esse debate, mas é preciso distinguir as duas coisas: nós não estamos a falar aqui na Revisão do Tratado da União, mas a verdade é que o próximo orçamento tem de refletir os princípios que estão consagrados no Tratado da União Europeia e tem que refletir o paradigma da solidariedade e a entidade integradora que o projeto de construção europeia tem, com pequenos avanços, com alguns recuos, com algumas insuficiências, é verdade, eu sei que há algumas apreciações que sectorialmente podem ser críticas, mas no global um projeto que tem trazido prosperidade, paz e segurança aos europeus, portanto para nós mais Europa, será melhor Europa e também teremos melhores Açores na Europa e para nós o que fortalece a União Europeia é a concretização da ambição que sempre caracterizou o projeto europeu.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CONTEXTO AGRÍCOLA REGIONAL, hoje mostra evolução e investimento a diversos níveis, apesar de ainda termos espaço para mais crescimento...

Vive se assim, um crescimento evidenciado nos diferentes sectores... com especial destaque na fileira da carne e da Diversificação, quer em área, produção e volume de vendas...

No sector leiteiro, apesar de ligeira, e de estar longe de ser ideal, houve uma retoma do preço do leite...

Temos também a implementação de uma estratégia internacional de mercados para os produtos lácteos e da Carne, em prol de uma maior e melhor valorização do nosso produto.

Mantivemo-nos apostados no reforço, conquista e aperfeiçoamento das infraestruturas agrícolas...

Apostamos mais na inovação e experimentação direcionada para novos produtos, e contributos científicos ao serviço da agroindústria e dos diferentes sectores...

Procuramos reiterar a imagem de marca assente na nossa biodiversidade, no nosso ambiente, na nossa natureza e riqueza rural... a marca açores confere maior expressão e maior representação e, por conseguinte, mais competitividade...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Assumimos o forte compromisso, em legitimar a exclusividade e unicidade da mensagem e da missão de levar os açores e os nossos produtos além-fronteiras...

E o reflexo deste esforço conjunto e complementar, manifesta -se no aumento das exportações em 8% e diminuição das importações em 9%...

Tudo isto, em prol de melhores condições de trabalho e da dignificação do esforço dos nossos agricultores...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Em prol da conquista de uma estabilidade efetiva de todos os que vivem da nossa terra...

Em prol de um emprego de futuro para as gerações que acreditam e que queiram apostar no nosso capital agrícola...

As evidências são muitas, mas o trabalho e o rumo a traçar é sempre mais e maior... é uma construção permanente... o GRA, não se rende ou conforma-se, mostra se sim, motivado e focado face à estratégia de um futuro próximo...

Sras. e Srs. deputados,

Ao longo do último ano vários foram os momentos, contributos e negociações encetados pelo Governo Regional, naquela que é a sua responsabilidade...

Vejamos, no âmbito do PRORURAL +, onde os Açores evidenciam se pelos melhores níveis de execução na casa dos 98% comparado com o continente e a Madeira...

No âmbito do POSEI, negociou se, um reforço de verbas para as ajudas diretas nomeadamente à extensificação à agricultura biológica, ao sector da carne entre outros...

Posicionámo-nos na defesa intransigente do reforço da verba no âmbito da PAC pós 2020... na manutenção do POSEI, bem como a negociação de um POSEI mais flexível e simplificado, de modo a que seja possível uma maior adaptação às diferentes necessidades, à evolução dos mercados e contextos macroeconómicos...

Por fim, temos a construção do documento “CONTRIBUTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA A REVISÃO DA POLITICA AGRICOLA COMUM” elaborado tendo sempre por base as diferentes auscultações na construção de um diálogo contínuo com as associações cooperativos e representantes dos sectores... Passos dados, que consubstanciam uma visão ambiciosa, mas exequível do futuro da nossa agricultura...

Por último, consideramos que o Governo dos Açores esteve sempre na linha da frente, nas diferentes esferas, espaços e responsabilidades e com diferentes intervenientes, de uma negociação clara dos interesses dos Açorianos e Açorianos e da Agricultura em particular... Não reconhecer isso é negar evidências numa cegueira partidária que nada acrescenta a este debate...

Tentar confundir ou posicionar se numa luta pela exclusividade da defesa de uma estratégia para o futuro próximo, em contexto e em tempos tão relevantes, é irresponsável e imponderado... o tempo é de união e de criação de uma só voz... o desafio está em todos e com todos... e o futuro dos Açorianos dependem de uma convergência fortuita e profícua... é isso que esperam de nós é isso que nos é exigido ... é esse o nosso dever... e estou certa será essa a melhor postura para todos nós nesta Casa...

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo...

Falemos dos desafios e potencialidades dos Açores enquanto Região Ultraperiférica...

Em conformidade com o artigo 349, reconhece-se a necessidade de conceber medidas específicas para dar resposta aos desafios das Regiões Ultraperiféricas. Todavia estes constrangimentos, não podem nem devem ofuscar o potencial que as mesmas detêm... E cabe-nos a nós afirmar a nossa singularidade e potencial nos diferentes sectores...

Os desafios das RUP, consistem em serem capazes de competir e integrar se num mundo globalizado, todavia a nossa posição transatlântica é sem dúvida um trunfo e um ativo muito importante no contexto europeu que devemos usar e abusar a nosso favor...

No fundo, há que encontrar um espaço e uma posição na economia global, enfatizando a nossa exclusividade em matéria de produção agroalimentar... retirando partido dos efeitos da globalização e evitando os constrangimentos de sermos uma RUP...

Para isso, há que encontrar formas de nos tornarmos mais resilientes e competitivos através de medidas concretas.

A estratégia que melhor nos serve no contexto europeu e na futura PAC, será a de construção de um crescimento económico-social resiliente inclusivo e sustentável...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: ... à que estimular um crescimento suportado pela inovação, pela defesa dos nossos recursos naturais e ambientais, bem como abraçar as novas tecnologias numa efetiva modernização agroindustrial...

Façamos uma aposta clara na especialização inteligente e na cooperação inter-regional, explorando uma posição de complementaridade e potencialidades de outras regiões, reforçando sinergias de investimento entre o sector privado e o público...estreitando relações e laços, promovendo um planeamento conjunto de projetos chave e piloto..., com vista ao desenvolvimento de novos produtos e serviços...

Exploremos as nossas características geográficas e geológicas a favor das condições excecionais no campo da investigação e inovação em sectores de futuro, como a biodiversidade, os ecossistemas terrestres, energias renováveis, impacto ambiental e preservação do solo...

Afirmo igualmente que o futuro passará igualmente pelo investimento nos domínios da economia circular, economia azul, energias renováveis, turismo responsável entre outros...

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo...

Em suma, os Açores, devem continuar a apostar em especializar-se nos sectores que lhe oferecem mais potencial de crescimento e diferenciação...

No fundo, queremos continuar a trilhar um caminho de crescimento sustentado e diversificado, de criação de novas oportunidades para todos os cidadãos, na criação de emprego efetivo, na estabilidade social e económica em especial a partir dos sectores de agricultura e turismo...

Em jeito de conclusão e ponto de ordem, digo que enfrentar os desafios de cabeça erguida, com pé firme na terra e olhos no futuro é a melhor forma de entrarmos nos pós 2020.... **DISSE ...**

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Europa tem 70 mil quilómetros de costa e é nessas zonas costeiras que se concentra 40% da população e onde se gera 40% do Produto Interno Bruto.

Estes simples dados dão a ideia da importância que as zonas costeiras têm para a economia europeia.

Portugal é uma potência marítima. Atualmente cerca de 97% de Portugal é mar.

E é o arquipélago dos Açores que projeta Portugal para o Atlântico.

Nos Açores temos, nas 9 ilhas, 943 Km de costa, onde se concentra, também, grande parte da população açoriana.

A ZEE dos Açores atinge 948.439 Km², cerca de 16% da ZEE de toda a Europa e 55% de Portugal.

Apesar desta imensidão, só 1% dos fundos tem até 600 metros de profundidade e 6% dos fundos estão entre os 1.000 e os 1.500 metros de profundidade e estão identificados 461 montes submarinos.

Por aqui se percebe que apesar de uma grande área marinha que envolve os Açores, as zonas de pesca são diminutas, fazendo com que se tenha de considerar como áreas sensíveis que exigem cuidados especiais na sua exploração.

A pesca nos Açores, apenas uma das muitas utilizações do mar, é essencialmente artesanal, com cerca de 90% das embarcações com menos de 12 metros de comprimento, tem um peso importante no PIB da Região,

empregando cerca de 5% da população ativa e é uma das nossas principais exportações.

Acresce ainda que 90% do pescado é capturado por métodos artesanais e a pescaria industrial é inexistente.

Todas estas características são importantes para que as pescarias sejam classificadas, tal como são, como sustentáveis.

Esta Proposta de Resolução, no que concerne às pescas, é também bem clara e levanta preocupações que, nestas negociações da “União Europeia pós 2020”, devem ser atendidas para bem dos Açores e do futuro deste importante setor.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A gestão das pescarias deve ser local e atenta às particularidades regionais, porquanto estamos perante uma atividade extrativa, é certo, mas comprovadamente seletiva e quase completamente artesanal, como já foi dito.

É por isso que a Política Comum de Pescas da União Europeia deve-se compaginar com este padrão, adaptando-se às realidades específicas de cada uma das regiões.

Os Planos de Compensação de Sobrecustos das RUP, vulgo Posei Pescas, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Deputado não há POSEI Pescas!

O Orador: Sra. Deputada, eu chamei o nome correto. Faça favor de atender àquilo que eu estou a dizer e não brincar com coisas sérias!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não estou a brincar!

O Orador: ... devem ser mantidos e, se possível, autónomos do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

Estes apoios devem ser agilizados, de uma maneira ou de outra, para não acontecer, e aqui pedia-lhe a atenção, novamente, um atraso de quase dois anos, como aconteceu nos Governos que o seu partido fez parte, entre 2014 e 2016, com graves e insuportáveis prejuízos para toda a classe piscatória.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Acha que está bem agora?

O Orador: Por outro lado, é importante continuar a garantir apoios à renovação e modernização da frota, não com o intuito de aumentar a pressão sobre os recursos, mas antes como forma de melhorar a segurança dos pescadores e das suas embarcações.

O Governo dos Açores, após agregar contributos da sociedade civil, apresenta esta Proposta de Resolução que tem como objetivo primeiro, e no que às pescas diz respeito, manter e agilizar os mecanismos de apoio, tendo como base a afirmação de uma atividade sustentável de modo a garantir e promover o aumento do rendimento dos trabalhadores desta fileira.

É o culminar de um trabalho de anos, de um trabalho partilhado com o setor que sempre soube enfrentar os desafios, e foram muitos, fugindo daqueles que por vezes abanavam com soluções fáceis, mas que não levavam a lado nenhum.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na passada terça feira, nesta Assembleia, por ocasião do debate solicitado pelo Governo Regional sobre a Europa pós 2020, penso que demonstrei de forma linear e com base nos dados fornecidos pelas instituições europeias, que a evolução do processo de construção europeia é desastroso.

Assiste-se na Europa, como resultado das suas políticas, ao incremento das desigualdades económicas e sociais.

Estas desigualdades cimentam-se na diferenciação negativa e constante entre países, onde os mais desenvolvidos se distanciam dos menos desenvolvidos e é exponencial nas diferenças no seio de cada País, na constante acumulação de riqueza, por parte dos mais ricos, em contraste com o resto da população, para a qual a perda de direitos sociais e a perda de poder de compra tem sido, também ela, uma constante.

Agrava-se de forma preocupante a tendência para a lógica da Europa fortaleza, fechada aos povos que lhe são exteriores, mas também impondo constrangimentos à mobilidade, no interior da própria Europa.

É esta a marca da construção europeia e das políticas impostas. Nestas têm particular relevo o euro que com os seus mecanismos diversos é ele próprio um acelerador de desigualdades.

Não compreendemos, pois, os festejos desta construção, não compreendemos quando assistimos ao crescimento das desigualdades sociais entre Países, ao crescimento da xenofobia e do racismo, ao crescimento dos movimentos e partidos com base em lógicas fascistas, partidos estes, Sras. e Srs. Deputados, é bom não esquecer, que já fazem parte de vários governos.

Assistir com complacência aos atropelos ao estado de direito, perpetrados por estados pertencentes à União Europeia, é um ataque à democracia, já de si extremamente debilitada no funcionamento da Europa.

Não! Não compreendemos os motivos para celebrar este caminho ainda para mais quando a grande novidade é o início da concretização do exército europeu, qua ao contrário do que se apregoa não é para manter a paz, mas semear a guerra, a guerra a que hoje assistimos, em várias partes do mundo, fomentadas pelas grandes potencias mundiais. Sim, apetece dizer: com esta Europa não vamos lá!

A transformação deste caminho para bases democráticas participadas de coesão entre países e povos, de desenvolvimento sustentado e de paz, este é que é o caminho da luta do BE no quadro da Europa.

Também por isso, vimos com agrado o resultado da Conferência das RUP's, da qual saiu um memorando conjunto das regiões ultraperiféricas, tendo como subtítulo, “por uma nova dinâmica na aplicação do art. 349.º do tratado funcional da União Europeia”.

Tratar de forma diferente o que é diferente, assumir até às últimas consequências a realidade das ultraperiferias e até da dupla ultraperiferia, são marcos que a serem uma realidade concorrerão para a coesão europeia e para o bem estar dos povos.

Acompanhamos na sua generalidade o memorando que é transcrito, em grande parte com as suas medidas concretas, na proposta de Resolução, apresentada nesta câmara e que agora debatemos.

Com certeza que votaremos a favor desta Proposta de Resolução, pois vai no caminho que consideramos correto para uma verdadeira construção europeia.

Esperemos, contudo, que não se trate, para o PS e para o Governo Regional, de mais uma opção meramente panfletária, sem qualquer implicação prática.

Esperemos que a adesão a este memorando seja, por parte do PS, e já agora por parte do PSD e do CDS, o início de uma autocrítica em relação ao passado, abrindo-se um novo caminho de exigência, no concreto para as nossas especificidades, como Região.

É dito neste memorando que a política de pescas da União Europeia tem sido muito prejudicial para as RUP's! Não podemos estar mais de acordo, Sras. e Srs. Deputados, mas nesta Assembleia aquando da discussão do Tratado de Lisboa, o BE propôs uma derrogação a esse mesmo Tratado, para proteger as nossas pescas da rapina das grandes fortunas pesqueiras. Qual foi o resultado, Sras. e Srs. Deputados? O PS e para o caso o PSD e o CDS votaram contra!

Perguntamos: onde é que está a coerência, a derrogação do Tratado de Lisboa? Ou não têm coerência ou então não tiveram autorização do Terreiro do Paço! Não há uma terceira hipótese.

Anteriormente, a este triste episódio, aquando da discussão do fim das quotas leiteiras, negociada a vez entre Ministros do PSD e do PS, todos nos lembramos do Sr. Ministro Jaime Silva dizer que era inevitável e como era trocámos as quotas leiteiras por mais 500 milhões de euros.

Mas, negociar naquela mesma altura políticas específicas para as RUP's, nada! E então, nós perguntamos: quanto é que já custou a esta Região, à nossa economia e principalmente aos agentes do setor esta falta de coragem?

Esperemos que as posições destes partidos, aqui na Região, mudem agora na prática, com a assunção deste memorando e dos seus conteúdos, mas até prova em contrário temos as nossas fundadas dúvidas que tudo pode não passar de um mero manifesto retórico.

Reparem bem, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Já depois da realização da Conferência das RUP's, foi apresentado na Assembleia da República um Projeto de Resolução, onde se propunha num dos seus pontos, para o caso no ponto 2, o seguinte e vou citar: “a negociação com a União Europeia, deve permitir garantir o reconhecimento de um estatuto especial à insularidade distante, no quadro das regiões ultraperiféricas, capaz de melhor promover o desenvolvimento destas ilhas, de forma sustentada com a sua dimensão ecológica e social.

Ora, este mesmo ponto, foi chumbado com os votos contrários do PS, do PSD e do CDS e com os votos favoráveis de todos os outros partidos.

Mas não é só, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No ponto 3 da mesma Resolução dizia o seguinte, e cito: “sejam desenvolvidos todos os esforços para que no futuro a condição de região insular e de região ultraperiférica possa dispor de um estatuto sem equívocos, quanto às

possibilidades de derrogação às políticas comuns, no reconhecimento do direito destas economias insulares e distantes, produzirem de acordo com as respetivas potencialidades e aptidões”, fim de citação.

Votação final, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: PS, PSD e CDS, votaram contra; a favor, os demais partidos.

Também não deixa de ser interessante, já agora, na consulta obrigatória às assembleias das Regiões Autónomas sobre este mesmo Projeto de Resolução, que a Assembleia Regional da Madeira, tenha votado por unanimidade a favor e nesta nossa Casa, a mesma proposta, tenha tido o parecer negativo do PS, do PSD e do CDS.

A referida Resolução, aquela que de que estou a falar não foi do BE, contudo enquadra-se perfeitamente nos objetivos e conteúdos do memorando de junho 2017, saído da Conferência das RUP's.

Repito, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não será legítimo concluir que este apego ao memorando e à diferenciação das RUP'S poderá não passar de retórica, ou de encenação política?

A esta pergunta, Sras. e Srs. Deputados, só a vida poderá responder.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Início a minha intervenção com o registo, naturalmente negativo, de var ausente o senhor Secretário Regional de Agricultura, que naturalmente teve algum compromisso mais importante do que aqui estar, atendendo ao facto que quer a iniciativa do Governo, quer do Grupo Parlamentar, no âmbito das políticas europeias, a

Política Agrícola Comum é aquela que se torna relevante para a economia dos Açores, com reflexos em todas as nossas ilhas e que porquanto, a ver vamos em próximas oportunidades se existirá ou não a faculdade de debatermos as decisões de Política Agrícola Regional que se venham a enquadrar nos propósitos e nos princípios das políticas europeias, designadamente da PAC pós 2020.

A convergência de posições em questões com relevância estratégica para os Açores conta com o apoio do PSD, como são, no caso em apreço, as Políticas Europeias pós 2020, sempre que considerem a defesa dos interesses da região e dos açorianos de forma evidente.

Foi neste mesmo pressuposto que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou em 17 de outubro passado o Projeto de Resolução “Ultraperiferia – O Instrumento Europeu para Políticas Diferenciadas nos Açores” dedicado às políticas e instrumentos com maior relevância nas políticas europeias com impacto nos Açores.

Da mesma forma contamos com a sua aprovação, em breve, neste Parlamento.

Os considerandos que enquadram a presente Proposta são coerentes e suficientemente transversais para merecerem acolhimento;

Os termos da Proposta traduzem conteúdos de posições assumidas por diversas entidades, públicas e privadas, e em diversos momentos, também transversais, relevando quer no âmbito das políticas de coesão, quer da Política Agrícola Comum e também no quadro da ultraperiferia, uma abordagem capaz de enquadrar os Açores e de facultar ao Governo da República um conjunto de princípios a ter em conta no processo negocial do Quadro Financeiro Plurianual e das medidas regulamentares subsequentes a serem apresentadas pelas instituições da União Europeia.

A iniciativa contém, aliás, a transcrição de propostas constantes no Memorando Conjunto das Regiões Ultraperiféricas elaborado em junho de 2017, embora ignorando outras também importantes.

Não abdicamos de salientar no âmbito das políticas europeias a importância da Política Agrícola Comum, do Posei e da abertura institucional e o valor jurídico que o artigo 349 que o TFUE confere aos Açores na defesa de derrogações e modelações que discriminem positivamente as diversas políticas regionais.

A título exemplificativo temos algumas dúvidas, perguntamos o que significa, por ex. “dotação financeira robusta e capaz de apoiar o desenvolvimento da agricultura...” que consta na referida Proposta e de forma ambígua, naturalmente enquadrada num conjunto de propósitos transversais e que a seu tempo deverão ver materializadas propostas concretas com impacto na Região.

Aliás, não faz sentido que esse debate fique distante daquilo que são as expectativas das instituições, das empresas e dos destinatários, porquanto a razão principal das políticas europeias e do envolvimento do Estado Membro e dos Açores, são ao fim e ao cabo, satisfazer necessidades essenciais ao desenvolvimento económico e social dos Açores.

Este momento, versando a mesma temática abordada na passada 3ª feira, permite-nos, de certa forma, retomar o debate então iniciado.

Indicadores de base e estatística atual credível são fundamentais para a tomada de decisões. O contributo dos deputados deve ser responsável e partir do mesmo nível de informação do Governo.

Documentos estratégicos generalistas podem ser adequados e fáceis de aprovar, mas também inconsequentes na deliberação de medidas concretas a adotar no futuro.

Temos, por isso, que acautelar e salvaguardar alguns aspetos.

Naturalmente que na última 3ª feira realçamos, como voltamos a fazê-lo, as questões relativas à PAC.

Os Açores não se podem descuidar com a PAC Pós 2020 porque as consequências para toda a economia dos Açores estão em causa.

A situação económica e financeira das explorações agrícolas conta, de fato, para este nosso debate, porque o investimento e o rendimento agrícolas dependem dos financiamentos da União Europeia e é sobre isso que estamos a tratar e que está no discurso do Governo.

Aliás, na passada semana tive oportunidade de enquadrar e agora cito, notícia do dia 04.02.2018:

“O governo regional, produtores e industria dos Açores são unânimes a afirmar que três anos após o fim das quotas leiteiras o cenário é negro: mais de 60% dos 2.132 produtores de leite da região estão falidos”.

Não vi nenhuma nota de imprensa do GACS ou do Secretário Regional da Agricultura, a desmentir à data estas afirmações.

Aliás o seu conteúdo, já em 14 de março de 2016 afirmava o Presidente da FAA: **“Setenta por cento dos produtores de leite dos Açores estão tecnicamente falidos”** na antevisão de uma reunião do Conselho Europeu da Agricultura em Bruxelas

Quem foi então o político que fez esta afirmação? Terá sido o PSD? Não!

Deputado José San-Bento (PS): Terá sido o senhor? Não!

O Orador: O importante é sabermos o que pensa e decide o Secretário de Agricultura dos Açores e o Ministro da Agricultura de Portugal nas políticas que afetam a economia agro rural regional.

Aliás, no dia 8 de fevereiro Portugal emitiu um “Position Paper” que ignora os Açores.

Terá o Secretário Regional da Agricultura assegurado que tal não aconteça no âmbito agrícola, junto do Ministro da Agricultura?

Mas **importa saber da condição económica e financeira das explorações agrícolas porque resulta:**

- Do impacto das medidas aplicadas até agora;
- Das medidas a manter e daquelas que têm de ser alteradas;
- Das novas medidas que devem ser adotadas.

A 18 de novembro de 2016 disse neste Parlamento e cito:

“Os resultados económicos das explorações agrícolas dependem da remuneração dos mercados aos produtos agrícolas, por um lado, e dos apoios públicos da União Europeia, nacionais e regionais por outro”.

Não queremos que se percam, novamente, 36 milhões de euros de financiamento público como aconteceu, entre 2013 e 2016, nos planos regionais para a Agricultura dos Açores e que contavam com financiamento da União Europeia.

Dos diversos estudos efetuados sobre o setor leiteiro, pela sua relevância é importante fazermos essa abordagem, é evidente que em períodos mais favoráveis do que agora, muitas explorações sobrevivem porque existem apoios públicos da União Europeia e da Região e a sua viabilidade tem vindo a diminuir:

Quando os preços de leite à produção se situavam em São Miguel entre os 30 e os 35 cêntimos, na Terceira entre os 27 e os 31 cêntimos;

41% dos produtores de leite em São Miguel eram economicamente competitivos, não dependendo dos apoios públicos para custear os fatores de produção próprios e alheios;

E 47% dos produtores eram economicamente viáveis, mas dependendo dos apoios públicos para subsistir;

O custo médio de produção, por litro de leite era, à data, 31 cêntimos por kg de leite nas explorações economicamente competitivas e era de mais 25% nas explorações economicamente viáveis e de mais 38% nas explorações financeiramente viáveis;

Ora neste contexto favorável a conclusão técnica era a de garantir um custo de produção inferior a 28 cêntimos para garantir viabilidade num modelo que cumpra com todas as obrigações legais, designadamente da União Europeia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Teria de perguntar, mas fá-lo ao senhor Secretário Regional da Agricultura:

Que estudos tem neste momento o Governo sobre a situação económica e financeira das explorações agrícolas, nas diversas fileiras, que permita apresentar propostas no âmbito da PAC Pós 2020 e de uma revisão das medidas e das ajudas do Posei?

Que documento foi produzido pela Secretaria Regional da Agricultura que traduza o modelo de desenvolvimento agrícola, em cada ilha e, para cada fileira, a facultar à ALRA e que possibilite avaliar as opções agrícolas dos Açores para o período pós 2020?

Na situação atual em que o preço médio por litro de leite à produção é de 28 cêntimos nos Açores, 32 cêntimos no continente e 37 cêntimos na União Europeia e com os custos de produção mais elevados pergunto ao Secretário da Agricultura que medidas de política tem para o setor leiteiro dos Açores para inverter essa situação e que propostas já apresentou no âmbito da PAC Pós 2020 ao Ministro da Agricultura?

Com o Posei como um programa essencial para apoiar a perca de rendimento dos agricultores nos Açores face à sua condição ultraperiférica, pedimos ao Secretário da Agricultura que entregue nesta Assembleia a proposta de revisão anual do Posei 2018 entregue à Comissão Europeia e a versão aprovada pela Comissão Europeia. Penso não ser necessário fazer um requerimento para o efeito, já que a Assembleia vai estar envolvida no processo de determinação das suas propostas no âmbito das políticas europeias pós 2020.

Com o propósito da ALRA acompanhar o processo negocial das políticas europeias pós 2020 e do respetivo quadro financeiro plurianual no caso do leite,

não podemos ficar pela informação estatística publicada e ultrapassada, designadamente no Portal do Leite pelo IAMA com 6 meses de atraso.

É com estes dados preciosos e precisos que se podem equacionar:

No âmbito do Posei:

- Que medidas devem manter-se e que novas medidas devem ser propostas?
- Qual o valor dos apoios unitários, por unidade, hectare ou animal de acordo com a fileira?
- Qual deve ser o seu envelope financeiro anual?
- Qual o efeito dos apoios comunitários na compra de matérias primas para rações e para que modelos de exploração são essenciais?

Com os objetivos da PAC Pós 2020 e com a abertura das instituições europeias na revisão dos instrumentos de política e de financiamento das regiões ultraperiféricas, os Açores têm de ter **um plano estratégico agrícola para cada fileira e em cada ilha** tendo em consideração:

- **Estudos de base sobre a viabilidade técnica, económica e financeira** das explorações agrícolas de cada fileira produtiva e em cada ilha;
- Que o **acesso a fatores de produção e os custos de produção** são diferentes de ilha para ilha;
- Que a **vontade dos agricultores e o potencial dos recursos** agro florestais de cada ilha é distinto;
- Que os **constrangimentos estruturais e logísticos para cada fileira**, transportes, matadouros, indústrias, comércio, capacidade de frio, etc., são distintos de ilha para ilha;
- Que o desenvolvimento rural integrado assente **numa nova cadeia de valor que associa Agricultura, Turismo e Ambiente** com políticas concertadas e que, por via dos serviços de diversa natureza que a Agricultura presta aos restantes setores possam ser por esses remunerados atentos os compromissos

que já decorrem das obrigações da União Europeia e dos novos objetivos pós 2020.

Cito o que disse aqui em novembro passado, ou renovo o que disse aqui em novembro passado, relativamente á integração de uma nova cadeia de valor, cuja satisfação observei no tratamento da análise prospetiva que foi feita recentemente, como sendo, digamos, uma cadeia integrada a ser ponderada na nova estratégia. Fi-lo aqui em novembro de 2016.

- A determinação **dos diversos modelos de exploração agrícola remunerando através de prémios específicos as explorações agrícolas com relevante interesse na preservação da paisagem e do ambiente, eminentemente familiar, localizadas em zonas em perigo de desertificação e de especial tendência na perda de rendimento e competitividade, com vista à sua reorientação para produção de bens agrícolas e serviços rurais de elevado valor e interesse cultural, patrimonial e territorial, devem ser considerados na preparação das novas políticas agrícolas europeias.**

- Identificar todos os regulamentos da União Europeia aplicáveis aos Açores que, no quadro da ultraperiferia devem merecer derrogações e/ou majorações que façam cumprir os objetivos do Tratado da União Europeia no reconhecimento dos constrangimentos decorrentes da ultraperiferia.

Por fim, consideramos esta Proposta também um ponto de partida num processo negocial que já está em curso. A seu tempo, para além de propostas concretas, teremos acesso, a metas e objetivos que certamente poderemos monitorizar e avaliar.

A ver vamos!

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi com enorme prazer que participei deste grupo de trabalho, o CDS disponibilizou-se como sempre para discutir políticas e estratégias que são determinantes para a Região, mesmo discordando publicamente como é conhecido de toda a estratégia adotada na Região, em relação ao POSEI.

A Sra. Deputada Mónica hoje, ali, veio falar daquilo que é o seu sonho para o POSEI, porque o POSEI nunca, nunca respeitou a biodiversidade, continuou a pagar a importação de fatores de produção, a importação de adubos, nunca teve um desenho que fomentasse a autossuficiência, a valorização dos recursos endógenos. O CDS sempre foi contra. O CDS sabe que já não existe POSEI pescas, porque não existe, o Sr. Deputado continua a insistir em falar ...

Deputado José Ávila (PS): Eu chamei POSEI pescas? Seja séria naquilo que diz!

A Oradora: ... mas não continue com essa política do vulgo POSEI pescas, porque isso já não existe! Acabou! É mau para a Região!

Portanto, mesmo discordando com as políticas assumidas e com a forma como todos estes fundos de coesão e de ultraperiferia foram usados ao longo de vinte anos, disponibilizou-se, disse “presente”, esteve presente e deu o seu contributo. Outra coisa bem diferente, é o Sr. Deputado Francisco César, vir de uma forma mediática dizer que desafiava os partidos da oposição para um pacto de regime, quando este documento que está aqui foi aprovado em Conselho de Governo no dia 2 de fevereiro, a nossa última reunião foi no dia 8 de fevereiro, já depois disso, nessa que tivemos a discutir as conclusões, quando este documento podia ter ido à Comissão, todos os partidos terem feito uma abordagem política e

terem-se chegado aos consensos políticos que os senhores vêm para a comunicação social dizer que desafiam os partidos da oposição e que na realidade não estão minimamente disponíveis para fazê-los.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para fazer nenhuma intervenção, mas tendo em conta a forma tão audível como fez a sua intervenção, vi-me obrigado a intervir.

Sra. Deputada, há duas formas de nós encararmos este problema: há de quem quer fazer parte da solução e há de quem quer fazer parte do problema.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu fiz parte da solução! Trabalhei!

O Orador: Aquilo que me parece é que a forma como a Sra. Deputada está a encarar esta discussão é no sentido de tentar fazer algum barulho e de tentar criar um pequeno número político nesta discussão. Não contará comigo, nem contará com esta bancada para isto!

Esta Resolução, como já foi dito é uma Resolução em aberto. Tivemos momentos para discutir aqui, neste Plenário, qual é a estratégia que devemos seguir para o futuro. A senhora tem aqui a oportunidade de dizer o que quiser sobre este assunto, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu já disse!

O Orador: ... mas aquele que é o objetivo do CDS em termos de conclusão da discussão é: nós não queremos falar com os senhores, nós não queremos dar contributo nenhum porque os senhores não querem ouvir-nos!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Desculpe!

O Orador: Bom, permita-me que a corrija: não é verdade! Estamos aqui para isso! Estivemos aqui a ouvir todos os partidos!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu percebo o que o senhor quer dizer!

O Orador: Estamos aqui a colaborar com o Governo dos Açores!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Tivemos intervenções sobre política, em termos de investimento de apoio às empresas, de apoio às pescas, de apoio à agricultura. Foi isso que estivemos aqui a fazer! É isso que esperamos das Sras. e dos Srs. Deputados, nomeadamente da Sra. Deputada!

Portanto, para isso não contará connosco.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César não tem razão e não tem razão porque se há alguém que deu o seu contributo de forma desinteressada, positiva e construtiva sobre a agricultura, nomeadamente e especificamente nesta Casa foi o CDS e particularmente a Deputada Graça Silveira, portanto o seu argumento não colhe!

Deputado Francisco César (PS): No plenário!

O Orador: Deu também o seu contributo, a convite do Sr. Secretário Regional, Rui Bettencourt que muito nos honrou e que participamos desinteressadamente. Também fomos representados pela Sra. Deputada Graça Silveira, que inclusivamente estava em Comissão no Pico e deu uma volta à sua vida para ir ao último encontro, que confirmará o Sr. Secretário.

Portanto, os seus argumentos não colhem e vêm na sequência da sobranceria do pacto de regime que V. Exa anuncia unilateralmente, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Se quer que isso seja discutido abertamente, os senhores tiraram as conclusões sozinhos e elencaram-nas e nós ficámos zonzos com elas, com a única letra. Os senhores esgotaram o alfabeto todo, faltou o “z”. Ficamos zonzos com tanta conclusão! É a letra “z”, Sr. Deputado!

Agora, eu sempre direi o seguinte: se quer retire a proposta ...

Deputado Francisco César (PS): A proposta não é nossa!

O Orador: Ou o Governo!

... e vamos então aceitar especificamente, não contributos generalistas, mas vou dar-lhe exemplos: lá tem a alínea o), “Autoestradas do mar”. Eu gostava de ter uma autoestrada do mar nos Açores! Gostava de ter transportes marítimos efetivos e reais todos os dias nesta Região e não tenho, Sr. Deputado Francisco César!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas o senhor quer autoestradas do mar!

Portanto eu queria ter transportes marítimos que fossem uma realidade hoje, que os senhores candidataram várias vezes a fundos comunitários e andaram a faltar à verdade aos açorianos, para citar uma expressão já usada aqui hoje, a dizer inverdades aos açorianos, a respeito do concurso dos barcos. Inverdades, que os senhores andaram a dizer, para usar a expressão no concurso para a União Europeia e que o CDS provou que os senhores não tinham candidatado o referido projeto à União Europeia, para a construção de dois barcos.

Portanto, queríamos efetivamente uma autoestrada marítima, transportes marítimos que ligassem Santa Maria ao Corvo e tivéssemos nessa matéria.

Eu queria, Sr. Secretário, também sugeri que se proibisse nesse Quadro Comunitário o financiamento de estábulos e de estabulação permanente! Eu

queria isso que os senhores andaram a financiar até agora, destruindo a nossa agricultura, mas hoje veio anunciar leite biológico. Não pode! Não bate a bota com a perdigota! Ter estabulação permanente e depois querer leite biológico. Não pode, Sr. Deputado Francisco César! Não pode!

Mas eu também fico triste, quando hoje em dia se fala da nossa agricultura e ainda andamos a falar em eletrificar explorações agrícolas. Já deviam estar todas eletrificadas e com água, Sr. Deputado Francisco César!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Refrigerado o leite!

Mas, Sr. Deputado Francisco César, vem hoje falar da extensificação agrícola, etc.

Desde 2008, nós pomos verba no Orçamento para a extensificação agrícola e para a promoção dos produtos açorianos! Hoje é uma parte realidade, mas podia ser outra realidade se nos tivessem ouvido!

Deputado António Almeida (PSD): É verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Hoje podíamos ter uma indústria de aquacultura pujante! Não temos porque não investiram como deve ser e também não vejo ali onde se vai investir.

Portanto, Sr. Deputado Francisco César, a economia azul ...

Deputado Francisco César (PS): Está aqui!

O Orador: ... o senhor podia chamar-lhe a economia cor de rosa, é a vossa economia cor de rosa, mas não é a real, a que os Açores precisam e os açorianos precisam. Essa é que é a diferença, Sr. Deputado.

Agora, reconheço o esforço, a cordialidade do Sr. Secretário Regional, que teve a antítese no Grupo Parlamentar.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar por dizer que, efetivamente, a ausência do Secretário da Agricultura não é de todo por desmerecimento ou por não considerar que efetivamente este debate é importante, portanto a sua insinuação, Sr. Deputado António Almeida é um bocadinho, enfim ...

Deputado António Almeida (PSD): Não foi insinuação!

A Oradora: Dizer efetivamente, só para responder, porque o seu discurso e a sua apresentação longa, extensa, redonda ...

Deputado António Almeida (PSD): Isso é comigo, não é consigo!

A Oradora: Exatamente!

... adequada ao seu perfil, traz contributos efetivamente, mas infelizmente foca-se e focou-se, eu não vou responder pelo Secretário, com certeza ele terá oportunidade de fazê-lo, mas foca-se numa perspetiva de redução de danos e não na perspetiva que devemos ter agora do futuro e de complementaridade.

Portanto, pedia que voltássemos a centrar este debate nessa perspetiva.

Depois vou considerar ali, e é sempre um gosto ouvir o Sr. Deputado Artur Lima e a Deputada Graça Silveira, nós comungamos de algumas opiniões, inclusiva da nossa versão e da nossa visão para a agricultura.

Eu não considero que seja um sonho ou uma ilusão, até porque como a senhora sabe e até porque é bastante conhecido, faço parte de um projeto que há cinco anos seria uma utopia e que hoje é uma realidade e uma realidade emergente. Estamos a falar da agricultura biológica.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o POSEI?

A Oradora: Em relação ao POSEI nós reconhecemos desafios, constrangimentos, todavia o Governo dos Açores e todos nós nesta Casa, devemos continuar focados em tentar negociar, tentar efetivamente que haja mudanças, é esse o nosso papel e nós nos rendermos ao facto do POSEI neste

momento não se adaptar. É para isto mesmo que aqui estamos, continuando a tentar negociar e a adaptar os instrumentos legais, jurídicos e da União Europeia, a nosso favor e em nosso detrimento.

Por outro lado, perguntava também se o PSD não teria uma opinião sobre as pescas, penso que também seria pertinente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas

(Rui Bettencourt): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria, em primeiro lugar, de deixar aqui algumas notas sobre este debate.

Apesar de talvez ser o que tem maior idade entre vocês, sou aquele que tem talvez menos prática dos debates parlamentares.

Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de deixar aqui algumas notas sobre, em primeiro lugar, este debate.

Agradeceria às Sras. e aos Srs. Deputados que aqui deram o seu contributo (à Sra. Deputada Zuraída Soares, à Deputada Graça Silveira, Mónica Rocha, aos Srs. Deputados António Almeida, Artur Lima, ao Deputado José Ávila, José San-Bento) e gostaria de deixar aqui uma nota forte, de entrada, eu penso que todos os contributos são importantes, nós estamos aqui a discutir uma questão fundamental e os açorianos se olharem para nós, percebem que é importante nós estarmos de acordo em algumas coisas e não estarmos em outras. Mas é importante debatermos.

Esta nova era de debater coisas importantes com gosto e também com propriedade, começou, neste caso, nesta Resolução há uns tempos atrás, quando envolvemos a sociedade civil.

É verdade que nós tivemos um grupo de trabalho e, Sra. Deputada Graça Silveira, foi com imenso gosto que nós estivemos a trabalhar e devo confessar aqui (desculpem não fazer referência a todos que estiveram lá) que a Sra. Deputada Graça Silveira deu muitos contributos, contributos acalorados e interessantes para este trabalho. E é importante que assim seja, porque foi enriquecido tudo isto.

Uma segunda nota: nós estamos também no início desta caminhada, nós teremos até ao desenho final do que é o 2021/2027, o programa operacional dos Açores para este período, com as questões agrícolas, de pesca, de ciência, de mobilidade dos jovens, de política de emprego, de política de qualificação, de investimento nas estruturas, de investimento no desenvolvimento, nós temos ocasião desde este primeiro ponto de ter de uma caminhada. Eu penso que nós teremos o maior gosto, o Governo terá o maior gosto, eu próprio, de vir aqui falar convosco, aqui ou nas Comissões que entenderem e explicar o que está a acontecer e ter em conta aquilo que são os vossos desejos, as vossas preocupações, a ideia que têm sobre esta questão.

É verdade que tudo isto coloca, se calhar, uma maneira de fazer política interessante, que os açorianos percebem melhor, mas este caminho para nós é importante, estar em diálogo convosco nessa questão, como estivemos em diálogo convosco na preparação desta Resolução que, evidentemente, pode ser melhorada, pode ser modificada, este é o ponto de partida, não é o desenho final do pós 2020, este é apenas o ponto de partida com algumas intenções e algumas estratégias de caminhada.

A partir daqui nós teremos vários momentos importantes, nós temos um momento, a partir do mês de maio, de definição do que é o nosso programa nos

Açores, depois de sabermos as dotações financeiras para esse programa, é verdade Sr. Deputado Artur Lima que há a questão financeira, mas antes disso há muita coisa a falar sobre a Europa, nomeadamente que estratégia temos para a Europa.

Devo aqui sublinhar, também, um ponto que é importante, que levantou a Sra. Deputada Zuraida Soares, que é a questão do papel da ultraperiferia.

Neste papel de ultraperiferia há um momento, e agrada-me ver que a Sra. Deputada Zuraida Soares esteve muito atenta ao que aconteceu na Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas na Guiana, é verdade que houve uma viragem. Nós, neste momento, afirmámos à Comissária Cretu - tenho aqui as palavras concretas se quiserem posso dizer, que nós queremos desenvolver um papel. É diferente! Nós não estamos só para estar aqui a ter a subsidiariedade da Europa, nós também queremos também desempenhar um papel. Foi um momento de viragem! Dizer à Europa que nós temos uma posição geoestratégica, nós temos aqui pessoas que querem desempenhar um papel na Europa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso que nós queremos!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Eles é que não perceberam!

O Orador: Nós não somos só parceiros, que é melhor parceiro, a palavra parceiro é uma palavra de uma grande evolução, mas também queremos ser coautores da União Europeia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, foi esta a questão que foi dita à Comissária Cretu! Eu tenho aqui as palavras exatas que posso ler-vos, mas é isto que é também o elemento importante para esta caminhada que temos para fazer até janeiro de 2021. É isto que é importante fazer convosco!

Portanto, toda esta estratégia que estamos aqui a colocar tem essa filosofia de base.

Há também um outro dado que eu gostaria de deixar: nós temos tido nos Açores e devo confessar aqui, desde já, as minhas primeiras ações quando chegámos ao Governo foi, primeira ação, falar com os jovens e à escola falar com os jovens; segunda ação, ouvir os Deputado Europeus para procurar um consenso na defesa dos interesses dos Açores no exterior.

Depois, temos tido um certo tipo de ações que coloca a importância da União Europeia nos Açores, em aproximação com os açorianos indo às escolas e fazendo ações inter geracionais, a explicar e a sensibilizar para a questão Europeia, quer os jovens, quer os mais idosos.

Portanto, tudo isto faz parte de uma estratégia muito global de aproximação dos açorianos à Europa e também de aproximação dos cidadãos aos políticos, porque nós quando estamos a agir numa estratégia de consenso, numa estratégia de aproximação de vontades e de desejos, nós estamos também a responder a questões europeias com pertinência, não só o desenho de um programa açoriano para o desenvolvimento com pertinência, mas também a responder a uma preocupação que é dos açorianos, que é de perceberem o que é que os políticos andam a fazer, se é andar a jogar ping-pong político, enquanto um diz uma coisa, o outro diz o contrário.

Portanto, isto é importante e penso que isto está a acontecer.

Por isso gostaria de deixar aqui os meus agradecimentos, também em nome do Governo, para que esta questão do pós 2020, para que o desenho do pós 2020, seja desenhado com consenso e este pode ser um primeiro momento importante nesta caminhada que indicou há pouco.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já vi Deputados com piores intervenções levarem palmas da bancada do Partido Socialista!

Presidente: Obrigada, sr. Secretário.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(*) Deputado António Almeida (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar aqui à vossa reflexão que quando caminhamos no sentido da definição de novas políticas setoriais para um prazo alargado, faz-se a caracterização e o diagnóstico da situação de cada setor, no momento atual.

O que fiz foi apenas um pequeno exercício de caracterização e diagnóstico de uma parte importante, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Parcial! Parcial!

O Orador: Nós estamos num ponto de partida!

Sra. Deputada, a minha intervenção não é tão redonda quanto parece, tem alguns aspetos pontiagudos para lhe responder, portanto não é tão redonda assim.

O nosso problema de não definirmos muitas vezes bem as políticas regionais, no quadro das políticas europeias, é não fazermos o diagnóstico correto.

Quando deu o exemplo ali, que de 2013 a 2016, não se fez despesa pública de 36 milhões, só no setor agrícola, certamente não deve ter sido por falta de fundos comunitários, foram naturalmente por uma indefinição, por uma falta de rigor no tratamento da política agrícola regional no quadro dos fundos comunitários.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É apenas um exemplo de que quem desperdiçou 36 milhões em quatro anos, ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Desperdiçou?

O Orador: ... é natural que as empresas agrícolas, as agroindústrias, digamos, no âmbito da diversificação tenham faltado apoios a determinados investimentos, tenham faltado apoios ao rendimento. É por isso que temos falado em rateio no POSEI, nos apoios ao rendimento. Porquê? Porque o POSEI não está concebido para o quadro atual. Ora, se não está concebido para o quadro atual, temos que conversar e fazer o diagnóstico da situação de cada fileira, em cada ilha, agora!

Portanto, não há aqui discursos redondos! Redondos, é levar à União Europeia uma posição unânime que reflete não apenas as preocupações dos Açores, mas as preocupações de cada ilha.

Não sei se concorda comigo, mas cada ilha tem o seu potencial; tem as suas características agrícolas e rurais; são necessárias políticas com apoio de fundos comunitários para o desenvolvimento e o alavancar do potencial de cada uma das nossas ilhas, para além das preocupações regionais de logística, de transportes, de tratamento integrado que precisamos e depois de posicionamento no exterior, de conquista de novos mercados, de apoio à agroindústria que está em inovação e em desenvolvimento. Portanto, é preciso é do diagnóstico para que cheguemos depois aos objetivos finais.

Portanto, a redondeza como disse da minha intervenção, não é assim tão redonda, é factual.

Outros exemplos naturalmente serão tidos em conta no debate que havemos de ter neste Parlamento durante o processo negocial e subscrevo naturalmente que há aqui muitas posições que são comuns, transversais e então quando se tratar de negociar o envelope financeiro, parece que já estamos todos de acordo que é preciso pedir mais.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sempre estivemos!

O Orador: Não é pedir mais dinheiro! O que nós temos que ter é argumentos que validem os apoios financeiros que são concedidos pela União Europeia, no quadro do Tratado da União Europeia.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Ninguém lhes vai fazer favor nenhum, nem ninguém do continente se pode pôr em bicos dos pés, por causa do tratamento diferenciado das políticas para os Açores.

É no quadro do Tratado da União Europeia que temos medidas específicas e diferenciadas para os Açores, portanto não pomos em causa o interesse nacional e temos é que nos mover e que saiba o Sr. Secretário Regional, no âmbito agrícola, negociar com o Sr. Ministro da Agricultura, aquilo que são as políticas diferenciadas para satisfazer as nossas necessidades em cada ilha e em cada fileira.

Foi isso que fiz num pequeno exercício e que teremos gosto, naturalmente, noutras oportunidade de aprofundar.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sr. Deputado Francisco César, dispõe de cerca de um minuto e meio.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Um bocadinho mais. Um minuto e cinquenta e cinco, para ser mais preciso.

Deputado Bruno Belo (PSD): Olha! Também quer mandar no tempo?

O Orador: Eu confio no nosso cronometrista nomeado e que tem feito boas medições do tempo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Artur Lima, quando eu referi o pacto de regime ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Excedeu-se!

O Orador: Não!

... digo-lhe que o Partido Socialista fê-lo e eu particularmente fi-lo de uma forma sincera.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque nós acreditamos que este não é o momento, este é parte de um caminho. Um caminho em que os senhores participaram, mas um caminho que está a ter aqui um processo, já começou no início da semana com a primeira discussão que tivemos, está a ter agora outro momento e por iniciativa do Partido Socialista, esperamos nós, que volte a ter um acompanhamento permanente pela parte deste Parlamento. Aí poderemos ouvir o Governo, aí poderemos ouvir entidades, atores sociais, nomeadamente da sociedade civil, organizações. Poderemos ouvir o Governo e poderemos também dar contributos nos próprios relatórios que a Comissão possa ter, ou outra forma que encontremos de nos pronunciar. É aí que nós vos convidamos, convidamos o CDS, convidamos todos os partidos para que possamos ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não venha agora emendar a mão!

O Orador: Esta é uma matéria crucial para a Região, é uma matéria crucial para o futuro dos Açores ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e é nesta matéria que eu considero que todos nós devemos deixar aquela partidarite que poucas vezes nos passa, acredito eu, e genuinamente com vontade de trabalhar a bem desta Casa e a bem dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Uma intervenção muito rápida, tendo em conta as referências do Sr. Deputado António Almeida, tendo em conta também o facto do PSD entender, legitimamente com certeza tendo em conta a importância que isso tem, de centrar a sua análise no âmbito desta Proposta de Resolução, relativamente ao futuro da PAC, que é com certeza legítimo e levantou várias questões e interpelou diretamente o Governo sobre várias matérias na área da agricultura.

O Sr. Secretário da Agricultura não pode estar presente por motivos de agenda inadiáveis, teve já de se deslocar da Ilha do Faial, mas nesse âmbito não podia deixar de referir que muitas das questões referidas pelo Sr. Deputado António Almeida são, com certeza, importantes, muitas delas já foram aliás alvo de debate e de discussão, quer neste Parlamento, quer em sede de Comissão Parlamentar, quer também através do debate público que estas questões sempre suscitam e também relembrar o trabalho que foi desenvolvido no âmbito da análise prospetiva que nos traz até esta Proposta de Resolução, que contou naturalmente com os parceiros sociais na área da agricultura, desde logo a Federação Agrícola dos Açores e também com a participação muito ativa, não só do meu colega das Relações Externas, mas também com os colegas da área da agricultura.

Dizer também, que através de uma proposta que será discutida seguidamente, do PS, será também possível que todas as questões que foram aqui referenciadas pelo Sr. Deputado António Almeida, no âmbito do futuro da Política Agrícola Comum, sejam amplamente debatidas neste Parlamento e sejam intensamente acompanhadas por todos os Deputados aqui representados e pelas comissões parlamentares competentes.

Muito obrigado.

Deputado António Almeida (PSD): Naturalmente que sim!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta Proposta de Resolução.

As Sras. e os srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então continuar com a Agenda.

Entramos agora no ponto 18: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 72/XI – “Auditoria, pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, às contas do grupo SATA e particularmente à Azores Airlines, bem como à necessidade de recapitalização da empresa e outras recomendações que a este tribunal se mostrem pertinentes”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(A Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projeto de Resolução do BE que tem como objeto a realização de uma auditoria às contas da Azores Airlines e a suspensão do processo, anunciado processo de privatização, a urgência da discussão e votação deste Projeto de Resolução, prende-se com a anunciada intenção do Governo Regional ...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, eu não vi a inscrição, lamento imenso, entretanto ainda li a epígrafe do pedido de urgência e não fui chamada a atenção. Peço imensa desculpa Sr. deputado!

Pode sempre entregar uma declaração de voto por escrito, que depois será distribuída por todos e lamento não ter reparado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, peço desculpa pela interrupção, faça o favor de continuar.

O Orador: Obrigado, Sra. Presidente.

Eu estava a dizer que a urgência e debate e votação deste Projeto de Resolução, prende-se com a intenção já anunciada por parte do Governo Regional, em lançar a concurso a privatização dos 49% das Azores Airlines, durante este mês de fevereiro.

Uma vez que o mês está quase no fim, faz todo o sentido e é obviamente exigível que esta proposta seja debatida em tempo útil e não após o facto consumado, como é óbvio.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Justificada que está a urgência, pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

Alerto apenas a câmara de que foi entregue uma proposta de substituição integral a esta que vai ser apresentada e depois também votada.

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A SATA é um dos principais elos de ligação entre as diversas ilhas e entre os Açores e o exterior.

Apesar dos percalços dos últimos anos, esta empresa é um garante de mobilidade, constituiu uma alavanca para a construção da própria identidade regional e para o desenvolvimento económico da região.

A afetividade que os açorianos e açorianas nutrem por esta empresa é um sinal, por demais evidente, do papel transformador e positivo que a SATA teve na vida de cada um e da região no seu conjunto.

O serviço público prestado pela SATA não é compaginável com interesses meramente lucrativos de uma empresa privada. Basta lembrar o que aconteceu aquando da privatização da TAP que, no imediato, deixou de fazer ligação ao exterior, direta, com a Ilha do Faial e a Ilha do Pico.

Foi ainda a SATA, durante o período mais agudo da crise (iniciada em 2008), a alavanca fundamental da política económica para atenuar os efeitos da crise, nomeadamente no sector do turismo, não tendo a empresa recebido para isso qualquer indemnização compensatória.

Não podemos ainda esquecer o papel essencial que a SATA desenvolve no transporte de mercadorias. Já decorreram dois concursos públicos para o transporte de mercadorias entre os Açores e o continente, e o segundo, pelos vistos foi cancelado. No entanto, por razões de serviço público, e apesar das debilidades, a SATA internacional - Azores Airlines manteve este serviço fundamental para a economia da Região.

Há menos de dois anos, o Governo Regional afirmou, perante a Assembleia Legislativa e perante todos os açorianos e açorianas, a capacidade da SATA em retomar o caminho da sustentabilidade. Chegados aqui, não se compreende a decisão de avançar para o desmantelamento da SATA, que se inicia com a privatização de 49% do capital da Azores Airlines.

É claro que, a concretizar-se esta venda, esta será para uma empresa de maior porte, cuja estratégia é necessariamente contraditória com os interesses de serviço público que presidem à missão da SATA.

É por isso evidente que, num quadro da aquisição de capital social por uma empresa de maior dimensão, esta passará a deter o poder de definir a estratégia da SATA, de acordo com os seus interesses que, nem sempre, nem necessariamente, serão coincidentes com os da Região.

O Governo Regional demonstra assim uma política de zig zag, ao dizer uma coisa, para logo a seguir, fazer outra.

Perante as dificuldades do Grupo SATA, o Governo Regional, de uma só vez, põe em causa o acesso à mobilidade, com o exterior, dos açorianos e açorianas; abdica de um ativo estratégico indispensável à Região e, porventura, da única alavanca que lhe resta para atuar sobre a economia em momentos de crise.

Por se tratar de uma empresa estratégica para a Região, que garante o direito inalienável dos açorianos e açorianas à mobilidade com o exterior - direito este que mais nenhuma empresa garante - e por constituir esta empresa um instrumento singular para auxílio para a nossa economia, esta opção do governo regional pode transformar-se num caminho desastroso.

É por isso imperativa uma clarificação total da situação financeira da SATA, nomeadamente da Azores Airlines. Só assim é possível, de forma transparente, encontrar as soluções que permitam a viabilização da empresa e a sua continuidade enquanto empresa pública estratégica. De outra forma, o governo regional estará a entregar a interesses estranhos e contrários aos Açores a SATA Azores Airlines.

Assim, urge que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não fique arredada desta importante decisão e, por esta via, todos os açorianos e açorianas, pelo que se impõe a realização de uma auditoria, pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, às contas da Azores Airlines.

No decorrer desta auditoria e até que a auditoria seja apresentada à Assembleia Legislativa, o processo de alienação deve ser suspenso.

Assim, com estes objetivos, o Grupo Parlamentar do BE apresenta hoje, a esta casa este Projeto de Resolução com caráter de urgência e dispensa de análise em comissão, a bem da transparência e da defesa do interesse público do futuro da SATA e da mobilidade dos açorianos e açorianas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Sr. Deputada Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de começar esta discussão sobre este Projeto de Resolução apresentado pelo BE, na sua última versão, julgo que importa colocar uma questão ao BE, neste caso como proponente, perguntando por que retirou do Projeto de Resolução, todas as referências à recapitalização da empresa, tudo o que era referências a recapitalização foram retiradas.

Julgo que importa saber, até para saber se houve aqui alguma alteração de estratégia do BE, relativamente a esta questão da SATA, até porque todas as comunicações que o BE tem feito ao longo dos últimos dias sobre esta matéria fala sempre, cito uma nota da Lusa: “identificar necessidades de recapitalização da empresa”.

Refiro-me ao BE, julgo que a 28 de janeiro, também fala e defende em: “recapitalização pública da empresa e uma administração competente”.

Mais à frente: “capitalização pública, a solução pode passar por uma capitalização pública.

Auditoria às contas para identificar quais as necessidades de recapitalização da empresa”.

Portanto, eu acho que era importante que o BE nos pudesse esclarecer sobre esta matéria, o porquê desta alteração e retirar tudo o que são referências à recapitalização.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós valorizamos a iniciativa do BE.

O Tribunal de Contas tem como principal destinatário o Parlamento, portanto faz todo o sentido que ao abrigo da lei do processo do Tribunal de Contas, que o Parlamento com mais frequência tome iniciativas como esta e como a que foi aprovada esta tarde, relativamente a uma associação.

Portanto, nós valorizamos a iniciativa e incentivamos o recurso a este mecanismo.

A vossa iniciativa, a iniciativa do BE, tem duas consequências: a primeira, é a realização de uma auditoria à SATA Internacional, Azores Airlines; e a segunda, é uma recomendação para que o Governo suspenda o processo de alienação de 49% do capital.

Sobre a primeira parte, se concordamos com a primeira, relativamente à segunda não concordamos e não concordamos em consequência também daquilo que é a realidade no nosso entendimento e daquilo que é a perspetiva do Grupo Parlamentar do PSD e do PSD, relativamente à SATA.

Nós ainda em setembro, debatemos aqui no Parlamento uma interpelação à SATA, à situação financeira da SATA e gostaria de recordar alguns dados, entre 2008 e 2016 (2016 são as últimas contas publicadas) o Grupo SATA perdeu 130 milhões de euros; os capitais próprios em 31 de dezembro de 2016 eram superiores a 100 milhões de euros, cerca de 100 milhões de euros. Concretamente a SATA Internacional até 31 de dezembro de 2016, tinha 25 milhões de euros de capitais próprios negativos; teve 18 milhões de euros de resultados negativos em 2015 e 11 milhões de euros em 2016.

Portanto, nós estamos aqui perante uma empresa com pouquíssimas condições de sustentabilidade.

O passivo também a 31 de dezembro de 2016 era de 71 milhões de euros, mas também temos dados mais recentes de 2017, onde finalmente o Governo respondeu a um requerimento de insistência do PSD de 26 de outubro, tinha sido elaborado o primeiro em maio e não foi respondido corretamente, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Eu respondi! Os senhores solicitaram mais documentos!

O Orador: ... o Sr. Secretário remeteu à assembleia há dois dias e nós temos acesso a essa informação, os dados da SATA Internacional, até setembro de 2017 são os dados mais recentes, são deveras preocupantes.

A SATA Internacional até setembro de 2017, perdeu 20.6 milhões de euros, ou seja, o prejuízo da SATA em 2017, até setembro, foi de 20,6 milhões de euros e da SATA Air Açores cerca de 5 milhões de euros.

Portanto, concentrando na SATA Internacional a questão que se coloca é que, independentemente de questões de princípio, e é isso que nós defendemos, a SATA Internacional neste momento trabalha e opera num mercado concorrencial em várias rotas dos Açores, noutras não, mas em termos de princípio nós concordamos com a alienação de capital.

Mas para além do princípio, neste momento, e perante os resultados da SATA passados e sobretudo os resultados de 2017, não resta alternativa ao Governo que não seja encontrar um parceiro que possa manter a empresa aberta.

Acho que a questão que se coloca neste momento, independentemente de qualquer princípio ideológico, é manter a empresa em operação, porque em nove meses aquilo que já era um passivo exagerado e que tinha levado a empresa à falência técnica, a SATA perdeu 20 milhões de euros, só a SATA Internacional, faltam aqui 3 meses para o fim do ano e portanto perante esta circunstância aquilo que passam a ser as nossas preocupações, em primeiro lugar é o processo da alienação de capital, é fundamental que esse processo seja transparente, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Transparente já não é!

O Orador: ... consiga acautelar o interesse da Região, em termos de processo olhando para o processo em si e que depois a estratégia da empresa após a

reestruturação do capital e após a entrada de um novo parceiro, consiga ter uma estratégia também da defesa do interesse dos Açores, designadamente para as ilhas que não têm ligações diretas ao exterior ou que essas ligações são insuficientes, em que isto seja uma estratégia prioritária da nova companhia, ou da companhia com o novo parceiro, em que se garanta às ilhas que têm deficientes ligações e têm pouca concorrência que possam ser bem servidas pela SATA.

Mas nós aqui lamentamos e, digamos, que neste momento a decisão independentemente de qualquer princípio é uma fatalidade, ou seja, ou a SATA encontra um parceiro, ou seguramente será muito difícil manter-se em operação e em atividade na Região, a SATA Internacional.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Miguel Costa, para um esclarecimento à sua questão.

A alteração que foi efetuada pelo BE, visava apenas tornar mais clara a recomendação que era feita no primeiro ponto resolutivo deste Projeto de Resolução, porque ao Tribunal de Contas caberá fazer as recomendações que entender e nós quisemos pedir apenas uma auditoria e o Tribunal de Contas depois fará as recomendações que entender e se as questões do capital social forem uma recomendação, o Tribunal de Contas tem legitimidade para fazer aquela que é a recomendação que entende quanto ao estado atual das contas da SATA.

Não tem nada a ver com qualquer alteração, por parte do BE, que já referiu publicamente várias vezes que é favorável e defende uma recapitalização

pública da SATA. Não há qualquer alteração, por parte do BE, de posição como penso que era isso que estava a tentar chegar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu percebo a sua tentativa de responder às minhas questões, mas não foi só nos termos resolutivos que os senhores alteraram...

Deputada Zuraida Soares (BE): Nós percebemos que os senhores não querem discutir o projeto!

O Orador: ... foi nos considerandos que os senhores também alteraram e não deve ter sido por acaso.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Até podem melhorar o Projeto de Resolução como é óbvio, corrigindo-o ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Parece que não!

O Orador: Parece que sim! Devem é admiti-lo!

O BE, ainda há pouco tempo atrás, não tenho aqui precisamente a data, mas 29, 2015, diz que: “O BE defende que é necessário fazer investimentos para viabilizar a SATA Internacional e garantir a sustentabilidade da SATA”.

Bom, como o senhor disse, e bem, há duas hipóteses aqui: ou abrimos o capital social a novos parceiros, com condições, que é aquilo que o Governo Regional quer fazer, mantendo sendo a maioria do capital social na esfera pública da Região Autónoma dos Açores; ou então recapitalizamos com o recurso a auxílio de Estado.

Agora, a minha questão é muito simples, Sr. Deputado: os senhores sabem quais são as consequências de uma recapitalização de uma empresa de aviação, com recurso a auxílio de estado?

Deputada Zuraida Soares (BE): O Projeto de Resolução não é esse!

O Orador: Os senhores sabem qual é a consequência disso?

Basta perceber ...

Deputada Zuraida Soares (BE): O ponto de ordem não é esse! Uma interpelação à Mesa! Desculpe lá, Sr. Deputado! Discuta o Projeto!

O Orador: Eu percebo que seja incomodo!

Deputada Zuraida Soares (BE): Discuta o Projeto! Não discuta os comunicados de imprensa!

O Orador: Continuo a perceber que seja incómodo!

Sr. Deputado, o Sr. Deputado acabou de dizer que defendem a recapitalização com recurso a auxílio do Estado.

Eu pergunto se o Sr. Deputado sabe qual é a consequência disso? Qual é a consequência em termos de instâncias europeias, relativamente a essa matéria?

O senhor acabou de dizer que defendia! Defendiam com a recapitalização a recurso de Estado.

Vou dar-lhe dois ou três exemplos: Alitália, encerrou portas, depois do recurso a auxílio de Estado ...

(Aparte inaudível)

O Orador: A fusão ou a separação.

... a Cyprus Airways, redução em mais de 50% de funcionários e mais de 50% das suas rotas; Air Malta, mais de 50% de despedimento e 50% das suas rotas também cortadas.

É esta a responsabilidade que o BE quer numa participação ou num auxílio de Estado, na Sata Internacional.

Portanto, desse ponto de vista, claramente não alinhamos!

Mas, continuando a apreciação do Projeto de Resolução, permita-me que lhe diga que este Projeto de Resolução do BE, tem um grande mérito: em alguns dos seus considerandos, felizmente, vai ao encontro daquilo que o PS tem dito ao longo do tempo, especialmente a importância que a SATA tem na Região, de uma forma geral, mas também e eu acho interessante o reconhecimento que o BE faz, e que alguns partidos não partilham ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é de agora!

O Orador: ... especialmente a importância que a SATA teve numa altura crucial para o setor do turismo, em que foi um instrumento vital para manter o setor do turismo vivo e que hoje, felizmente, com esse esforço que foi feito, foi muito esforço, muito esforço que foi feito pela SATA, a pedido do Governo regional ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tal e qual!

Deputado Marco Costa (PSD): Esforço para pagar!

O Orador: ... foi um esforço brutal, mas com esse esforço garantimos que hoje o setor do turismo possa ter os números que tem, pode continuar a crescer, como é evidente com os números que todos nós conhecemos.

Apreciando a sua iniciativa, a iniciativa do BE, eu julgo que fica por demais evidente que o propósito consiste em atrasar, tanto quanto possível, o processo de alienação que já está de alguma forma em curso.

Mas o BE esquece-se, ou faz-se esquecido sobre todo este processo e basta vermos o seguinte: foi esta Assembleia que autorizou o Governo dos Açores a avançar com o processo de alienação do capital social, em 49%.

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi a maioria do Partido Socialista nesta Assembleia!

O Orador: Não foi só a maioria, Sra. Deputada! Veja a votação, Sra. Deputada!

Foi esta Assembleia que garantiu também maior transparência no processo, com a constituição de uma comissão de acompanhamento e fiscalização deste processo.

Foi também esta Assembleia que aprovou a elaboração de um plano de prevenção e riscos contra a corrupção.

Portanto, cai por terra todos os argumentos do BE que nesta matéria existe e que cito: “Agenda escondida, falta de transparência e fiscalização democrática”.

Tudo o que disse antes faz cair por terra estes argumentos, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, continua a esquecer o BE, ou faz-se esquecido, que a auditoria feita pelo Tribunal de Contas, em 2016, referente aos anos de 2009 a 2013, e que o BE até tem o cuidado de fazer referência no seu Projeto de Resolução, define de forma expressa que as recomendações emanadas estão sujeitas a um acompanhamento de cinco anos.

Deputado António Lima (BE): Onde é que estão as deste ano?

O Orador: Portanto, estamos a falar de um acompanhamento do Tribunal de Contas a todas as matérias da SATA (Internacional, Azores Airlines), até ao ano de 2021.

Está por isso, e por este motivo, a SATA obrigada a remeter relatórios anuais ao Tribunal de Contas, até 2021, portanto não há melhor acompanhamento que este, certamente.

Deputado António Lima (BE): As contas deste ano!

O Orador: Mas como se isto não bastasse, este Projeto de Resolução ignora, ou esquece, que todo o grupo SATA foi escrutinado nesta Casa, por uma comissão de inquérito que deu muito trabalho a muitos dos Deputados que ainda aqui estão, foi escrutinado até ao *mail*, até à carta, até à troca de correspondência,

impossível de calcular em termos de quantidade de páginas que foram disponibilizadas a esta comissão de inquérito que se realizou em 2015.

Deputada Zuraida Soares (BE): Lembrou bem!

O Orador: Além de tudo isto, julgo que é essencial para o Grupo Parlamentar do PS, este processo será feito com toda a transparência e sem tocar no objeto social da SATA que é principalmente servir os açorianos.

É por isso que o Governo dos Açores não abdicará de maneira alguma de manter a maioria do capital social.

A necessidade de alienação destes 49% é por demais evidente, decorre de uma profunda transformação que nas últimas décadas, mas especialmente na última década, houve nos transportes aéreos, basta falarmos da liberalização dos mercados, da crescente tendência de privatização de empresas públicas na área dos transportes aéreos, também a afirmação nos seus mercados, nomeadamente no mercado norte americano e canadiano que a SATA tem tido algum crescimento, aproveitando novas oportunidades e que todos queremos, acima de tudo, acima de tudo, e espero que todos nesta Casa assim o desejem, uma SATA forte e que responda às necessidades, mas que esteja de alguma forma adaptada às novas realidades de mercado.

Termino, Sras. e Srs. Deputados, dizendo que queremos uma SATA maioritariamente açoriana, a continuar e a melhorar os serviços para benefício dos açorianos e dos Açores.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu presumo que o Sr. Deputado Miguel Costa se queria referir a uma Azores Airlines açoriana e não a uma SATA açoriana, porque eu presumo que foram Vs. Exas. que lhe mudaram o nome, portanto agora é Azores Airlines.

Deputado Miguel Costa (PS): Passou de SATA Air Açores para Azores Airlines! Assim é que se chama!

O Orador: Mas pronto, isto umas vezes é peixe, outras vezes é carne, é conforme dá jeito.

Aliás, não será estranho a mudança de *lettering*, de pinturas, etc. e a inconstância do que é que queriam da Azores Airlines, que tal terá levado a prejuízos acumulados, quer em 2016, quer agora em 2017, de 20,6 de défice de exploração, de mais de 20 milhões de euros, o que é preocupante.

Agora, eu gostava de perguntar ao Sr. Deputado Miguel Costa, como é que garante uma SATA (para usar a sua expressão) açoriana e para os açorianos, porque se os senhores criticam a TAP, criticaram a privatização da TAP ...

Deputado Francisco César (PS): É tão fácil explicar isso!

O Orador: ... e vem fazer a mesma coisa para aos Açores, com uma diferença, os senhores até vieram dizer para o Governo mandar na TAP! Não manda nada! Não manda nada e não vai mandar nada na SATA! Que garantias os senhores dão aos açorianos que os senhores vão mandar, se os senhores estão completamente ... os senhores são a parte mais fraca do negócio! São a parte mais fraca da empresa!

Queria que o senhor fizesse aqui o compromisso de que vai ter uma SATA ao serviço ... Não têm!

Deputado Miguel Costa (PS): Por acaso temos!

O Orador: Nem com o Governo Regional o senhor tem uma SATA ou uma Azores Airlines, como lhe queira chamar, ao serviço dos Açores e dos açorianos!

Os senhores preferem voar para Frankfurt e perder dinheiro, que voarem para uma ilha dos Açores e ganhar dinheiro! É o que os senhores fazem! Os senhores deram cabo da empresa! Os senhores fizeram lá comícios desastrosos, no verão!

Deputado Carlos Silva (PS): Os senhores quem?

O Orador: Os senhores (os senhores são os mesmos senhores que querem a SATA, Sr. Deputado Carlos Silva, são os senhores: é o senhor, os seus camaradas todos, mais aqueles camaradas daquele lado). São os senhores, os senhores todos!

Deputado Carlos Silva (PS): E o senhor não quer SATA!

O Orador: Portanto, os senhores deram cabo de uma empresa, obrigaram-na a fazer rotas ruinosos, obrigaram num Business Plan verdadeiramente desastroso e ruinoso para a empresa ...

Deputado Paulo Parece (PSD): O Parreirão!

O Orador: ... foi a primeira ruína da empresa, o primeiro voo em direção ao abismo foi o Business Plan que os senhores fizeram, mais conhecido como o plano Parreirão: ora 330, ora 321, ora não sei o que é que eu quero, ora volta atrás, ora vamos para a frente e o avião cada vez em direção a despenhar-se!

Foi isso que os senhores fizeram à empresa! Os senhores tiveram a capacidade de destruir uma coisa que os senhores bem criaram. Foi uma empresa bem criada, foi uma grande criação do PS em 96/97 que os senhores não souberam manter e destruíram. Isso é que é revoltante! Destruíram com a convicção que estavam a construir. Isso é que é preocupante! É muito preocupante! Os senhores não sabem o que querem para a empresa!

Mais uma vez continuam sem saber o que é que querem para a empresa, agora a empresa pode ser tudo e servir tudo. Não vai servir os açorianos, porque ela já não serve os açorianos, sendo 100% pública!

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente!

O Orador: Portanto, sendo só 49, por maioria de razão, não vai servir meus senhores! Isto é a evidência! Chama-se política baseada na evidência e a política baseada na evidência diz que os senhores vão fazer disto um desastre, os senhores apenas querem aliviar as contas regionais para poderem aqui vir dizer que o défice é 0,000000, pum!

É isso que os senhores querem!

Os senhores já não têm capacidade para manter a empresa regional, os senhores destruíram a SATA, criaram a Azores Airlines e vão enterrar as duas! É isso que os senhores vão fazer! É isso que os senhores estão a fazer, contra a opinião dos seus profissionais, que a deram, contra relatórios que diziam o que é que os senhores deviam fazer e os senhores escolheram aquele que depois deixaram a meio: escolhem o 330, mas depois sabem que com o 330 não vão a lugar nenhum! Então tinham que ter os dois! Tinham que ser consequentes! Pararam a meio!

Afinal o 321 não prestava, agora o 321 é bom, não presta o 330, então têm meio 321 e têm meio 330!

Deputado Francisco César (PS): Já estamos a discutir aeronaves, Sra. Presidente?

O Orador: Estou a discutir como é que os senhores deram cabo de uma empresa que é preciso ser recapitalizada, que está no Projeto de Resolução. É isso que eu estou a discutir, a recapitalização da empresa que os senhores levaram à falência e é preciso perceber por que é que foi à falência e é preciso perceber que é preciso ser recapitalizada. Isso é que é o problema, Sr. Deputado Francisco César!

Deputado Francisco César (PS): Fizemos uma comissão de inquérito há pouco tempo!

O Orador: Eu percebo que o Sr. Deputado Francisco César fique incomodado com isto, até porque tinha algum carinho pela empresa que eu sei que tinha, ...

Deputado Francisco César (PS): E tenho!

O Orador: ... mas Sr. Deputado Francisco César, conseguiram fazer o impossível: destruíram duas empresas, só de uma penada! Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado António Lima continuará a liderar o debate sobre este Projeto de Resolução, mas eu não resisto a falar de coerência e gostava de me virar para a bancada do PS, e já agora em particular para o Sr. Deputado Miguel Costa que interveio em nome dessa bancada, para mostrar um comunicado de imprensa do Partido Socialista, de há dois anos atrás, dois aninhos atrás, cujo título é o destacar de uma afirmação categórica do Sr. Deputado Francisco César, que então dizia: “Luís Parreirão fez um bom trabalho na SATA e esse trabalho será agora continuado por Paulo Menezes”.

Mais à frente, o mesmo Sr. Deputado, diz assim: “Paulo Menezes é alguém com experiência na área, que trabalhou muito proximamente ao Grupo SATA”.

E ainda continuou o Sr. Deputado Francisco César: “criticou a oposição por esta atacar as intervenções do Governo dos Açores e do PS sobre a SATA, lembrando que o Governo dos Açores é em representação dos açorianos, o acionista único da empresa pública”.

Não contente com isso o Sr. Deputado Francisco César, ainda acrescentou, e cito: “A SATA (é vosso, isto é vosso) desempenhou um papel importantíssimo no passado, assumindo rotas que não seriam lucrativas, mas com isso assegurando fluxos turísticos para os Açores, nos anos da crise. Isso garantiu a entrada de 40 milhões de euros líquidos na economia dos Açores”.

Deputado Francisco César (PS): É verdade sim senhora!

A Oradora: Quanto é que entrou na SATA por este serviço?

Quanto é que o Governo Regional e em quanto é que ressarciu a SATA quando ela estava a fazer este serviço público de salvar a economia açoriana?

Deputado Francisco César (PS): Leia o relatório da Comissão de Inquérito. Está lá tudo, Sra. Deputada!

A Oradora: Os senhores quando pagarem à SATA aquilo que lhe devem ao longo de anos pelos diferentes serviços, os diversos serviços que ela tem prestado, não precisam de privatizar coisa nenhuma.

Já agora, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Isto vinha a propósito do Business Plan, o tal Business Plan, mas podemos falar da comissão de inquérito, onde as contas da SATA foram todas escrutinadas, então Sr. Deputado Miguel Macedo ...

Deputado Miguel Costa (PS): Deus me livre!

A Oradora: Desculpe! Macedo não! Foi um lapso, quem sabe uma confusão! ... há dois anos atrás estava tudo limpinho, as contas foram escrutinadas, dizia-se que agora é que a SATA está no bem caminho (há dois anos!) e agora os senhores veem e dizem que afinal não está nada.

Credibilidade, Sras. e Srs. Deputados?!

Quem é que enterrou a SATA? Quem é que enterrou a SATA? Foi o Governo Regional dos Açores, suportado pelo PS, os mesmos que agora querem privatizar, porquê? Porque se querem ver livre do menino que têm nos braços e quem pôs esse menino nos braços foram os senhores!

Portanto não venham com *fait divers* de que mudou o comunicado e mudou o outro comunicado e mudou o Projeto de Resolução porque não é isso que se está a discutir com esta iniciativa. Aquilo que se está a discutir é um mau serviço que o Governo Regional e o PS prestaram à empresa pública SATA ...

Deputado Miguel Costa (PS): Não é isso que está no Projeto de Resolução!

A Oradora: ... e vão continuar a prestar aos açorianos e açorianas. É isto que está em causa e os senhores não querem auditoria nenhuma, porque as contas se não estavam certas há dois anos, então agora se calhar nem existem! Se calhar nem existem! Mas não era para estar tudo tão bem? Dois homens com tanta experiência, Sr. Deputado Francisco César! Tanta experiência! Iam salvar tudo, afinal não salvaram, mas enterraram!

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, eu concordo com tudo o que está aí!

A Oradora: Mas foram os senhores que o escolheram e foram os senhores que escolheram a política para a SATA!

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

A Oradora: Não acredita? Então o senhor mentiu aqui!

Deputado Francisco César (PS): Não! Não! Eu subscrevo tudo o que está aí!

A Oradora: Então não acredita neles e subscreveu isto?

Deputado Francisco César (PS): Leia o relatório da SATA!

A Oradora: O senhor anda a mentir, a fazer charme para o Parreirão e para o Paulo Menezes?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Eu não estou a perceber! Eu subscrevo tudo o que está aí!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Uma intervenção também em nome do Governo dos Açores, relativamente a esta matéria que é, também ela, com certeza, um assunto considerado como muito relevante por todos aqueles que estão representados neste Parlamento, por aquilo que a SATA representou no passado, por aquilo que a SATA Internacional representa no presente, agora denomina Azores Airlines, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Airlines!

Deputado Paulo Parece (PSD): Top five!

O Orador: ... por aquilo que a Azores Airlines representará com certeza para o futuro da nossa Região e por aquilo que a SATA Internacional também representou ao serviço dos açorianos quando vivíamos uma crise sem precedentes e a SATA esteve ao serviço dos açorianos, sendo um importante instrumento de apoio ao nosso setor turístico e conseqüentemente também a um importante setor da economia açoriana.

Portanto, ninguém enterrou a SATA! Ninguém nos Açores enterrou a SATA, sempre protegemos a SATA, a importância que tem esta empresa para a nossa Região e que com certeza continuará a ter para o futuro da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores enterraram a SATA!

O Orador: Relativamente a esta proposta apresentada pelo BE, bom, eu reconheço com certeza a legitimidade do BE e até a sua coerência, mas esta proposta na nossa perspetiva não deixa de ser um pequeno equívoco, proposta essa com a qual nós discordamos em absoluto.

Então o que é que estivemos a fazer aqui todos há cerca de dois meses, quando aqui no âmbito do debate do Orçamento da Região, este Parlamento aprovou a alienação de 49% da SATA ...

Deputada Zuraída Soares (BE): O Bloco de Esquerda não aprovou, votou contra! Este Parlamento aprovou!

O Orador: ... estando, portanto, desta forma a decisão do Governo dos Açores perfeitamente legitimada, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista formal?

Depois o BE, como disse muito bem o Sr. Deputado Miguel Costa, esquece-se em absoluto daquilo que é um facto inquestionável do facto da SATA estar hoje - também por responsabilidade deste Parlamento - permitam-me a expressão, no radar do Tribunal de Contas, fruto da auditoria que foi feita pelo Tribunal de Contas, aliás proposta deste Parlamento, se não estou em erro, pelo PSD, aprovada pelo PS e que é referida no preâmbulo desta Resolução, uma autoria que prevê um conjunto de pressupostos, no âmbito das recomendações dessa auditoria que é o facto da obrigatoriedade do *report* anual da SATA ao Tribunal de Contas, relativamente à sua situação.

Dizer também que, como disse o Sr. Deputado Miguel Costa, e muito bem, que desvaloriza o trabalho irrepreensível que foi desenvolvido por este Parlamento, através da sua comissão de inquérito à SATA.

Eu convido todos - os que já cá estavam, os que participaram na comissão, os que chegaram de novo e toda a comunicação social e as açorianas e açorianos que nos ouvem - a irem ao site da Assembleia e verem o relatório final dessa comissão de inquérito, aquilo que lá consta e todo o trabalho, todas as diligências, todas as audições que foram desenvolvidas por essa comissão de inquérito.

Também relembrar aquilo que disse no início da minha intervenção que foi o debate do Orçamento aqui na Região, eu recordo-me, aliás, que no âmbito do debate do Orçamento, no seu artigo 5.º, e fruto de uma proposta de alteração até do PSD aprovada pelo PS, que foi a consagração em sede de orçamento regional, em primeiro lugar da autorização ao Governo da alienação de 49% da Sata Internacional, ou da Azores Airlines, e também a criação de uma comissão especial para acompanhamento do respetivo processo, comissão essa uma

comissão independente, com individualidades independentes, liderada pelo Dr. Elias Pereira, comissão essa que é pública, que já foi nomeada e que já está em funções e que também por proposta do PSD nesse artigo 15.º, aprovada pelo PS, a criação de um plano de prevenção de riscos de corrupção, conforme aliás recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção.

Como sabem este artigo 15.º, foi alterado no debate do Orçamento, por proposta do PSD, que propunha a criação da Comissão Especial Independente e também a construção e elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, que foi aprovada pelo PS.

Portanto, na nossa perspetiva este é um processo que não deve parar, que não deve ser interrompido, que está legitimado, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista formal, como acabo de explicar e é com certeza um Projeto que respeitará todos os pressupostos e princípios de transparência que é fundamental que um processo deste tipo tenha, no âmbito do regime de alienação de participações do setor público e mantendo aquilo que para nós é absolutamente inquestionável, desde logo aquela que é a questão substantiva e formal do facto de a Região manter a maioria do capital e em segundo lugar, a questão mais importante que é que a SATA continue a ser fundamental para o futuro da nossa Região e fundamental para todas as açorianas e açorianos e disso não tenho a mais pequena dúvida que todos nós concordamos em absoluto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava esta intervenção por referir que a Azores Airlines, a SATA Internacional é uma empresa importante para a Região e para os Açores e o que aqui se pretende com a alienação até 49% do capital social, é garantir a sua sustentabilidade e solvabilidade...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é por isso que é importante encontrar um parceiro estratégico que dê dimensão e que garanta as condições necessárias para a sua preservação ao serviço dos açorianos.

Este é o objetivo principal deste processo de alienação.

Mas também não deixamos de achar alguma estranheza, em algumas afirmações que foram feitas no passado e que agora passam a ser desvalorizadas, fruto por exemplo da criação da comissão de acompanhamento para o processo de alienação dos 49% da SATA.

No passado dizia-se que não havia transparência, que se queria transparência, ainda hoje o Governo foi acusado de falta de transparência. O Governo cria uma comissão de acompanhamento, constituída por personalidades insuspeitas de vários partidos, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Vários partidos? Não estão todos os partidos!

O Orador: ... de vários quadrantes, com várias qualificações, com alguns interesses, pessoas qualificadas, mas isso também já não interessa, quando o Governo cria condições isso já não interessa.

Portanto, o que eu pergunto e gostava que o BE esclarecesse ...

Deputada Zuraida Soares (BE): O Parlamento não faz parte dessa Comissão!

O Orador: ... era: qual é o objetivo da atual comissão de inquérito que foi constituída para analisar o SPER? Julgo que a SATA Internacional, a Azores Airlines faz parte desse objeto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma auditoria não é uma comissão de inquérito!

O Orador: É completamente diferente, não tem nada a ver!

Serve para quê a Comissão?

Deputada Zuraida Soares (BE): Ó Sr. Deputado, uma auditoria a uma Comissão?!

O Orador: Então o verdadeiro objetivo desse Projeto de Resolução, é parar com o processo de alienação e no fundo garantir de facto que a empresa passa por mais dificuldades. É esse o objetivo do BE?

Outra pergunta que é pertinente, que eu gostava aqui de perguntar: o BE no Projeto de Resolução diz que pretende solicitar à Secção Regional do Tribunal de Contas, uma auditoria às contas da SATA Internacional.

A pergunta que eu faço é: qual é o ano que quer auditar?

Deputada Zuraida Soares (BE): O ângulo?

O Orador: Ano! Ano! Qual é o ano que quer auditar?

É pertinente! Qual é o ano que quer auditar?

Deputada Zuraida Soares (BE): O ano 379!

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Deputada, não brinque com isto!

O Orador: Seja séria Sra. Deputada! Eu percebo o incómodo!

Sra. Deputada se tivermos uma comissão que analise as contas entre 2009 e 2013, se nos 5 anos seguintes continua a haver um acompanhamento dessa empresa, queremos auditar o quê agora? Auditar as contas de 2017 que nem estão fechadas. É isso que queremos auditar? É pertinente a pergunta.

Deputada Zuraida Soares (BE): É essas que são rebuscadas! Olha como o senhor sabe!

O Orador: Eu percebo o incómodo, quando não se tem uma resposta foge-se para o lado! Percebo perfeitamente o incómodo!

O que fica aqui claro é que o BE tem um único objetivo: atrasar ao máximo o processo de alienação dos 49% da empresa e com isso prejudicar de facto a SATA Internacional, colocar em causa os postos de trabalho dos trabalhadores e colocar em causa a sua sustentabilidade financeira.

Isso fica claro com este Projeto de Resolução!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Miguel Costa sobre os receios e o cataclismo de uma intervenção de uma recapitalização pública da SATA, fizeram-me lembrar outros tempos, em que o PS muitas vezes parece, um tanto ou quanto, um camaleão, conforme muda o Governo da República tem uma posição bastante diferente, consoante as privatizações que são feitas.

A intervenção do Sr. Deputado Miguel Costa fez-me lembrar um senhor que, felizmente, já não é Primeiro Ministro, mas que em 2014 fez um título no Expresso que dizia: “TAP, despedimento coletivo ou privatização?”. Era esse o cenário que o Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho, punha à frente dos portugueses e à frente dos trabalhadores da TAP, quando estava em curso o processo de privatização da TAP.

O que o Sr. Deputado Miguel Costa fez aqui foi exatamente a mesma coisa: acenar com a destruição da empresa, caso não houvesse privatização da SATA.

É exatamente a mesma atitude! É pôr medo nas pessoas, utilizando receios infundados, com soluções que o próprio PS já preconizou.

Eu lembro-me que o antigo Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, Vitor Fraga, em 2015, nesta mesma Assembleia e aqui citado pelo jornal Açoriano Oriental, dizia o seguinte, quanto ao plano de recapitalização da SATA que apresentou num debate aqui nesta mesma Assembleia, e passo a citar: “A União Europeia permite reforços de capital uma vez na vida das companhias aéreas. Esta calendarização está para 2017 (já foi), que é a data em que se prevê que toda a parte operacional da empresa esteja devidamente estabilizada e se abra aqui a possibilidade de se fazer um reforço de capital, não sendo o objetivo do Governo qualquer processo de privatização”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Uau! Credibilidade!

O Orador: Curioso, em 2015 podia haver recapitalização pública e pelos vistos não havia problema nenhum e a privatização estava excluída. Dois anos depois é o cataclismo se fizermos uma recapitalização pública e a única solução é a privatização, porque os senhores querem que seja assim, não há outra explicação.

Continuando, quanto ao papel da SATA, nos últimos anos, na altura da crise que a SATA teve um papel fundamental para salvar o setor do turismo. É verdade!

Dizia o antigo administrador e Presidente do Conselho de Administração, Luís Parreirão, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse grande administrador!

O Orador: ... numa entrevista em 2015: “No seu plano estratégico – e passo a citar – a SATA previa deixar de lado a Europa porque genericamente as rotas europeias são deficitárias. Essas rotas representam 50 mil passageiros/ano, e representam um prejuízo significativo (quanto? Não sei!) ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ninguém sabe!

O Orador: Acontece, porém, que se nós deixássemos de voar para a Europa ninguém assumiria essas rotas, portanto assumimos um compromisso com o nosso acionista (o Governo Regional) de em 2015 mantermos a operação Europa”.

Pergunto ao Governo Regional, quanto foi que a SATA perdeu com estas rotas e qual foi a compensação que ela teve para fazê-las?

Deputado Francisco César (PS): Está a brincar com a gente!

O Orador: Já sabemos que estas rotas permitiram trazer 50 mil passageiros/ano.

Deputado Francisco César (PS): Isto é brincadeira!

O Orador: Teve um benefício para a economia regional, não há dúvidas. Em quanto é que a SATA foi compensada por isso?

Finalmente sobre as questões da auditoria.

Bem, a auditoria que foi feita pelo Tribunal de Contas, foi ao Grupo SATA. Aquilo que nós estamos a pedir é uma auditoria específica e concreta sobre a SATA Internacional, a Azores Airlines.

Penso que é mais do que claro qual é o objetivo desta proposta e o que os senhores querem fazer é andar aqui com jogos de sombras, a tentar desviar o foco e não discutir realmente qual é o objeto desta Resolução.

Até agora ainda não se percebeu qual é o objetivo da privatização da SATA. Não se percebeu!

Deputado Francisco César (PS): A alienação!

O Orador: Alienação é mais bonito! Pronto, vou usar esse termo que é muito mais simpático, é verdade!

Sr. Deputado Carlos Silva, tudo o que se tem ouvido, por parte do Governo Regional ou do PS sobre os objetivos da privatização da SATA, prendem-se com a sustentabilidade da empresa, garantir dimensão ...

O que eu pergunto, é o que é que isto quer dizer? Na prática o que é que isto quer dizer? Quer dizer capital? O que é que quer dizer?

Ninguém percebe esses termos vagos que os senhores têm utilizado.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam que comece por responder à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ao comunicado?

O Orador: O que está dito nesse comunicado que é do PS, no qual cita palavras que são minhas, é um comunicado que tem um determinado tempo, que eu subscrevo na íntegra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Subscreve tudo! Subscreve o que está e até o seu contrário!

O Orador: Eu subscrevo o que disse sobre o trabalho do Luís Parreirão, subscrevo a apreciação que tenho sobre o Eng.º Paulo Menezes e até subscrevo o que disse em tempos sobre o Presidente do Conselho de Administração António Gomes Menezes e sobre o Presidente de Administração, António Manuel Cansado.

São pessoas que fizeram tudo, fizeram o melhor que sabiam e deram o seu contributo para o futuro da SATA.

Segundo ponto, que é importante referir.

A Sra. Deputada referiu que eu disse, e não fui só eu que disse, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não referi, eu li!

O Orador: ... que a SATA fez durante um determinado período, um trabalho no sentido de salvar o turismo da Região com um efeito líquido na economia

dos Açores, ou seja, entre aquilo que custou e aquilo que os hoteleiros, a economia açoriana ganharam, de cerca de 40 milhões de euros.

Deputada Zuraida Soares (BE): E a SATA?

O Orador: Foi isso que nós referimos, foi isso que assumiu o Governo dos Açores e foi isso que os senhores assumiram e concordaram na sua proposta aqui ao Parlamento, quando dizem: “o contributo inestimável que a SATA deu, ao serviço dos açorianos nos tempos de crise”:

Deputada Zuraida Soares (BE): Quanto recebeu a SATA? Como é que foi ressarcida a SATA?

O Orador: Segundo ponto, terceiro ponto, para ser mais concreto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não ! segundo ponto, porque ainda não respondeu!

O Governo dos Açores tem vindo a reduzir os seus compromissos, as suas dívidas para com o Grupo SATA, de uma forma assinalável, sendo que hoje a dívida está a um valor praticamente residual.

Deputado Pedro Moura (PS): Muito bem!

O Orador: É importante que se diga isso e que o ano que passou, foi o ano em que o Governo dos Açores mais dinheiro, ou mais transferências, efetuou ao Grupo SATA.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então agora é que vão privatizar?

O Orador: É verdade ...

Deputada Zuraida Soares (BE): E então agora é que vão privatizar! Agora que está tudo pago é que vão privatizar!

O Orador: Sra. Presidente, estou a fazer um esforço titânico para ver se consigo continuar a minha intervenção, mas é que a Sra. Deputada Zuraida Soares, está quase como se estivesse sentada ao meu lado.

Presidente: Compreendo, Sr. Deputado.

Faça o favor de continuar.

Penso que vão ficar reunidas as condições.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: A senhora não é inocente também nessa matéria de apartes!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nem nessa, nem noutras!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

Sr. Deputado Francisco César.

O Orador: A SATA teve vários momentos.

Primeiro momento com o PS, foi de garantir acessibilidades a baixo custo entre o continente, entre os Açores e as regiões autónomas;

Segunda fase que nós assumimos, de apoiar o setor turístico quando ele mais precisou;

Terceira fase, a que estamos hoje, a fase em que o Governo salda os seus compromissos e garante que a empresa tem capacidade e tem um parceiro estratégico para conseguir crescer e melhorar acessibilidades à Região Autónoma dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Mantendo a maioria!

O Orador: É esta a premissa base de tudo aquilo que temos feito.

A forma como o fazemos é também importante ser referida aqui.

É importante referir que nós não fizemos isso de uma forma encapotada. Nós anunciamos aqui no Parlamento no momento certo, nós dissemo-lo e discutimo-lo durante o Orçamento e quando houve dúvidas, se havia ou não transparência, se o processo era ou não descortinável, aquilo que fizemos foi aceitar e melhorar todas as propostas que a oposição teve e apresentou no âmbito do Plano e Orçamento.

Exemplo disso é a comissão especial que é proposta pelo PSD ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Na qual o Parlamento não consta!

O Orador: ... e que nós viabilizamos, para que não houvesse dúvidas e aprovamos mais medidas, no sentido de que todo esse processo fosse descortinável.

Mas mais, este Parlamento achou que era importante descortinar todo o setor público empresarial no qual se incluía o Grupo SATA e sabe que mais? Vamos ter uma comissão de inquérito onde todas as contas vão ser escortinadas.

Deputada Zuraída Soares (BE): A Comissão de Inquérito vai durar anos! Anos!

O Orador: Mais, tanto na comissão de inquérito que tivemos no passado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Potestativa!

O Orador: ... como no Relatório do Tribunal de Contas que tivemos no passado, tivemos um processo de audição e o que é que os açorianos pensarão em casa, quando olham para o BE e dizem assim: “Bom, eles querem que o Tribunal de Contas audite um ano das contas ...

Deputado Francisco César (PS): Não diz isso!

O Orador: Mas é a consequência óbvia daquilo que é a proposta do BE!

... e por acaso o Tribunal de Contas já está num processo de auditoria permanente às contas da SATA, durante cinco anos, fruto da auditoria que fez há pouco tempo”. Mas isso faz algum sentido?

A única dedução que qualquer pessoa poderá fazer em relação aos propósitos do BE, é um! É um! É inevitável, é que não quer a alienação da parte do capital do BE, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso não é novidade! Sempre o dissemos!

O Orador: ... e acrescento, é isso é que é lamentável, é que irá fazer tudo para que isso não aconteça, mas há algo que nós lhe dizemos: nós vamos garantir o futuro da SATA, vamos fazer com que ela cresça e vamos fazê-lo da forma correta, discutindo aqui no Parlamento de uma forma transparente e descortinável.

Deputada Zuraída Soares (BE): À custa dos açorianos! Não fazê-lo à custa dos açorianos!

O Orador: Por último, a questão das privatizações da coerência.

O PS foi contra a privatização da TAP; foi contra a privatização dos CTT's e sabe que mais?

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: A grande questão que se colocou é que nós tivemos que fazer uma reversão quando o negócio – e a palavra que estou a utilizar é a mais correta – quando o negócio que foi feito entre o grupo que comprou a TAP e o estado português já estava realizado.

Portanto, quando fomos negociar estávamos numa posição de fraqueza...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... e tivemos que minorar danos e garantir que o Estado conseguiria ter pelo menos alguma palavra a dizer em relação aos destinos da TAP. Fomos coerentes! Então somos coerentes agora: vamos fazer a alienação da Azores Airlines ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Eram contra a privatização da SATA, agora são a favor da privatização da SATA!

O Orador: ... de forma a que esta seja a melhor para a empresa, a melhor para os Açores e transparente para todas e todos os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, se me contassem que o senhor tinha feito esta intervenção, eu dizia: não acredito, porque ele é incapaz de fazer uma intervenção dessas! Ele é um homem rigoroso, portanto não a faria!

Mas como eu assisti ao vivo e a cores, lamento muito de lhe dizer que o senhor foi manifestamente infeliz na sua intervenção, diz uma coisa e o seu contrário.

Ora bem, os senhores disseram aqui que era mau, era muito mau para os Açores a privatização da TAP. Os senhores querem fazer a mesma coisa com a SATA. Exatamente a mesma coisa!

Já agora, era bom que o senhor fosse correto nas suas afirmações. Quem quis a privatização da TAP, da ANA, dos CTT, PEC 4, José Pinto de Sousa, mais conhecido por José Sócrates, vosso distinto camarada!

Deputado Francisco César (PS): É a desculpa que usam sempre!

O Orador: Não é desculpa, é a realidade! No PEC 4! E os senhores aqui nesta Casa fizeram uma proposta de apoio ao PEC 4, o Governo Regional dos Açores apoiou o PEC 4, aqui nesta Casa, com uma Resolução!

O Governo Regional dos Açores apoiou o PEC 4! Os senhores apoiaram a privatização da TAP e a privatização dos CTT! Foram os senhores que aprovaram!

Deputado Francisco César (PS): Totalmente contra, até fizemos uma moção no Parlamento contra isso!

O Orador: Os senhores fizeram uma moção no Parlamento a apoiar o PEC 4, de José Sócrates! Aqui nesta Casa! A apoiar o PEC 4, a defender o PEC 4 e a pedir a solidariedade da Região!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: O Sr. Deputado Francisco César, o PS Açores, o Governo Regional do PS Açores, pediu a este Parlamento solidariedade para com o PEC 4...

Deputado Francisco César (PS): O que é que o PEC IV tem a ver com isto?

O Orador: ... e José Sócrates, a solidariedade dos Açores para com o Governo da República que enfrentava as dificuldades! É a história, Sr. Deputado, não a pode apagar infelizmente e os senhores apoiaram convictamente e vivamente José Sócrates em campanha!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aqui no Parlamento?

O Orador: Bom, então é verdade? Fico mais descansado!

Sr. Secretário Berto Messais, como é que se enterra uma companhia? É com isto!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tanto que desapareceram os outdoors todos do “Juntos conseguimos”!

(Neste momento o Deputado mostra uma imagem à câmara)

O Orador: Os senhores enterraram uma companhia com isto!

Vou dar-lhe dois ou três exemplos para não ser exaustivo.

Deputado Graça Silveira (CDS-PP): E porque também não tem esse tempo todo!

(Apartes inaudíveis do Deputado Luís Rendeiro)

O Orador: Também não tenho!

Quando a bancada do PSD aterrar, eu levantarei voo, sobretudo o Sr. Deputado Luís Rendeiro que está muito ativo.

Os senhores relativamente ao A320 alienaram um A320, mandaram-no embora. Era a tal frota excedentária.

Deputado Graça Silveira (CDS-PP): Ociosa!

Deputado Francisco César (PS): De 4 rodas até!

O Orador: Agora querem aviões para servir os Açores e não têm! A consequência disso é que atualmente, por exemplo, a SATA vergonhosamente, a Azores Airlines, voa apenas três vezes por semana – e agora vou usar um argumento micaelense – para a segunda maior ilha dos Açores. Só três vezes por semana: terças, quintas e sábados! Vergonha!

Mas os senhores não estão a servir os açorianos.

Agora, relativamente aos aviões os senhores em 2015, no terceiro trimestre, já teriam dois 330 a voar. O seu camarada Parreirão era o que escrevia aqui.

Deputado Francisco César (PS): Havia aviões a mais e agora não há, é isso que vai dizer?

O Orador: Mas vamos ver o que é que os senhores diziam do A321, o avião que os senhores compraram.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Eu não vou discutir aviões com o senhor! Eu não percebo de aviões!

O Orador: Vamos ver o que é que os senhores diziam do A321.

Deputado Francisco César (PS): A frota ociosa?

O Orador: O A321 não serve ...

Deputado Francisco César (PS): Eu nunca disse isso!

O Orador: Eu vou ler-lhe, está neste Business Plan!

Presidente: Srs. Deputados, vamos centrar-nos na questão que está em cima da mesa, só para evitar este diálogo.

O Orador: Sra. Presidente, eu estou a explicar. O Sr. Deputado é que está a fazer diálogo comigo.

Presidente: Sim, mas vamos recentrar-nos na matéria aqui em questão.

O Orador: Sr. Secretário Regional ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sim, senhor! Explique essa coisa do A321!

O Orador: ... como é que isto chegou ao prejuízo que chegou e à necessidade e ao prejuízo todo?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Alienar!

O Orador: Os senhores diziam, escrevera, vou ler, relativamente ao A321-200: “Não serve porque tem limitações operacionais entre os Açores e rotas *core* da América do Norte, nomeadamente Toronto.

Não serve porque tem limitações de capacidade de carga entre os Açores, o continente português e a América do Norte”.

Deputado Francisco César (PS): E o NEO? Está a falar do NEO?

O Orador: Limitações de capacidade de carga entre os Açores e rotas da América do Norte ...

Deputado Francisco César (PS): É o NEO ou não é o NEO? É isso que interessa!

O Orador: ... equipamento não utilizado por qualquer outro operador em operação transatlântico”.

Portanto, como se dá cabo de uma empresa? É assim! Os senhores deram cabo de uma empresa com as más opções ...

Deputado Francisco César (PS): O avião não existia na altura!

O Orador: ... não sabiam o que queriam e Sr. Deputado Francisco César, o A321 NEO, como o senhor diz, que apenas quer dizer *new engine option*, é apenas uma questão de motores, não vai além dos 35 mil pés, não sobe acima e mais, não leva carga, só leva malas de passageiros e os nossos emigrantes vão

ficar sem carga, vão ficar sem o chicharrinho, vão ficar sem o queijinho e vão ficar sem o peixinho fresco, por vossa opção! O A321 NEO, não leva carga e vai operar com limitações, tanto vai operar com limitações que agora já há o A321 NEO, o *long range*!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Onde isto já vai!

O Orador: Percebe porquê? Sabe porquê, Sr. Deputado? Não sabe, mas também não lhe vou explicar agora.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós já manifestamos a nossa posição relativamente à iniciativa, já justificamos, mas, entretanto, há aqui um conjunto de justificações relativamente à situação financeira da SATA, apresentados pelo Sr. Deputado Francisco César, que merecem algum comentário.

Em primeiro lugar há uma narrativa à data da comissão de inquérito de que a situação de prejuízos da SATA tinha, relacionava-se e era consequência do contributo da SATA no sentido de durante a crise, ter proporcionado a vinda de 50 mil turistas à Região.

As estatísticas de turismo não chegam a essa conclusão. Se analisar o mercado nacional e o mercado estrangeiro, não chega lá. Mas isso é uma questão que passou não é relevante.

Agora a questão é esta: se essa justificação existir, mesmo que fosse verdade, que não é, mas se existir não justifica os prejuízos do Grupo SATA a partir de 2015 e era bom recordar isso.

Em 2015, foram 22 milhões de euros; em 2016, 14 milhões de euros e em 2017, nas contas provisórias que estão já distribuídas até setembro, são 26 milhões de euros.

Ou seja, a narrativa de que o prejuízo da SATA e a situação financeira teve a ver com a situação da crise e do apoio ao turismo, não tem qualquer fundamento.

A situação agrava-se e continua a agravar-se e o exemplo é o ano de 2017, é o ano de 2016 e é o ano de 2015.

Portanto, nós não subscrevemos essa justificação.

A SATA foi mal gerida, neste momento está num beco sem saída e o que é importante é que se encontre um parceiro que permita manter a empresa em funcionamento e que no meio da desgraça seja possível que a Região não fique prejudicada do ponto de vista das ligações que são essenciais nas ilhas que não têm ligações diretas ao exterior.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César lembrou aqui, e bem, e reforçou aquilo que o BE já tinha dito do papel inestimável, essencial que a SATA cumpre com os Açores. Sobre isto, penso que aqui não há dúvidas e penso que todos aqui nesta Casa o reconhecemos e concordamos.

A diferença é o caminho que queremos seguir e o caminho que os senhores querem seguir é exatamente o mesmo caminho que o antigo Primeiro Ministro do PSD/CDS fez de privatizações, atrás de privatizações e os senhores

caminham por aí, porque já anunciaram mais algumas no Grupo EDA, mas havemos de lá chegar e discutir essas privatizações.

O Sr. Deputado Francisco César referiu vários momentos da vida da SATA: a garantia da mobilidade dos açorianos; a segunda fase de trazer fluxos turísticos para os Açores, para manter o turismo.

Eu volto a perguntar: quanto é que a SATA recebeu para compensar esse serviço que prestou aos Açores? Qual foi o valor?

Deputado Francisco César (PS): Está no relatório da Comissão de Inquérito!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é Comissão de Inquérito! Quanto é que recebeu?

Os senhores são donos da empresa e não sabem?

Deputado Francisco César (PS): Nós não somos donos da empresa!

Presidente: Srs. Deputados, por favor, peço o vosso silêncio.

O Orador: A terceira fase é partir a SATA aos bocados. É vendê-la aos pedaços, aos pouquinhos, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é o que o senhor diz!

O Orador: ... para ficar com uma SATA pequenina e que voe baixinho. É isso que os senhores querem!

A proposta que o BE traz aqui tem um objetivo fundamental, que é contas claras, contas claras para provar que é possível recapitalizar a SATA com dinheiros públicos para que ela continue por muitos e longos anos a servir os açorianos, todos os açorianos e açorianas.

Aquilo que eu pergunto é por que é que o PS e por que é que o Governo Regional, deixaram de pensar que é possível a recapitalização pública, porque em 2015 o antigo Secretário Regional, dizia, claro como a água, que iriam partir para uma recapitalização pública da SATA. Está aqui! Posso entregar à Mesa este documento. Como é que é possível? O que é que mudou desde então, desde 2015, em três anos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem que explicar isso!

O Orador: Sobre os objetivos da privatização, eu fiz uma pergunta direta, quais eram os objetivos, ouvi-se falar em parcerias estratégicas, curiosamente não se houve falar em recapitalização, não sei quais são os objetivos da privatização da SATA.

Parcerias estratégicas: não sei por que é que uma empresa pública não pode ter parcerias estratégicas com outras empresas. Onde é que isso está escrito? Gostaria que o Governo ou o PS explicassem.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Eu acabei de fazer uma pergunta ao Governo Regional, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Duas perguntas!

Deputado Francisco César (PS): Nós é que fizemos uma pergunta e não tivemos resposta!

O Orador: ... o que é que mudou desde 2015 para que o Governo Regional considerasse que já não é possível fazer uma recapitalização pública? Continuo sem resposta e pelos vistos assim vamos ficar: o BE e os açorianos e açorianas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE e 4 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigada Sra. Secretária.

Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamentamos a não viabilização deste Projeto de Resolução e vemos assim que o PS continua teimosamente a avançar com este processo de privatização, sem querer esclarecer devidamente todos os açorianos e açorianas e sem querer ter contas claras, que identifiquem exatamente a situação financeira atual, neste caso, precisamente, da Azores Airlines.

Nesta discussão ficou claro também que o PS não quer esclarecer e o Governo não quer esclarecer sobre os objetivos da privatização e sobre a crítica até que foi feita nesta discussão à proposta que é do BE de recapitalização pública do Grupo SATA e também da SATA Internacional, que nas palavras do PS seria quase o fim da empresa, mas que o PS e o Governo Regional defendiam em 2015 e esta alteração de substância e alteração de proposta não foi esclarecida.

Presidente: Sr. Deputado António Lima, tenho que adverti-lo que está no uso da palavra para uma declaração de voto, portanto não deve esgrimir argumentos ...

O Orador: Já terminei.

Presidente: ... que retomem novamente o debate, como deve compreender.

O Orador: Com certeza!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: Sr. Secretário, não são permitidos protestos a declarações de voto.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sr. Deputado Luís Maurício, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

Deputado Luís Maurício (PSD): Para solicitar um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, regressamos amanhã às dez horas, para dar continuidade à Agenda.

Eram 19 horas e 30 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Transcrição efetuada por *Noélia Escobar*